

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

LIDIANE FERNANDES DA LUZ

**Agrobiodiversidade e Agroindústria Familiar Rural: espaços de diálogo sobre os
produtos da agricultura familiar no Litoral Norte do Rio Grande do Sul**

Porto Alegre

2012

LIDIANE FERNANDES DA LUZ

Agrobiodiversidade e Agroindústria Familiar Rural: espaços de diálogo sobre os produtos da agricultura familiar no Litoral Norte do Rio Grande do Sul

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Profa. Dra. Rumi Regina Kubo

Co-orientador: Profa. Dra. Flávia Charão Marques

Porto Alegre

2012

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

L268a Luz, Lidiiane Fernandes da
Agrobiodiversidade e agroindústria familiar rural: espaços de diálogo sobre os produtos da agricultura familiar no Litoral Norte do Rio Grande do Sul/ Lidiiane Fernandes da Luz. – Porto Alegre, 2012.
161f. : il.

Orientadora: Rumi Regina Kubo.
Co-orientadora: Flávia Charão Marques

(Série PGDR – Dissertação, n. 151).

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.

1. Agroecologia. 2. Agricultura ecológica. 3. Agricultura familiar. 4. Biodiversidade. 5. Desenvolvimento rural. I. Dal Soglio, Fabio Kessler. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título. IV. Série.

CDU 631.147

LIDIANE FERNANDES DA LUZ

Agrobiodiversidade e Agroindústria Familiar Rural: espaços de diálogo sobre os produtos da agricultura familiar no Litoral Norte do Rio Grande do Sul

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 27 de julho de 2012.

Profa. Dra. Rumi Regina Kubo – Orientadora

PGDR/ UFRGS

Profa. Dra. Agda Regina Yatsuda Ikuta

Secretaria de Desenvolvimento Rural/ RS

Dra. Flávia Muradas Bulhões

PROFILL Engenharia e Ambiente Ltda.

Profa. Dra. Gabriela Coelho de Souza

PGDR/ UFRGS

Dedico este trabalho a todos aqueles que participaram desse processo de criação, instigando debates e propiciando reflexões sobre o rural e seus modos de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às instituições que prestam assessoria aos agricultores familiares e seus locais de processamento de alimentos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul e que fortalecem incansavelmente, a cada dia, a rede da agrobiodiversidade.

Aos técnicos das organizações não-governamentais, Centro Ecológico, Anama, Curicaca e CETAP; Rede Juçara e Rede Ecovida, agradeço por toda a atenção prestada às minhas questões de pesquisa. Ao Desma, onde tudo começou, agradeço por ter encontrado este grupo, e ter vivido tantas experiências interessantes que me fizeram encontrar um sentido para minha profissão.

Aos agricultores e técnicos que trabalham no preparo e fomento ao consumo da polpa de juçara por acreditarem que todas as adversidades podem ser superadas em prol de um alimento que garanta saúde para as pessoas, conservação da natureza e geração de renda para os agricultores. Ao movimento Slow Food, que me propiciou participar de um de seus encontros nacionais juntamente com algumas agriculturas, experiência que me fez definir a temática de pesquisa.

Às famílias de agricultores acompanhadas durante a pesquisa agradeço por tudo que aprendi sobre o rural, os alimentos, a vida e a família.

Às orientadoras Rumi e Flávia por nossas conversas, pela agradável presença delas na minha vida e pelos ensinamentos valiosos de excelentes profissionais e mulheres tão especiais.

Aos professores do PGDR, pelo mundo de descobertas que me proporcionaram no primeiro ano de disciplinas. Em especial aos professores José Carlos dos Anjos, Sérgio Schneider, Renata Menasche e Flávia Charão.

Aos meus colegas do PGDR, aprendi muito com cada um, compartilhamos alegrias, dúvidas e incertezas, e tudo mais que um curso de pós-graduação pode gerar em nós.

A todos os amigos de Maquiné, lugar que escolhi para viver durante o trabalho de campo da pesquisa. À casinha na Linha Mundo Novo, à paisagem vista da janela do meu quarto de estudos e escrita da dissertação, aos beija-flores e flores do meu quintal, aos discos do Chico e da Bethania, foram todos elementos inspiradores e estão impregnados neste trabalho.

Às queridas, Marce, Déia, Eli, Madi, Mari, Jo, Pips, Shira, Lau, Lí e Fê, mulheres lindas e fortes, que espero ter sempre perto de mim.

A minha família, especialmente vó Nilza e vô Pedro (*in memoriam*) que certamente me inspiraram de alguma forma para este trabalho com o mundo rural. Ao meu pai, Roque, por me propiciar um lar tranquilo e acolhedor. À minha mãe, Rosa, pelo carinho, amor, dedicação especial e apoio às minhas escolhas. Ao meu irmão, Rafael, que tá sempre longe, mas tão perto, nas nossas conversas e nosso amor. E a J., pela ajuda no *abstract*, e por tornar mais doce a escrita dessa dissertação.

RESUMO

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul caracteriza-se por ser uma região diversificada ecológica e culturalmente, relacionada à formação Mata Atlântica, sobreposta à presença de diferentes etnias e grupos sociais com seus saberes e práticas. Diversas organizações estão atuando nessa região no que se refere, principalmente, a encontrar alternativas de renda que possam ser compatíveis com as normas estabelecidas para a conservação da Mata Atlântica e a viabilização das práticas dos agricultores. Essas organizações (associações, cooperativas, organizações não-governamentais e governamentais) estabeleceram um espaço de diálogo acerca dos produtos da agricultura familiar, que neste trabalho foram denominados de produtos da agrobiodiversidade. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar como diferentes atores sociais atuantes no Litoral Norte estão criando espaços de diálogo para viabilizar a produção de alimentos provenientes da agrobiodiversidade. Este objetivo geral contempla as prioridades desta pesquisa, que são: apontar as organizações que estão tratando desse tema, as relações que estabelecem entre si, o processo de diálogo que estão criando e o que está sendo debatido neste contexto. Os espaços de diálogo criados por estas organizações atuando em rede foram discutidos através da abordagem das comunidades de práticas, por caracterizarem-se enquanto ambientes de aprendizagem coletiva e construção de conhecimento. As complexas relações estabelecidas entre as organizações que atuam no espaço de diálogo sobre agrobiodiversidade apontam as divergências entre os envolvidos com esses produtos, valorizando seus aspectos culturais ou somente àqueles relacionados às normas sanitárias. No entanto, algumas semelhanças entre suas trajetórias, como uma maior proximidade com a agricultura familiar, podem ser um fator de coerência para avançarem enquanto grupo e construírem conjuntamente propostas em prol da agricultura familiar. Os agricultores se beneficiam desses encontros, principalmente no que se refere ao fomento à sua produção, que respaldam algumas de suas atividades, conferindo maior autonomia a essas pessoas e a reafirmação da importância do trabalho que desenvolvem. As formas de construir conhecimento coletivamente baseiam-se nos contatos sucessivos que possam propiciar uma interface entre os conhecimentos, técnico e local, a fim de atender as prioridades dos envolvidos. No entanto, constata-se que esse processo ocorre a longo prazo, o que não impede os agricultores de seguirem com suas práticas. Além disso, o fato de adequarem-se a legislação para a produção e comercialização de seus produtos apresenta algumas contradições, se por um lado pode legitimar as atividades dos agricultores familiares, por outro pode inibir algumas possibilidades criativas, restringindo-as à norma estabelecida.

Palavras-chaves: Agrobiodiversidade. Comunidade de práticas. Espaços de diálogo. Agroindústria Familiar Rural. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The North Coast of Rio Grande do Sul State is characterized as a diversified ecological and cultural region, related to the formation of the Atlantic Forest, superimposed on the presence of different ethnicities and social groups with their various knowledges and practices. Diverse organizations are attending to their region mainly in regards to finding alternative income compatible with the standards of conservation of the Atlantic Forest and viability of the practices of farmers. These organizations (associations, cooperatives, organizations non-governmental and governmental organizations) have established a dialogue regarding the products of family farms, which in this work is labeled products of agrobiodiversity. Thus, the general objective of this work is to analyze how different social actors operating in the North Coast are creating dialogue to enable the viability of food production from the agrobiodiversity. This general objective contemplates the priorities of the research, that are: to highlight the organizations that are operating with in this theme, the relationships they establish between themselves, the process of dialogue that they are creating, and what is being discussed in this context. The spaces of dialogue created for these organizations operating in their network discusses the community practice, characterized as an environment of collective learning and knowledge building. The complex relationships established between the organizations that operate in this dialogue regarding agrobiodiversity highlight the divergence between those involved with these products, enhancing their cultural aspects or at least those related to health standards. However, some similarities between their trajectories, such as a greater proximity with family farming, may be a factor of coherence to advance this group and construct together proposals in favor of family farming. The farmers benefit from these meetings, particularly with regards to the increase in their production, that support some of their activities, giving more autonomy to these people and the re-affirmation of their work. The ways to collectively construct knowledge are based on the successive contacts that could provide an interface between knowledge, technical and local, to meet the priorities of those involved. However, though it appears that this process occurs in the long term, it does not impede the farmers to continue their practices. Moreover, the fact of conforming to the rules of production and marketing of their products does present some contradictions, on the one hand it may legitimize the activities of the farmers, on the other, it could inhibit some creative possibilities, restricting them to the established norm.

Keywords: Agrobiodiversity. Community of practices. Spaces of Dialogue. Rural Family Agroindustry. Family Farming.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A agrobiodiversidade nas suas diferentes formas no Litoral Norte do RS.....	14
Figura 2 - Localização do Litoral Norte do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil e América do Sul.....	17
FIGURA 3 - Espaços de diálogo e de comercialização dos produtos da agrobiodiversidade.....	37
....	
Figura 4 - Dimensões da prática como propriedade de uma comunidade.....	39
Figura 5 - Mapa das organizações que fazem parte da rede da agrobiodiversidade no Litoral Norte do RS; 5a: gerado a partir do programa UCINET, 5b: gerado a partir das percepções de campo.....	68
Figura 6 - Os encontros sobre agrobiodiversidade no Litoral Norte do RS	74
Figura 7 - Do manejo a comercialização dos produtos da agrobiodiversidade.....	91
Figura 8 - Agroindústrias Familiares Rurais do Litoral Norte do RS.....	122

LISTA DE SIGLAS

ACERT - Associação de Colonos Ecologistas da Região de Torres

AFR- Agroindústria Familiar Rural

AMADECOM-Associação de Mulheres Agricultoras para o Desenvolvimento Comunitário de Três Forquilhas

ANAMA- Ação Nascente Maquiné

APP - Área de Preservação Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BPF - Boas Práticas de Fabricação

CAD – Centro Agrícola Demonstrativo

CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

CERBMA - Conselho Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

COOMAFITT - Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas

COOPET - Cooperativa de Consumidores Orgânicos de Três Cachoeiras

COOPVIVA - Cooperativa de Consumo e Produção dos Pequenos Produtores do Litoral Norte

CRS - Coordenadoria Regional de Saúde

DAP - Documento de Aptidão ao PRONAF

DEFAP - Departamento de Florestas e Áreas Protegidas

DESMA - Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica

ECONATIVA -Cooperativa Regional de Produtores Ecologistas do Litoral Norte

ECOTORRES -Cooperativa de Consumidores de Produtos Ecológicos de Torres

EMATER-RS - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul

FAO/ONU -Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental

FETAG/RS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul

GT - Grupo de Trabalho

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN - Instrução Normativa

IPEMA - Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MINC - Ministério da Cultura

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MMC - Movimento das Mulheres Camponesas

OCS - Organização de Controle Social

ONG - Organização Não-Governamental

OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PDA - Projetos Demonstrativos

PFNM - Produto Florestal Não-Madeireiro

PNPPS - O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

PGDR - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

PIQ - Padrão de Identidade e Qualidade

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT - Partido dos Trabalhadores

RS - Rio Grande do Sul

SAF - Sistema Agroflorestal

SDR-RS - Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul

SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SMIC - Secretaria Municipal da Indústria e Comércio de Porto Alegre

SPG - Sistema Participativo de Garantia

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UD - Unidade Demonstrativa

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1 DELINEANDO A PESQUISA EM RELAÇÃO AOS ESPAÇOS DE DIÁLOGO SOBRE OS PRODUTOS DA AGROBIODIVERSIDADE.....	15
1.1 REGIÃO DA PESQUISA: O LITORAL NORTE.....	17
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMÁTICA DA PESQUISA.....	18
1.3 OS OBJETIVOS DE PESQUISA	23
1.4 PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS METODOLÓGICAS	23
1.4.1A inserção em campo.....	26
1.4.2O roteiro e as entrevistas.....	29
1.4.3Registro e análise de dados	30
1.5 CONCEITOS E ABORDAGENS TEÓRICAS DA PESQUISA	30
1.5.1Agrobiodiversidade	32
1.5.2Agroindústria Familiar Rural	34
2 O ESPAÇO DE DIÁLOGO SOBRE AGROBIODIVERSIDADE NO LITORAL NORTE DO RS.....	38
2.1 O MEIO AMBIENTE E A AGRICULTURA FAMILIAR ENQUANTO QUESTÕES PERTINENTES DE INTERVENÇÃO E FOMENTO: OS PRIMÓRDIOS DA REDE DA AGROBIODIVERSIDADE	41
2.2 MAPEAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES QUE TRATAM DO TEMA DA AGROBIODIVERSIDADE NO LITORAL NORTE.....	43
2.2.1Organizações Não-Governamentais de assistência técnica à agricultura familiar... 43	
2.2.2As organizações dos agricultores	46
2.2.3A assistência técnica oficial.....	50
2.2.4Organizações governamentais de fomento ou fiscalização aos produtos da agricultura familiar	51
2.3 A CRIAÇÃO DE REDES FORMALIZADAS ENTRE AS ORGANIZAÇÕES – UMA ESTRATÉGIA DE AÇÃO CONJUNTA.....	52

2.4 ESTRATÉGIAS DAS ORGANIZAÇÕES – ATUAÇÃO POLÍTICA E CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO DE DIÁLOGO.....	53
2.5 A RELAÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA	55
2.6 A NECESSIDADE DO DIÁLOGO PARA O ESTABELECIMENTO DA COERÊNCIA NAS RELAÇÕES	57
2.7 <i>STORYLINES</i> : FONTES DE COERÊNCIA E DIVERGÊNCIAS EM UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA	61
2.8 A REDE DA AGROBIODIVERSIDADE– UMA COMUNIDADE DE PRÁTICAS.....	68
3 OS ESPAÇOS DE DIÁLOGO ENQUANTO AMBIENTES DE APRENDIZAGEM COLETIVA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.	73
3.1 SOBRE A EFICÁCIA DOS ESPAÇOS DE DIÁLOGO.....	77
3.2 OS LIMITES DO DIÁLOGO	77
3.3 APRENDIZAGEM COLETIVA E CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO NOS ESPAÇOS DE DIÁLOGO SOBRE OS PRODUTOS DA AGROBIODIVERSIDADE.....	81
4 MANEJO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO: AS DIVERSAS ETAPAS PARA A CIRCULAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGROBIODIVERSIDADE.	91
4.1 A MESMA BIODIVERSIDADE - DIFERENTES ESTRATÉGIAS PARA SUA CONSERVAÇÃO.....	95
4.1.1Uso e Conservação da Agrobiodiversidade: algumas estratégias de manejo sustentável propostas pelas ONGs.	97
4.2 BREVE HISTÓRICO DAS AÇÕES ENVOLVENDO O MANEJO DA AGROBIODIVERSIDADE E ESTRATÉGIAS PARA O MONITORAMENTO DA ATIVIDADE.....	97
4.2.1A palmeira-juçara: uma espécie símbolo do uso e conservação da agrobiodiversidade	100
4.3 O BENEFICIAMENTO DOS PRODUTOS DA AGROBIODIVERSIDADE.....	102

4.3.1 O beneficiamento na Agroindústria Familiar Rural.....	104
4.4 A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGROBIODIVERSIDADE.....	114
4.4.1 Registro e Certificação dos produtos da agrobiodiversidade.....	116
4.4.2 Produtos da Agrobiodiversidade: consumo e diferentes percepções de qualidade	118
5 AGRICULTORES E SEUS ESPAÇOS DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS: A VIVÊNCIA NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS.	122
5.1 AGROINDÚSTRIA DA FAMÍLIA CUNHA: A IDENTIDADE DO AGRICULTOR FAMILIAR.....	125
5.1.1 Participação da Associação Içara na Expointer	132
5.2 AGROINDÚSTRIA CARÁ-DA-TERRA: O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO.....	133
5.3 AGROINDÚSTRIA ARARUTA: A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR E A GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES RURAIS	136
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS	143
APÊNDICE A- Projetos e ações desenvolvidos pelas ONGs.....	148
APÊNDICE B- As diferentes conformações dos espaços de diálogo sobre agrobiodiversidade e agroindústria familiar rural	152
APÊNDICE C - “SIM” Vegetal – Projeto para a zona rural do município de Porto Alegresobre o processamento artesanal caseiro de alimentos de origem vegetal.....	160

1 DELINEANDO A PESQUISA EM RELAÇÃO AOS ESPAÇOS DE DIÁLOGO SOBRE OS PRODUTOS DA AGROBIODIVERSIDADE

Figura 1- A agrobiodiversidade nas suas diferentes formas no Litoral Norte do RS



Fonte: fotografias da autora (2011).

Nota da figura 1: a) sementes crioulas na banca da Associação Içara na 34ª Expointer; b) palmeira juçara; c) milho crioulo na propriedade da família Cunha; d) banca da Associação Içara no Festival do Açaí Juçara; e) produção de pães na AFR da família Cunha; f) confecção de bolachas na AFR da família Cunha (da esquerda para a direita de cima para baixo)

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul (RS) reúne em torno dos alimentos oriundos da agricultura familiar uma diversidade de ações desenvolvidas por organizações não-governamentais que atuam na extensão rural, algumas associações e cooperativas de agricultores, além de grupos organizados de consumidores destes produtos. Essa relação se fortalece em diversos encontros em que esses atores expõem suas expectativas e problemas em relação à produção e às normas que a regulamentam. Neste sentido, pode-se dizer que existe uma rede de pessoas envolvidas com o tema na região, que constantemente se encontram, seja para vender e consumir esses produtos, seja para debater sobre questões referentes a eles. A criação de um espaço de diálogo por este grupo evidencia as diferentes posições de seus participantes, cuja participação ocorre em alguns casos através de uma apresentação meramente técnica, embasado apenas em aspectos legais e científicos. Por outro lado, principalmente organizações de agricultores, consumidores, mas também de técnicos, reforçam aspectos como qualidades dos produtos relacionadas a modos de vida específicos e a necessidade de uma adequação das normas vigentes para esses produtos.

O tema da agrobiodiversidade foi trazido para este trabalho através de uma perspectiva ampla (SANTILLI; EMPERAIRE, 2006a) em que a conservação se daria através de sua própria circulação e uso, incluindo produtos diversos, oriundos da produção agrícola local e da biodiversidade nativa. O próprio conceito de agrobiodiversidade, nesta perspectiva, estaria associado a saberes e práticas culturais, e sua conservação dependente dos que possuem um *saber-fazer* em relação a ela. A utilização do termo produtos da agrobiodiversidade pretende compreender todos aqueles alimentos com qualidades específicas, ligadas ao rural, como produtos coloniais, tradicionais, artesanais, da agricultura familiar, da terra, da biodiversidade e da sociodiversidade. Sendo assim, podemos citar uma variedade de alimentos que estão sendo produzidos, processados e comercializados por agricultores familiares no Litoral Norte do estado, como queijos, pães (milho, trigo, aipim), doces (amendoim, ovos, melado, leite), *chimias* (goiaba, abóbora, banana, uva), salame (porco) e vinho (uva), além da diversidade de produtos *in natura*.

A relação da agrobiodiversidade com o processamento de alimentos em escala familiar será abordada neste trabalho a fim de discutir de forma conjunta algumas práticas que os agricultores estão realizando para sua reprodução social, incentivadas por consumidores e por técnicos em seus projetos de desenvolvimento local. Sendo assim, a partir do tema da agrobiodiversidade pretende-se discutir casos empíricos distintos, referentes ao processamento de alimentos de origem vegetal em Agroindústrias Familiares Rurais (AFR),

considerando a amplitude do termo, através do qual se pode discutir aspectos como a origem da matéria-prima e as questões legais envolvidas em cada etapa da cadeia produtiva.

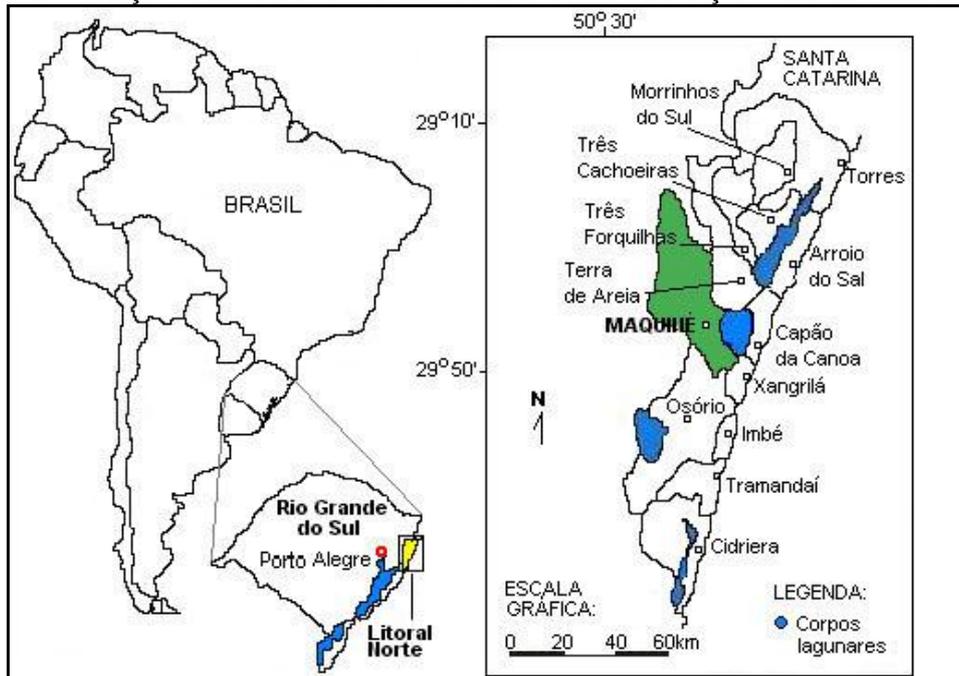
A emergência de um diálogo entre os agricultores, instituições de pesquisa e extensão e órgãos normatizadores e fiscalizadores sobre os entraves e demandas relacionados ao processamento e comercialização dos produtos oriundos da agrobiodiversidade, faz-se fundamental nos debates sobre desenvolvimento rural atualmente. Isso porque para a permanência no rural são necessárias alternativas de renda para as famílias e, ao mesmo tempo, existe a necessidade de atender às exigências da legislação ambiental e sanitária por parte dos agricultores, que hoje necessitam dessa regulamentação para acessar mercados novos e promissores, como o da alimentação escolar.

Neste primeiro capítulo, pretende-se esclarecer aspectos que levaram a estabelecer o recorte empírico da investigação e, sobretudo, discutir a emergência da problemática que levou ao estabelecimento das questões de pesquisa. Também, serão apresentados os objetivos e os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento do trabalho, bem como o quadro teórico geral que dá sustentação à análise.

1.1 REGIÃO DA PESQUISA: O LITORAL NORTE

Na região denominada Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul (Fig. 2) encontra-se uma situação ecológica e social diversificada. A região tem grande variação de relevo com presença de lagoas, planícies e banhados ao longo dos 120 km de costa litorânea, e montanhas e vales que constituem parte da chamada Serra Geral, totalizando 3700 km². Entretanto, grande parte do território é ocupada pela formação florestal chamada de Mata Atlântica, que reúne uma grande diversidade de espécies de animais e plantas.

Figura 2 - Localização do Litoral Norte do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil e América do Sul.



Fonte: Tavares (2000)

A Mata Atlântica é um dos 25 *hot spots* de biodiversidade reconhecidos no mundo. Os *hot spots* são áreas que perderam 70% de sua cobertura vegetal original, mas que juntas correspondem a 60% de todas as espécies terrestres do planeta (LEAL; CÂMARA, 2005). Com a promulgação da Constituição Brasileira, em 1988, a Mata Atlântica passou a ser considerada Patrimônio Nacional. E, desde 1991, a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) reconhece a Mata Atlântica como Reserva da Biosfera, sendo a primeira reserva brasileira a fazer parte da Rede Mundial de Reservas da Biosfera. Isto significa a maior reserva da biosfera de área florestada do planeta o que corresponde a 35 milhões de hectares. Por outro lado, esta área faz parte de 17 diferentes estados e corresponde ao território de maior densidade demográfica no Brasil. Sobre as áreas de domínio da Mata Atlântica foi onde historicamente ocorreu a maior parte da ocupação humana desde a colonização do país, atualmente corresponde a 61% do total da população (aproximadamente 115 milhões de pessoas).

A consequência é um processo histórico de degradação ambiental e uma imensa perda de diversidade, restando, hoje, apenas 7% da vegetação original. Isto tem sido motivo suficiente para desencadear uma série de movimentos e ações objetivando a conservação ambiental nestas áreas, que vem, ao longo dos anos, obtendo respaldo do Estado, por exemplo, através do estabelecimento de Unidades de Conservação (UC), que compreendem

um sistema conformado por parques, reservas biológicas e estações ecológicas, além de áreas de preservação permanente. As regras estabelecidas pela legislação vão desde áreas de acesso restrito, onde é permitida apenas a pesquisa científica, até áreas onde é possível explorar economicamente remanescentes florestais nativos.

Especificamente, na região do Litoral Norte, o processo de modernização da agricultura avançou entre os anos 1960 e 1990, excluindo boa parte da população local formada por agricultores familiares e comunidades tradicionais (indígenas e afrodescendentes), que abandonaram essa região em busca de oportunidades de trabalho. Aqueles que continuaram em suas localidades passaram a enfrentar dificuldades ao ter suas práticas impedidas pela legislação ambiental em razão do estabelecimento de áreas de preservação permanente (APP) e regulações sobre o uso de áreas em torno das Unidades de Conservação (UC). Por outro lado, os trabalhos de Gerhardt (2002) e Ramos (2007) atestam a existência, nesta região, de um rico mosaico cultural e produtivo relacionado a uma agricultura que pode ser designada como ‘colonial-tradicional’, a qual se caracteriza pela produção de alimentos em sistemas diversificados para autoconsumo e para comercialização mediante o uso de tecnologias autóctones e introduzidas.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

A dinâmica que se estabeleceu no Litoral Norte, envolvendo diferentes atores e conformações institucionais, acerca das questões ambientais e melhoria da qualidade de vida local, encontra-se fortalecida por algumas políticas públicas de fomento à agricultura familiar. Na década de 90 passaram a atuar no local organizações não-governamentais que tratavam principalmente de questões relacionadas ao meio ambiente, à conservação dos ecossistemas locais, mas também vinculadas a um outro modo de produção agrícola, mais adequada aos princípios de proteção ambiental. Essas organizações, ainda que mais voltadas à conservação ambiental, tinham uma preocupação desde o início com as populações que habitavam essa região e sua qualidade de vida, até porque muitos almejavam também viver próximos desses locais em que atuavam e uma proposta de convivência mais harmoniosa com o ambiente era interessante neste sentido.

A questão ambiental como temática central na formação dessas organizações provavelmente ocorreu devido a grande degradação dos recursos naturais na segunda metade do século passado, especialmente na Mata Atlântica, ecossistema onde atuam. A preocupação

com o meio ambiente, na prática, não pôde deixar de incluir as questões sociais, pois ambas estão intrinsecamente relacionadas, portanto, as ações ao longo dos anos incluíram propostas de geração de renda para as famílias da região através da agricultura, do extrativismo, do artesanato, de produtos coloniais, do ecoturismo e do turismo rural. Essas ações geraram e são fortalecidas por programas nacionais e internacionais de incentivo à agricultura familiar que tiveram seu ápice nos últimos dez anos.

Especialmente a geração de renda envolvendo o extrativismo de espécies florestais deu origem a uma discussão acirrada entre ambientalistas, antropólogos, comunidades extrativistas/agricultoras e órgãos do governo. Esse debate aproximou muitos pesquisadores, pois além do próprio debate ser fonte de pesquisa, a Universidade recebeu a demanda de propor orientações para um manejo sustentável das espécies que se pretendia extrair da floresta. As experiências do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (Desma)¹, por exemplo, deram origem a cartilhas e publicações científicas relacionadas ao manejo sustentável da samambaia-preta (*Rumohra adiantiformis*)², da palmeira juçara (*Euterpe edulis*)³, de espécies de interesse para o artesanato, encontradas no ecossistema Mata Atlântica na região de estudo. Outros trabalhos vinculados ao grupo utilizaram-se do processo em curso para desenvolver estudos sobre o debate envolvendo diversos atores acerca do uso de produtos da floresta (ACOSTA SUÁREZ, 2007; TAVARES, 2007; MEDAGLIA, 2010).

Neste trabalho o recorte se deu na questão do processamento de alimentos, mas poderiam ter sido escolhidas outras temáticas para falar dessa rede de pessoas e organizações acerca dos alimentos oriundos da agricultura familiar, com enfoque na geração de renda e melhoria da qualidade de vida para as famílias e a conservação da natureza, temas que parecem abranger toda a diversidade de organizações existentes, ao menos no que diz respeito às propostas mais correntes em seus materiais de divulgação e informações fornecidas nas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo. Outros trabalhos foram desenvolvidos na mesma região de estudo com o viés da economia solidária (SOUZA, 2008), da construção da agricultura ecológica em rede (VIEIRA, 2008) e da geração de renda através do manejo

¹O Desma é um grupo de pesquisa e extensão que atua desde 2005, junto a Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do RS, em projetos relacionados ao desenvolvimento sustentável junto a agricultores familiares e comunidades tradicionais.

²A samambaia-preta é uma espécie de samambaia usada para confecção de arranjos florais em várias regiões do país, coletada por extrativistas/samambaieiros no Litoral Norte.

³A palmeira juçara é uma palmeira nativa da Mata Atlântica que se encontra ameaçada de extinção devido a sua supressão para extração do palmito, e que passou a fazer parte de uma estratégia de conservação através do uso de seus frutos.

sustentável de produtos específicos (COELHO-DE-SOUZA, 2003; TROIAN, 2009) a maior parte deles relacionados a duas espécies potencialmente geradoras de renda, a samambaia-preta e a palmeira juçara. Todas estas iniciativas compreendem a identificação de uma atividade que relaciona-se a recursos naturais, sua valorização, publicização e viabilização enquanto geradora de renda. Partindo do pressuposto de que o processo de desenvolvimento rural em curso no Brasil é dinâmico e heterogêneo, acredita-se que essas práticas possam atuar como propulsoras desse processo, conformando-o e definindo suas diretrizes. Essas práticas, que podem ser tratadas a partir de espaços de diálogo, são estabelecidas entre pessoas e suas organizações e consolidadas tanto pelas ações cotidianas de agricultores e técnicos quanto pelos registros acadêmicos destes processos, os quais poderiam estar sinalizando uma nova dinâmica de desenvolvimento rural na localidade.

Nos espaços de diálogo sobre os produtos da agrobiodiversidade, especialmente no que se refere ao processamento e a comercialização de alimentos oriundos da agricultura familiar, são discutidas questões como a necessidade de uma legislação específica para esses agricultores e seus processos produtivos, pois a normativa atual não os diferencia das indústrias de grande porte e propicia diversas interpretações. Neste sentido o debate sobre a qualidade sempre se faz presente, a partir de diferentes percepções, algumas enaltecendo os aspectos sanitários como a inocuidade dos produtos e outras o modo de preparo artesanal. A origem da matéria-prima utilizada nos locais de processamento é outra problemática que evidencia o conflito entre as legislações que atuam sobre as agroindústrias familiares. Quando a matéria-prima em questão trata-se de produtos florestais como frutos e sementes outras questões somam-se àquelas relacionadas ao processamento e a comercialização. A própria coleta e transporte de Produtos Florestais Não-Madeiráveis (PFNM)⁴ não estaria prevista de forma clara, divergindo nas diferentes legislações que tratam do tema, abrindo margem para diferentes interpretações dos técnicos.

A produção informal resiste ao tempo e alguns agricultores não têm nem mesmo o interesse na regularização de seus estabelecimentos, pois seus produtos são muito procurados pelos consumidores, em uma relação que está baseada na confiança e na qualidade dos produtos. Porém, com a possibilidade de venda para mercados institucionais como mais uma alternativa de mercado, cada vez mais agricultores estão buscando a regularização de seus espaços de processamento, e encontrando dificuldades para sua obtenção. Mesmo a comercialização direta nas feiras de produtores pode vir a sofrer as consequências dessa

⁴PFNM é todo material biológico vegetal não-lenhoso, ou seja, não oriundos diretamente do corte de árvores.

condição de informalidade se a fiscalização sanitária atuar nesse espaço. A ocorrência de alguns casos em que agricultores tiveram seus produtos apreendidos nas feiras, fazem com que mais agricultores queiram ter um respaldo legal sobre seus produtos.

Neste sentido, relevante para esta problemática é o conjunto de políticas públicas de fomento a agricultura familiar e seus produtos, realizadas pelo governo federal e estadual, destacando o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁵. Outros incentivos que podem ser citados aqui são: o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), além de políticas específicas como as do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que atua na proteção do patrimônio imaterial, o qual inclui formas tradicionais de preparo de alimentos. Os instrumentos de denominação de origem e a identificação geográfica criados pelo Ministério da Cultura (MINC), também são iniciativas para proteção de produtos específicos. No nível estadual podemos citar o Programa Estadual das Agroindústrias Familiares e o Programa de Agricultura de Base Ecológica da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR-RS), recentemente criada pelo governo do estado.

São, portanto, diversas as políticas de incentivo à agricultura familiar, algumas atuando diretamente em relação ao saber-fazer tradicional e artesanal, várias delas em pleno funcionamento no estado e na região de estudo desta pesquisa. Ao mesmo tempo, constata-se que a legislação ambiental e sanitária no que se refere aos mesmos processos, acaba impedindo, muitas vezes, o acesso dos agricultores a essas políticas. Somando-se a isso, parece existir uma demanda cada vez maior dos consumidores pelos produtos oriundos da agricultura familiar, seja por aspectos relacionados à saúde ou à valorização de um modo de vida rural. Sendo assim, o papel dos técnicos que atuam junto aos agricultores, seja na extensão rural ou na fiscalização sanitária e ambiental, muitas vezes, situa-se entre o cumprimento da legislação e a valorização das práticas dos agricultores, sendo que existe uma gama de possibilidades entre as posições mais radicais desses dois conjuntos de atores.

É válido lembrar que os espaços de diálogo são tratados nesse trabalho não especificamente em relação aos encontros propriamente ditos, como reuniões, seminários e

⁵O PAA destaca-se pela promoção de ações para o fortalecimento da agricultura familiar, por parte do governo federal, e por viabilizar o acesso aos alimentos para populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. A estratégia apresenta-se como uma política pública institucional relacionada ao Programa Fome Zero. De caráter semelhante, o PNAE caracteriza-se pela transferência de recursos do governo federal aos estados, Distrito Federal e municípios, que são utilizados para a compra de alimentos agropecuários destinados à alimentação escolar (AGNE, 2010).

outros eventos, mas também a partir da construção diária deste espaço, realizada por agricultores, técnicos e consumidores, que estão atuando na sua conformação. Assim, o processo de aprendizagem e construção de conhecimento ocorre em cada visita técnica e de intercâmbio (em que os agricultores conhecem experiências de outros agricultores), na participação dos agricultores em diferentes encontros, nas inovações realizadas a cada dia pelos agricultores a partir das suas práticas, todas essas atuações exercendo alguma influência sobre a fabricação dos produtos e sua comercialização.

Essa dinâmica em curso no Litoral Norte é interessante de ser registrada por tratar-se de um processo emergente e novo, no que se refere à complexidade de fatores envolvidos. Políticas públicas nacionais e estaduais em curso, novas leis sendo criadas, diversos projetos de pesquisa e extensão rural na região, realização de encontros com a participação de diversos atores, representando suas organizações. Estes fatores em seu conjunto propiciam um profícuo ambiente de pesquisa sobre a realidade local e sobre o processo de desenvolvimento rural em curso. O debate acerca dessas práticas e o apontamento de alguns caminhos são essenciais para qualquer estratégia de desenvolvimento rural que pretenda a reprodução social dos agricultores e permanência destes no meio rural. Neste sentido, Ploeg et al. (2011) abordam as práticas dos agricultores como elucidativas do processo de desenvolvimento rural em curso. Os autores realizam uma distinção entre práticas, processos e políticas de desenvolvimento rural apresentando os elementos centrais dessas práticas, as quais, costumam surgir, especialmente em estágios iniciais, como pequenos atos de resistência. Juntas, as práticas de desenvolvimento rural representam uma nova trajetória de desenvolvimento que subverte o modelo antigo.

Segundo os autores, os processos de desenvolvimento rural são o resultado global da criação, desdobramento e fortalecimento mútuo dessas práticas de desenvolvimento rural, que se apresenta altamente complexo e por vezes, contraditório. Sobre as políticas de desenvolvimento rural, os autores ressaltam os esforços do Estado em controlar as práticas e todo o processo de desenvolvimento rural, relacionando-o a contrastantes e, muitas vezes, contraditórios projetos e interesses. Contrariamente às posições que defendem que o desenvolvimento rural emerge como um processo único dirigido pelo Estado, o qual pode financiar a produção de bens públicos, os autores argumentam que, na prática, são os agricultores, camponeses, cidadãos e movimentos sociais que engatilham os processos de desenvolvimento rural e o fazem avançar, através, por exemplo, de novas redes que ligam o rural e o urbano. Sendo assim, pretende-se através do entendimento desta realidade e de seus

processos dinâmicos entender algumas das possibilidades emergentes no que se refere ao desenvolvimento rural na região estudada.

1.3 OS OBJETIVOS DE PESQUISA

Este trabalho tem como objetivo geral analisar como diferentes atores sociais atuantes no Litoral Norte do Rio Grande do Sul estão criando espaços de diálogo para viabilizar a produção de alimentos provenientes da agrobiodiversidade. Este objetivo geral contempla as prioridades desta pesquisa, que são: apontar as organizações que estão tratando desse tema no Litoral Norte, as relações entre essas organizações, o processo de diálogo que estão criando e o que está sendo debatido neste contexto.

O objetivo geral foi desmembrado em outros três objetivos, a partir dos quais já é possível esmiuçar em detalhes o que a pesquisa pretende abordar em cada um de seus capítulos. Os objetivos específicos foram:

- a) realizar um mapeamento das organizações envolvidas nos espaços de diálogo sobre os produtos da agrobiodiversidade;
- b) registrar e observar os momentos de encontro entre os diferentes atores sociais, analisando as propostas, questões e debates em pauta, identificando como contribuem para a construção do espaço de diálogo;
- c) analisar os desdobramentos das discussões nesses espaços de diálogo em contextos locais específicos, as agroindústrias familiares rurais.

1.4 PROCEDIMENTOS E FERRAMENTAS METODOLÓGICAS

A presente pesquisa trata-se de um estudo qualitativo, pois examina em profundidade e em extensão as qualidades de um fenômeno, permitindo ao pesquisador identificar e compreender dimensões subjetivas da ação humana (BRUMER et al., 2008). Em relação ao método de investigação, apresenta as ferramentas metodológicas do método etnográfico e biográfico. O primeiro compreende uma convivência prolongada do pesquisador junto ao grupo social a ser estudado (ROCHA; ECKERT, 2008). Neste sentido, a partir do convívio em situações de encontros entre diferentes pessoas e grupos, que constituem o objeto de pesquisa deste trabalho, e do acompanhamento das práticas cotidianas das agroindústrias familiares, foram tecidas reflexões sobre a vivência da pesquisadora, que servem de

elementos para analisar os temas desse trabalho. Em relação ao método biográfico, a história de vida é um instrumento metodológico que procura explicar a trama de relações nas quais os indivíduos estão posicionados e apreender aspectos de seu contexto social (COTANDA et al., 2008). De acordo com esses autores, a história de vida privilegia o depoimento de pessoas para estudar acontecimentos históricos, instituições e grupos sociais, através de entrevistas. Nesse trabalho a história de vida está relacionada ao conceito de *storylines* proposto por Stuver (2008).

Foram realizadas entrevistas com roteiro semi-estruturado e entrevistas com roteiro não-estruturado. No roteiro semi-estruturado não há perguntas pontuais, apenas dimensões que demandam do entrevistado uma resposta mais narrativa. A entrevista com roteiro não-estruturado permite ao entrevistado responder ao entrevistador a partir de sua própria estrutura de referência, ou seja, ele julgará quais as dimensões relevantes e explicativas de uma dada situação (COTANDA et al., 2008). Foram feitas perguntas abertas referentes à trajetória pessoal e as impressões pessoais sobre encontros específicos, onde o entrevistado pôde refletir e selecionar o que gostaria de incluir na sua fala, mas também questões estruturadas sobre algum ponto do debate ou mesmo esclarecimentos técnicos que seriam úteis para o desenvolvimento de algum tema. Nas AFRs acompanhadas durante a pesquisa foram realizadas entrevistas de grupo, as quais, de acordo com Cotanda et al. (2008) caracterizam-se por reunir um pequeno número de entrevistados aos quais é proposto um tema ou algumas poucas questões para serem discutidas conjuntamente

Nos locais de processamento de alimento foi utilizada como ferramenta metodológica a observação participante, onde foi permitido que a pesquisadora experimentasse a rotina de uma agroindústria. A observação participante implica uma interação face a face, que transcorre em um período de tempo mais longo durante o qual o pesquisador passa a engajar-se nas atividades do grupo investigado (COTANDA et al., 2008). Essa ferramenta também foi utilizada para o acompanhamento dos encontros registrados durante a pesquisa. Nas reuniões, seminários, feiras temáticas ou visitas técnicas, o vínculo estabelecido ao longo desses encontros entre a pesquisadora e seus pesquisados permitiu a inserção desta em algumas das atividades para além da pesquisa em si, o que também gerou elementos importantes para a reflexão.

Desta forma, no trabalho de campo realizado no período de dezembro de 2010 a novembro de 2011, foram acompanhados:

- a) 25 encontros, sob diferentes conformações, como reuniões, seminários e visitas técnicas, que concentraram-se no Litoral Norte, mas também em Porto Alegre, e um deles no município de Lages em Santa Catarina, porém com participação intensa do Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida, que se encontra na área de estudo da pesquisa: Encontro das Comunidades do Alimento do movimento SlowFood (Brasília), reuniões preparatórias e Seminário das Frutas Nativas: manejo, beneficiamento e comercialização (Porto Alegre), as reuniões preparatórias e o Seminário das Agroindústrias familiares e Alimentação Escolar (Osório), Seminário Agroindústria e Agroecologia da Rede Ecovida de Agroecologia (Lages-SC), reuniões da Associação Içara no município de Maquiné, reuniões do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (Porto Alegre), atividades das ONG Ação Nascente Maquiné e Centro Ecológico no Litoral Norte do RS, reuniões do Grupo de Trabalho dos Produtos da Sociobiodiversidade da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Governo do Estado, Feira da Biodiversidade nos municípios de Maquiné e Três Cachoeiras, Feira da Sustentabilidade do município de Osório, Expoiner em Esteio e Festival do Açaí Juçara em Três Cachoeiras;
- b) três agroindústrias familiares rurais a partir da inserção em suas rotinas cotidianas.

Durante essas atividades, foram realizadas 31 entrevistas, com roteiros semi-estruturados, que abarcaram representantes de:

- a) oito organizações de agricultores, entre sindicatos, cooperativas e associações (associação Içara, Acert, Amadecom, Coomafitt, Coopviva, Econativa, Fetag, STR de Osório);
- b) duas redes formalizadas compostas por diversas organizações (Rede Juçara e Rede Ecovida de Agroecologia);
- c) quatro organizações que trabalham com extensão rural, entre elas, Organizações Não-Governamentais (ONG) e a assistência técnica rural oficial do estado: ONG Anama, ONG Curicaca, ONG Centro Ecológico, Emater-RS (Maquiné, Osório, Itati, Regional Porto Alegre);
- d) uma organização de pesquisa e extensão rural (Desma/UFRGS). É válido lembrar que a área de atuação de algumas destas organizações é muito mais

ampla que a proposta neste estudo, mas buscou-se abordar questões a partir de suas atuações na região da pesquisa. Complementarmente foram entrevistados técnicos da Sema-RS, Secretaria da Saúde, MAPA, SDR, e CAD/SMIC.

Os municípios do Litoral Norte visitados durante a pesquisa, seja para a realização de entrevistas, acompanhamento do trabalho nas agroindústrias ou participação em diferentes encontros foram: Dom Pedro de Alcântara, Maquiné, Osório, Itati, Três Cachoeiras e Três Forquilhas.

1.4.1 A inserção em campo

A entrada no campo pode receber como marco inicial a preparação do Seminário das Frutas Nativas do Rio Grande do Sul durante o mês de novembro de 2010, mas cabe aqui registrar que o Encontro das Comunidades do Alimento – Terra Madre, realizado em Brasília em março de 2010, assim como as atividades realizadas junto ao Desma e a ONG Ação Nascente Maquiné (Anama), também influenciaram esta pesquisa, bem como trouxeram elementos importantes para esta discussão. As ações realizadas anteriormente através de projetos de pesquisa e extensão concentraram-se no município de Maquiné, com idas e vindas constantes a este local.

Pelo advento do trabalho de campo pretendido no Litoral Norte, a pesquisadora passou a residir no município de Maquiné entre março e setembro de 2011, situando-se próxima dos locais que pretendia visitar e, ressaltando que a casa em que permaneceu durante este período situava-se bem em frente a uma das agroindústrias familiares escolhidas previamente para acompanhamento. Esta escolha facilitou o contato com os técnicos que trabalham na localidade na assessoria aos locais de processamento, o acesso às agroindústrias com maior frequência e aos encontros que ocorreram na região.

Os seis meses vivendo em um dos municípios da região da pesquisa foram importantes também para perceber a dinâmica do lugar, como por exemplo, o cotidiano das pessoas durante o rigoroso inverno, que segundo os moradores foi o mais chuvoso dos últimos tempos. Além da vizinha que possui uma agroindústria familiar em processo de regularização, em todo o município de Maquiné, as agricultoras dedicam-se a fabricação de pães, bolachas, queijos, doces de frutas, doce de leite, entre outros alimentos. Sendo assim, foi possível vivenciar as atividades cotidianas como o artesanato, a roça, a horta, e o preparo de alimentos para os de casa, familiares e vizinhos. Em seu trabalho sobre as mudanças alimentares no

município, Ramos (2007) apresenta alguns alimentos e antigas receitas que ficaram apenas na memória dos moradores da região, mas também traz aqueles alimentos que continuam sendo preparados, resistindo ao tempo e aos produtos industrializados de preparação mais rápida.

A participação nos encontros sobre os produtos da agrobiodiversidade propostos pelas organizações do Litoral Norte que prestam assessoria aos agricultores familiares ocorreu gradativamente e demandou crescente envolvimento por parte da pesquisadora. Neste sentido, é importante enfatizar que, para inserção nestes espaços, foi necessário um comprometimento para além da pesquisa em si, ou seja, no momento em que as organizações tomam conhecimento da pesquisa e do interesse pela temática, ocorrem convites para outros encontros que darão sequência à discussão e, portanto, é requisitada como imprescindível a presença do pesquisador, se realmente quer entender o contexto e os encaminhamentos que estão sendo dados à sua temática de estudo.

A escolha dos locais de processamento a serem acompanhados durante a pesquisa se deu em parte por um conhecimento prévio destes locais, devido à participação nos projetos desenvolvidos junto ao Desma, mas principalmente, foram selecionados por tratarem-se de agricultores extremamente engajados nesta rede que trata do tema dos alimentos oriundos da agricultura familiar e pelo fato de seus locais de processamento estarem localizados em áreas rurais, dentro ou próximo das propriedades em que vivem os agricultores. Estes agricultores/processadores de alimentos são participantes ativos em vários momentos de diálogo sobre o tema e de diversas ações e projetos desenvolvidos pela assistência técnica rural na região.

A escolha por locais que processam panificados (pães, bolachas, cucas) e frutas nativas (polpa de juçara) ocorreu logo no início da pesquisa, quando foi possível observar que através desses dois grupos de produtos seria possível abordar questões fundamentais no que se refere ao processamento de alimentos da agricultura familiar. Sendo assim, um dos estabelecimentos registrados processa panificados de todos os tipos, a partir de receitas antigas, como é o caso do *rosquete*, um doce típico dos casamentos tradicionais na região, mas também incrementou suas receitas com ingredientes novos, influenciados pelos cursos realizados pela extensão rural; o segundo processa polpa de juçara e outras frutas como banana, goiaba, uva; o terceiro local foi adaptado para processar tanto panificados quanto polpa de juçara. Desta forma, assim como as frutas nativas são objeto de discussão desde sua coleta, processamento e comercialização, os panificados também se apresentaram nas primeiras atividades de campo como fonte de importantes discussões como o não

reconhecimento dessa produção por algumas políticas públicas e programas do governo do estado, pelo fato da matéria-prima principal não ter origem na agricultura familiar, ao menos na região de estudo.

1.4.2 O roteiro e as entrevistas

As entrevistas foram realizadas de março a outubro de 2011. No período que antecedeu as entrevistas o acompanhamento dos encontros sobre o tema do processamento de alimentos visava também a coleta de subsídios para a elaboração do roteiro, que previa a inclusão de questões específicas de acordo com o que estava sendo discutido nos encontros que cada entrevistado participou e questões comuns para todos os possíveis entrevistados. Ressaltamos que este período de realização de entrevistas levou mais tempo do que o esperado, pois alguns dos entrevistados não tinham disponibilidade para conceder mais de uma entrevista. Então, por receio de deixar de abordar alguma questão importante, adiou-se ao máximo algumas entrevistas, revisitando constantemente o roteiro a fim de incrementá-lo, esperando por mais elementos, consultando materiais adicionais da organização a qual pertencia o entrevistado, visando preparar-se mais adequadamente para a conversa. Isso fez com que algumas entrevistas fossem marcadas somente no segundo semestre de 2011 enquanto outras foram realizadas em março do mesmo ano, o que pode ter resultado em diferentes graus de profundidade das informações. As entrevistas eram transcritas logo após a entrevista, e o relato era complementado com impressões pessoais sobre a conversa.

O roteiro contemplou algumas questões comuns para todos os entrevistados, relacionadas à sua trajetória pessoal e de trabalho com o tema da agricultura familiar ou do processamento de alimentos. Também foram feitas questões comuns sobre a opinião dos entrevistados em relação às características de um alimento de qualidade e as principais dificuldades para o processamento e a comercialização de produtos da agricultura familiar. Todas as entrevistas tiveram início com a trajetória pessoal do entrevistado, que serviu como um tipo de preparação para os temas que viriam. Foi possível perceber o quanto esta questão fazia com que o entrevistado revivesse situações antigas de sua trajetória, alguns deles chegaram a colocar no final da entrevista o quanto tinha sido importante lembrar todas aquelas histórias, há tempos esquecidas, e importantes para ressignificar o trabalho em andamento. Esta questão também foi interessante, pois, como se tratava de uma questão aberta, os entrevistados podiam selecionar quais tópicos abordar e alguns demoravam-se muito nesta questão, o que acarretou alguns desconfortos. Pois, percebiam, ao fim desta

primeira questão, passados até cinquenta minutos, que ainda havia várias outras a serem feitas. Assim, algumas entrevistas duraram até três horas, outras foram interrompidas por algum motivo e foi necessário marcar outro dia para concluir a conversa. Além das questões comuns a todos, foram feitas questões específicas, de acordo com os momentos de diálogo que estas pessoas participaram, as principais questões debatidas nestes momentos e colocações dos próprios entrevistados durante estes momentos coletivos.

As entrevistas foram agendadas por telefone, internet ou pessoalmente e não houve nenhum tipo de recusa em marcar uma entrevista, apenas alguns técnicos tinham sua agenda mais restrita e a data foi marcada para meses depois. A escolha dos técnicos que seriam entrevistados em cada uma das organizações foi feita durante os encontros, onde se destacavam pessoas que trabalham com o tema há muito tempo, seja da agricultura familiar, da agroecologia, das agroindústrias familiares ou do processamento de alimentos em geral. Sendo assim, prioritariamente, foram selecionadas para as entrevistas, pessoas que participaram dos encontros registrados durante a pesquisa, fizeram parte da equipe organizadora, foram convidadas a falar sobre determinado tema como legislação e parâmetros técnicos durante estes momentos ou estavam presentes no dia e manifestaram sua opinião, apresentando importantes trabalhos com a temática. Foram selecionadas mais de uma pessoa para cada organização em alguns casos, porque uma delas poderia fornecer informações sobre o histórico da organização e a outra se dedicava mais ao tema do processamento de alimentos dentro da organização. Além disso, à medida que as entrevistas foram sendo realizadas, pessoas indicavam outras pessoas que poderiam fornecer informações importantes para a pesquisa.

1.4.3 Registro e análise de dados

Para o registro de campo foram utilizados: o gravador de áudio, como principal ferramenta nas entrevistas e nos encontros; a câmera fotográfica, usada para registrar os eventos, os produtos e algumas práticas de processamento; e o diário de campo, para anotações diversas. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra para posterior análise e reflexão. Através do gravador também foi realizado o consentimento do entrevistado em participar da pesquisa e da utilização de trechos de sua fala.

A partir do material coletado, seja nas entrevistas, encontros ou acompanhamento às agroindústrias, surgiram múltiplas possibilidades de análise, as quais tiveram que ser direcionadas para o foco desta pesquisa, ou seja, a identificação dos atores sociais, suas

trajetórias, os temas em debate e os processos de aprendizagem. Para a descrição das organizações, além das entrevistas com seus representantes, buscou-se sites institucionais bem como materiais de divulgação, artigos ou relatórios técnicos.

Todas as falas dos entrevistados presentes neste trabalho, assim como as imagens e descrições sobre espaços de processamento, organizações, pessoas e relações foram cuidadosamente selecionados. Houve uma preocupação desde o início da pesquisa em como abordar o tema sem expor pessoas ou organizações, e, ao mesmo tempo, apresentar as dificuldades existentes, sem personificar os envolvidos. Neste sentido, não foram mantidos os nomes originais das agroindústrias no capítulo cinco, assim como nas iniciais que identificam trechos das falas dos entrevistados, presentes ao longo de toda a dissertação.

Para análise dos fluxos de relações entre as organizações utilizou-se a plataforma UCINET 6.232 (BORGATTI et al., 2002) e representação gráfica das matrizes NetDraw 2.089(BORGATTI et al.,2002). A partir destas ferramentas, buscou-se representar as interconexões entre as organizações estudadas. Também para a análise foram utilizadas as medidas de conectividade e centralidade que são recursos disponibilizados por este software.

A conectividade da rede foi inferida a partir do cálculo da densidade da rede. Para este cálculo foi considerado o número de conexões existentes, dividido pelo número de conexões possíveis. Já o grau de centralidade relaciona-se ao número de componentes (componente aqui entendido como as organizações, grupos ou entidades que foram mapeados) da rede aos quais um determinado componente está diretamente ligado(BORGATTI et al., 2002).

Outro dado analisado refere-se ao grau de intermediação, compreendido como o número de pares componentes que determinado componente está ligando (quantos pares de organizações uma determinada organização liga). A centralidade da intermediação refere-se ao potencial daqueles que servem de intermediário. Resulta do cálculo de quanto um ator atua como ponte facilitando o fluxo de informações. Neste sentido, uma organização pode não apresentar muitas ligações, mas pode ser importante para a mediação das trocas.

1.5 CONCEITOS E ABORDAGENS TEÓRICAS DA PESQUISA

Muitas poderiam ser as abordagens teóricas para explicar o empírico evidenciado neste trabalho, devido a riqueza de dados obtidos em campo. No entanto, a escolha dos conceitos e autores utilizados ocorreram devido ao contato que a pesquisadora teve com a

literatura que enfatiza a aprendizagem coletiva e a construção de conhecimentos em espaços de diálogo (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008; PLOEG, 2008; STUIVER, 2008; SABOURIN, 2009), uma bibliografia recente para tratar da realidade dos espaços rurais no Brasil.

Ao tratar da rede de pessoas e organizações envolvidas com o tema da agrobiodiversidade no Litoral Norte do estado foi utilizada a abordagem da comunidade de práticas. De acordo com Stuver (2008) as comunidades de práticas são compostas por pessoas que deliberadamente se engajam em processos de aprendizagem coletiva por um longo período de tempo, com o objetivo de ter insights e alterar a ordem social a longo prazo. Esse conceito teve utilidade particular para esta pesquisa, pois inclui pessoas que se engajam em processos de aprendizagem coletiva, compartilhando interesses sobre um mesmo tema (WENGER, 1998; STUIVER, 2008). Três elementos são estruturais nas comunidades de prática (WENGER; McDERMOTT; SNYDER, 2002): o domínio, a comunidade e a prática.

O domínio diz respeito a uma base comum e um sentimento de identidade, legitimando a existência da comunidade através da “[...] afirmação dos seus propósitos e valor aos membros dessa comunidade” (WENGER; McDERMOTT; SNYDER, 2002, p.27). Trata-se do elemento que inspira os participantes para contribuírem e para engajarem-se de modo a que suas ações e iniciativas tenham significado. O domínio não é um conjunto fixo de problemas, trata-se de algo que acompanha a evolução do mundo social e da própria comunidade.

A comunidade decorre de um conjunto de situações para atender aos interesses relacionados a seu domínio. Nesse sentido os membros participam de atividades e discussões em conjunto, compartilham informação, ajudam-se, de forma que são construídos relacionamentos que permitem que um participante aprenda com o outro, não sendo necessário que todos se conheçam diretamente ou trabalhem diariamente juntos para participar de uma mesma comunidade.

A prática relaciona-se ao fato de que uma comunidade de práticas não é meramente uma comunidade de interessados sobre um assunto e sim de pessoas que trabalham, operam com um assunto. Conseqüentemente, eles trocam histórias, experiências, formas de resolução de problemas, e outros recursos, viabilizando a geração de práticas compartilhadas.

Nesse sentido uma comunidade de prática não existe por poderes formalmente instituídos, da mesma forma que não se impõe organizacionalmente, pois, “[...] uma comunidade de prática é uma estrutura emergente, nem inerentemente estável nem mutável ao

acaso” (WENGER, 1998, p. 49). Caracteriza-se por envolver processos de aprendizagem coletiva e construção do conhecimento, os quais foram abordados nesse caso a partir da experiência dos espaços de diálogo sobre agrobiodiversidade no Litoral Norte. O espaço de diálogo tratado neste trabalho refere-se, sobretudo, às relações que são criadas em momentos de encontros e que permanecem, que se desdobram em outras ações e outros encontros, além das atividades cotidianas em que agricultores e técnicos dialogam a fim de encontrar alternativas e similaridades. Desta forma, os espaços de diálogo podem ser interpretados enquanto um processo resultante da comunidade de prática ou como sendo a própria comunidade, já que esta essencialmente engloba todos os processos que estão ocorrendo nesse espaço.

Sabourin (2009) afirma que a aprendizagem somente ocorre se existem algumas representações comuns entre os atores, ao que Stuver (2008) propõe, como uma possível unidade entre as diferentes estratégias e especificidades dos atores, as *storylines*. As *storylines* são padrões narrativos comumente desenvolvidos e narrados por membros das comunidades de práticas que conferem significado para suas atividades, como por exemplo, as diferentes histórias dos atores sobre determinado assunto. Neste sentido, nas entrevistas realizadas com técnicos e agricultores, buscou-se, a partir das trajetórias dessas pessoas e suas percepções acerca do debate no qual estão engajadas, algo que as una nesse propósito, e também, elementos que as façam divergir em alguns pontos, a fim de entender suas diferentes posições perante o debate. Assim, conjuntamente com a busca desses narradores, foi possível também delinear quem são estas pessoas e grupos que engajam-se nesse processo emergente, os quais conformam esta comunidade de práticas

Além das abordagens teóricas descritas, dois conceitos são importantes na compreensão do universo empírico deste estudo, são eles: a Agrobiodiversidade e a Agroindústria Familiar Rural.

1.5.1 Agrobiodiversidade

O uso do termo agrobiodiversidade esteve presente desde as primeiras propostas feitas para esta dissertação, pois tratava-se de um termo familiar à pesquisadora, graduada em ciências biológicas. Neste sentido, trazer para um trabalho com enfoque multidisciplinar um conceito com o qual já se tem alguma proximidade seria importante. Além disso, o conceito de agrobiodiversidade, presentes nos trabalhos de Empeaire, relacionam-se com aspectos

como conhecimento e aprendizagem, os quais também serão abordados a partir de referenciais teóricos específicos (SANTILLI; EMPERAIRE, 2006b). Os trabalhos de Santilli sobre agrobiodiversidade fazem referência aos aspectos legais, os quais também serão tratados nesta pesquisa, pois em diversos momentos de diálogo dispõe-se de muito tempo esclarecendo dúvidas sobre a legislação, discutindo propostas para sua adequação e apontando divergências e diferentes interpretações dos técnicos no que se refere à mesma normativa (SANTILLI, 2009).

O conceito de agrobiodiversidade utilizado neste trabalho aborda a sua conservação através do uso, sendo que um maior entendimento das questões referentes ao termo se dá pelo estudo das relações humanas, suas cerimônias, seus artefatos, seus saberes, suas práticas e os fatores sócio-econômicos. Neste contexto, especialmente no capítulo cinco, o componente cultural da agrobiodiversidade será desenvolvido a partir da vivência com os agricultores e seus espaços de processamento de alimentos, abordando aspectos como seus saberes e práticas.

O Encontro Nacional sobre Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural e o Seminário sobre Proteção da Agrobiodiversidade e Direito dos Agricultores, ocorreram nos anos de 2003 em Brasília e 2009 em Curitiba/PR, respectivamente. Ambos trataram das estratégias dos agricultores e de programas de fomento para a conservação da agrobiodiversidade brasileira, e tinham como objetivo fornecer subsídios para elaboração de políticas públicas destinadas ao uso, à conservação e à valorização da agrobiodiversidade, sendo uma das estratégias a criação de espaços de diálogo e de atuação conjunta entre instituições de pesquisa e fomento às populações tradicionais. Também foram tratadas questões como a necessidade de ajustes nas legislações ambiental, sanitária e fiscal no que se refere à utilização da agrobiodiversidade pelos agricultores.

Neste sentido, Stella et al. (2006) apresentam alguns instrumentos jurídicos de proteção aos direitos dos agricultores e mecanismos de repartição de benefícios gerados pela utilização da agrobiodiversidade, previsto em documentos originados na Convenção da Diversidade Biológica e no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU), que o Brasil assinou em 2002. Porém, afirmam que, apesar de algumas exceções pontuais feitas ao reconhecimento formal do direito dos agricultores familiares, os instrumentos jurídicos vigentes tendem a impedir a livre circulação de material fitogenético e, a longo prazo, terão um impacto sobre os sistemas locais que geram uma alta diversidade desses recursos.

Portanto, através da discussão trazida por estes autores pretende-se no capítulo quatro dessa dissertação aprofundar aspectos legais que impedem os agricultores de realizarem algumas de suas práticas, embora existam políticas públicas nas quais está previsto tratamento diferenciado com base no uso sustentável dos recursos e no fortalecimento da agricultura familiar.

1.5.2 Agroindústria Familiar Rural

O conceito de Agroindústria Familiar Rural (AFR), também é importante para este estudo, o qual contemplou estes espaços nas atividades de campo a fim de obter informações mais precisas sobre a realidade dos agricultores familiares. As AFR tratadas neste trabalho são locais de processamento de alimentos que apresentam estrutura separada da casa da família, fato que pode ser distintivo do processamento caseiro de alimentos, mantendo algumas características da artesanidade, mas incluindo maquinários e ritmos de uma pequena indústria. Desta forma, dentro do universo de produtos oriundos da agrobiodiversidade local, serão tratados neste trabalho aqueles que estão sendo processados, ou seja, recebem algum tipo de transformação pelos agricultores e agricultoras, baseados em seu saber-fazer, a partir de técnicas antigas ou recentemente incorporadas através de oficinas e novidades trazidas pelos extensionistas rurais.

O conceito de agroindústria familiar rural inclui unidades familiares de beneficiamento de diferentes tamanhos e funções. Uma definição ampla para agroindústria rural inclui locais onde ocorrem atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final seja dada pelo produtor (IBGE, 2006).

Mior (2008) caracteriza a agroindústria familiar rural a partir de aspectos como a localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores, procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos, processos artesanais próprios, assim como mão de obra da família. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha dos agricultores, a agroindústria familiar rural constitui um novo espaço e um novo empreendimento social e econômico (MIOR, 2005). Outros autores acrescentam, com base em seus dados empíricos, características como o fato da família atuar em todas as etapas da AFR, desde a produção, planejamento e comercialização (AGNE, 2010).

O termo é usado com diferentes enfoques, em Agne (2010) são ressaltados os aspectos referentes à rede de relações que as AFR usam para comercialização e troca dos seus produtos, além da identificação das características que diferenciam este tipo de produção. Santos (2006) analisa os principais fatores que influenciam na comercialização de algumas agroindústrias do Alto Uruguai, além de aspectos como as estratégias de comercialização, caracterização da força de trabalho utilizada e a identificação de aspectos relacionados à regularização fiscal e sanitária adotados por algumas agroindústrias. Nichele (2010) faz um diagnóstico das potencialidades e dos maiores entraves para o estabelecimento das agroindústrias familiares.

O presente trabalho assemelha-se ao de Nichele (2010) no que se refere ao apontamento dos problemas enfrentados pelas AFR, e ao de Agne (2010) ao apontar a rede de relações usadas pelas AFR. Difere-se dos estudos anteriores no que diz respeito à discussão sobre esses estabelecimentos e o processamento de alimentos em espaços de diálogo, e por discutir o tema das AFR juntamente à temática da agrobiodiversidade, como proposta de conservação ambiental através do uso dos recursos naturais e geração de renda no meio rural. Além disso, o tema é tratado neste trabalho pela abordagem da construção do conhecimento e aprendizagem coletiva, as quais exercem influência no processamento dos alimentos na AFR.

Estes conceitos e abordagens teóricas serão utilizados ao longo de todo o trabalho na reflexão sobre o espaço de diálogo formado pela rede da agrobiodiversidade e as questões de debate que lhe são pertinentes.

Para facilitar a abordagem dos temas apresentados, estes foram subdivididos da seguinte forma:

O segundo capítulo será composto de uma descrição da rede de pessoas e organizações que tratam do tema da agrobiodiversidade e dos produtos da agricultura familiar no Litoral Norte do estado. Serão descritas as relações entre as organizações, estratégias de atuação e trajetórias de seus membros, a partir da abordagem das comunidades de práticas (WENGER, 1998; STUIVER, 2008).

No terceiro capítulo, o processo de aprendizagem e produção de conhecimento, elementos intrínsecos às comunidades de práticas, são abordados na sua relação com o espaço de diálogo formado pela rede da agrobiodiversidade.

O quarto capítulo vai aprofundar algumas questões, principalmente no que se refere ao processamento de alimentos oriundos da agricultura familiar, as quais foram apontadas nos momentos de diálogo registrados e nas entrevistas. Porém, os assuntos tratados ultrapassam a

questão do processamento em si, abrangendo temas como a aquisição de matéria-prima, o manejo da agrobiodiversidade, as divergências na orientação técnica a partir de diferentes interpretações da lei, a certificação orgânica, a comercialização e a demanda por estes produtos, a partir de uma valorização do modo de vida rural.

O quinto capítulo se dedica a uma reflexão sobre a vivência nos locais de processamento acompanhados durante a pesquisa, a fim de verificar os desdobramentos das questões discutidas nos espaços de diálogo em contextos locais. Através de observação participante e das entrevistas com os agricultores foi possível conhecer suas práticas cotidianas, trajetórias pessoais, estratégias e motivações, assim como sua inserção nas redes e nos espaços de diálogo.

Nas considerações finais, último item deste trabalho, serão retomadas algumas questões abordadas nos capítulos anteriores, e feita uma reflexão sobre o espaços de diálogo enquanto um ambiente propício para a construção de propostas referentes aos produtos da agrobiodiversidade.

É importante salientar que, a fim de compreender o processo que ocorre no Litoral Norte acerca dos produtos da agrobiodiversidade, este trabalho aborda diferentes níveis em relação ao tema do conhecimento. Um deles trata da produção de conhecimento em si, que está sendo construída coletivamente através da participação de cada uma das organizações na rede da agrobiodiversidade. As relações entre as diversas organizações são descritas no capítulo dois, o modo como esses diferentes conhecimentos se enfrentam nos espaços de diálogo é abordado no capítulo três, os desdobramentos dessa construção em contextos locais são abordados no capítulo cinco. O outro nível se refere às questões em si, trazidas à tona nos encontros registrados na pesquisa, nas entrevistas e na vivência nas agroindústrias familiares, envolvendo os produtos da agrobiodiversidade, apresentadas no capítulo quatro e retomadas no capítulo cinco, a partir de casos específicos.

2 O ESPAÇO DE DIÁLOGO SOBRE AGROBIODIVERSIDADE NO LITORAL NORTE DO RS

Figura 3 – Espaços de diálogo e de comercialização dos produtos da agrobiodiversidade



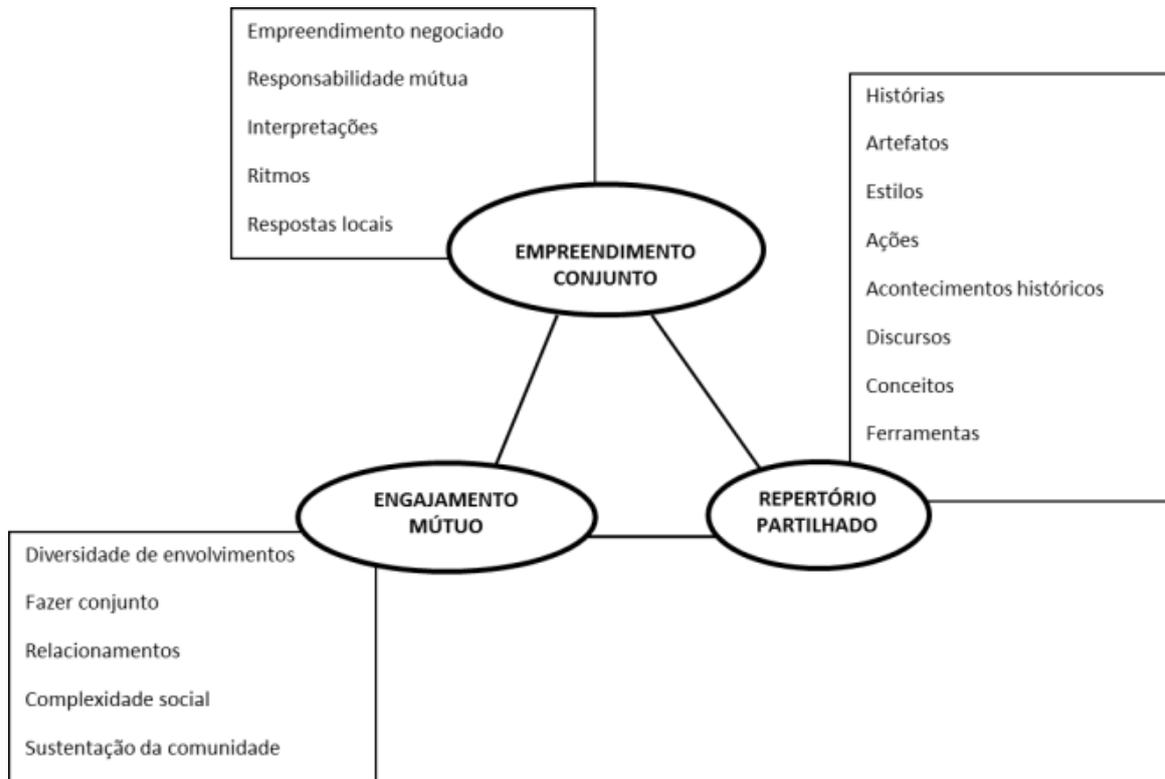
Fonte: fotografias da autora (2011).

Nota da figura 3: a) banca da ONG Anama na 9ª Feira da Biodiversidade de Três Cachoeiras; b) banca da Associação Içara na Feira da Biodiversidade de Maquiné; c) banca da Acert na 9ª Feira da Biodiversidade de Três Cachoeiras; d) banca da Coomafitt na 34ª Expointer; e) banca da Associação Içara na 34ª Expointer; f) polpa de juçara na AFR Cará-da-terra; g) cartaz da 9ª Feira da Biodiversidade de Três Cachoeiras (da esquerda para a direita de cima para baixo).

Neste capítulo serão apresentadas as organizações envolvidas no espaço de diálogo sobre agrobiodiversidade, e as formas pelas quais se configura este espaço. São abordadas características dessas organizações, estratégias de atuação, as relações que estabelecem entre si e as trajetórias de seus representantes, a fim de encontrar algumas evidências de como passaram a atuar conjuntamente e também sobre suas possibilidades de construção de propostas coletivas. A abordagem das comunidades de práticas (WENGER, 1998; STUIVER, 2008) foi utilizada como instrumento de análise para compreender as relações entre as organizações e a própria existência do espaço de diálogo criado.

As comunidades de práticas estão baseadas no engajamento de pessoas em relação a um mesmo tema através de encontros constantes, e que dessa forma, fortalecem a própria relação e seu entendimento e envolvimento com o tema (STUIVER, 2008). O uso do termo envolve necessariamente aspectos como aprendizagem coletiva, comprometimento dos envolvidos e compartilhamento do conhecimento gerado (ECKERT, 2006; WENGER, 2006). Wenger (1998) ressalta que uma comunidade de prática não é um mero agregado de pessoas definidas por determinadas características, e Lave e Wenger (1991, p. 98) afirmam que “o termo não implica necessariamente em copresença, um grupo bem identificável, ou fronteiras socialmente visíveis”. Para a apreensão de um objeto assim tão fluido, Wenger (1998) destaca três dimensões das comunidades de prática que seriam suas “fontes de coerência”: engajamento mútuo (*mutual engagement*); empreendimento conjunto (*joint enterprise*); repertório partilhado (*shared repertoire*), os quais estão sumarizados na figura 4.

Figura 4 - Dimensões da prática como propriedade de uma comunidade



Fonte: adaptado de Wenger (1998, p. 73).

O engajamento mútuo estaria baseado nas interações sociais que são promovidas por meio do encontro, envolvendo conflitos e tensões que surgem nesta convivência. O empreendimento conjunto caracteriza-se por um processo negociado entre os participantes que partilham uma experiência comum. E o repertório partilhado refere-se a um ajustamento feito pelos membros da comunidade às suas próprias interpretações a fim de conferir coerência à prática que os une. Esta última dimensão pode ser relacionada ao conceito de *storylines*, as quais também são trazidas ao longo deste capítulo, a fim de descrever as trajetórias das pessoas que participam desse espaço de diálogo, representando as organizações, e suas diferentes posições acerca de um mesmo tema. Desta forma, *storylines* comuns ou compatíveis entre os envolvidos em uma comunidade de prática promovem um maior engajamento com o tema, menos divergências e possivelmente maiores avanços através da construção de uma proposta comum. O repertório partilhado entre as organizações pode ser visualizado de certa forma através de seu próprio histórico, projetos em desenvolvimento e estratégias de atuação conjunta. A partir deste repertório, foi possível inventariar as organizações que compõem esta comunidade.

Uma leitura corrente entre os participantes desta pesquisa, em relação ao Litoral Norte do RS, é que não existe uma tradição em cooperativismo, associativismo ou outro tipo de

trabalho coletivo entre os agricultores. Essa característica seria justificada pelas más experiências dos agricultores com essas formas de organização coletiva, mas também associada às características culturais dos moradores. Porém, esses grupos, atualmente, são fomentados por uma rede de pessoas e organizações como ONGs, Emater, órgãos do governo que atuam na execução de políticas públicas, algumas cooperativas, associações, universidades e outras instituições de pesquisa, além dos consumidores. Notoriamente, essa rede tem contribuído para que os grupos existentes se fortaleçam, mas, não necessariamente, agreguem mais agricultores.

A fim de contextualizar essa rede e os espaços de diálogo que criaram, é importante trazer elementos históricos relacionados à paisagem e dinâmica locais, para um melhor entendimento em relação à relevância de sua atuação na região.

2.1 O MEIO AMBIENTE E A AGRICULTURA FAMILIAR ENQUANTO QUESTÕES PERTINENTES DE INTERVENÇÃO E FOMENTO: OS PRIMÓRDIOS DA REDE DA AGROBIODIVERSIDADE

A região do Litoral Norte, conforme apresentado no capítulo anterior, por suas características paisagísticas apresenta-se como o foco de programas e ações objetivando a preservação desses ambientes. Esse parece ser o primeiro foco que motiva a atuação de alguns grupos que acabam se formalizando em ONGs. Nesse contexto, no Litoral Norte, a partir da década de 1990, o discurso motivador desses grupos relaciona-se a preocupação com a degradação ambiental da Mata Atlântica causada pela modernização da agricultura e expansão urbana e industrial. Ao mesmo tempo, o fato da região caracterizar-se pela presença predominante de agricultores, cujo sistema de produção pode ser caracterizado como familiar e que passam a ser, gradativamente, incluídos na categoria de agricultores familiares, motivam a inclusão nas pautas locais de reivindicações das questões sociais, ligadas à sobrevivência das comunidades rurais que vivem na região, em interação com a paisagem a ser preservada.

É válido lembrar que o termo agricultura familiar surgiu através de debates promovidos pelo meio acadêmico e por movimentos sociais. Na década de 1990, ocorreu a legitimação e o reconhecimento desta categoria, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso,

na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF⁶ (Nichele, 2010). Políticas públicas específicas como o Programa Fome Zero em 2003, também fizeram com que os olhares fossem voltados para esse público, que passou a receber alguns incentivos como crédito, assistência técnica, além de tornar-se público alvo de diversos projetos de extensão rural desenvolvidos por ONGs e universidades.

É nesse contexto que se visualiza a criação das ONGs no Litoral Norte na década de 1990, relacionada aos movimentos estudantis, ambientalistas, sociais e da Igreja Católica. Das três principais ONGs que atuam no Litoral Norte, duas delas são provenientes de grupos de estudantes que visitavam a região e decidiram atuar no local, primeiramente enquanto acadêmicos e depois profissionalmente. A outra surgiu a partir de um grupo de jovens que atuava junto a Comissão Pastoral da Terra, movimento que também deu origem a alguns grupos de agricultores no estado, como o caso da Associação de Colonos Ecologistas da Região de Torres (Acert) no Litoral Norte. Na mesma época formaram-se cooperativas de consumidores ecológicos, associações e cooperativas de agricultores familiares. Mais recentemente, as universidades, através de projetos de extensão universitária, passaram a atuar oficialmente com esses grupos, assim como a Emater, que passou a dialogar com as ONGs em alguns de seus escritórios municipais.

Uma iniciativa de diálogo entre diversas organizações ocorreu primeiramente como forma de buscar alternativas de renda para as famílias de agricultores, através de atividades que fossem condizentes com a legislação ambiental vigente, a qual não comporta práticas, muitas vezes, tradicionalmente realizadas por essas comunidades. Como marco da discussão sobre os produtos provenientes da agrobiodiversidade local, no Litoral Norte, pode-se citar o diálogo proposto por ONGs através das suas atuações junto ao Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CERBMA)⁷. Esse espaço permitiu a discussão sobre o uso sustentável de algumas espécies vegetais, através da participação de pessoas e organizações com diferentes posições acerca desse tema, que variavam desde uma posição mais conservacionista até mais utilitarista dos recursos naturais.

Nesse debate ora o tema é tratado pelo viés do manejo sustentável da biodiversidade, ora como extrativismo sustentável ou ainda como as possibilidades de uso dos PFNM, todos

⁶ O Pronaf é um programa do governo federal destinado ao apoio financeiro a projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

⁷ O CERBMA, criado em 1996, é um colegiado de entidades governamentais e não-governamentais que se dedica a debater a gestão territorial da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado, com vista à conservação da biodiversidade, ao uso sustentável e à geração e sistematização de conhecimento científico e popular.

vinculados às possíveis alternativas de renda para as famílias rurais. Em 2006, no município de Maquiné, realizou-se o I Seminário de Uso Sustentável da Mata Atlântica, importante momento de debate onde foram apresentados resultados de pesquisas acerca deste tema.

As diversas organizações reunidas neste propósito e que passaram a se encontrar com regularidade em diversos encontros, a longo prazo, constituíram um espaço de diálogo acerca do tema da agrobiodiversidade, caracterizado aqui enquanto uma comunidade de prática, a fim de discutir algumas de suas características e processos emergentes.

2.2 MAPEAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES QUE TRATAM DO TEMA DA AGROBIODIVERSIDADE NO LITORAL NORTE

Primeiramente serão apresentadas as ONGs que têm um papel determinante no fomento ao espaço de diálogo, propondo a maior parte dos encontros que ocorrem no Litoral Norte sobre a temática da agrobiodiversidade. As organizações dos agricultores são apresentadas em seguida, as quais também participam ativamente dos encontros e constituem o principal motivo para sua ocorrência. Posteriormente, são trazidos elementos referentes à organização de assistência técnica oficial do estado, a Emater, que, recentemente, tem atuado mais fortemente nesse grupo. Por fim, são listadas algumas organizações governamentais que cumprem papel de fomento ou fiscalização aos produtos dos agricultores, e são convidadas a participar do espaço de diálogo a fim de fornecer esclarecimentos referentes à sua área de atuação, bem como encaminhar propostas junto às suas organizações.

2.2.1 Organizações Não-Governamentais de assistência técnica a agricultura familiar

São descritas a seguir, as três principais ONGs que fomentam o espaço de diálogo em questão, a partir de alguns elementos referentes à sua formação e atuação junto aos agricultores. Para uma descrição mais completa das ações que desenvolvem no Litoral Norte e dos encontros propostos por cada uma delas, ver apêndice A.

A ONG Centro Ecológico Ipê iniciou seus trabalhos na região da Serra Gaúcha aproximadamente em 1985 como um centro demonstrativo, cujo objetivo inicial era demonstrar a viabilidade técnica e econômica da Agricultura Ecológica. Após três anos de experimentação e prática, em uma propriedade rural de 70 hectares, localizada no município de Vacaria, os técnicos vinculados ao projeto buscaram uma maior

inserção na comunidade, visando a disseminação da proposta junto a agricultores familiares da região (CENTRO ECOLÓGICO, 2011). Em 1994 passam a atuar também no Litoral Norte do estado, principalmente devido ao surgimento da Acert, associação de agricultores que demandavam um trabalho técnico de assessoria à agricultura ecológica na região. Essa ONG, dentre as que estão sendo tratadas aqui, foi a que desde o início esteve relacionada à questão agroecológica propriamente dita, influenciando outras que surgiram depois dela.

Através de visitas, reuniões, cursos e oficinas de capacitação e planejamento, assessora organizações de agricultores familiares na produção, processamento e comercialização de alimentos ecológicos. Uma decorrência deste trabalho é a busca do resgate e manejo da biodiversidade agrícola e alimentar, o estímulo à organização de produtores e consumidores, o desenvolvimento de mercados locais para produtos ecológicos e o estímulo à formulação de políticas públicas que incentivem uma agricultura sustentável (CENTRO ECOLÓGICO, 2011). As outras organizações que atuam no Litoral Norte dentro da mesma proposta surgiram ambas no ano de 1997, as ONGs Curicaca e Anama. Outra semelhança entre elas é o fato de surgirem a partir de um grupo de estudantes que pela afinidade com a região, acabaram por desempenhar ações de caráter educativo e científico, formalizando-as através de uma organização não-governamental. A Anama surge a partir de um grupo de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que dirige suas pesquisas durante a graduação para o município de Maquiné, e realiza ações de educação ambiental e resgate do patrimônio histórico e da cultura local. Um dos primeiros trabalhos desenvolvidos pela ONG, junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, foi o Diagnóstico sócio-econômico e ambiental de Maquiné. Em seguida as ações de pesquisa e extensão voltam-se prioritariamente para questões ligadas ao rural devido às características do município.

A ONG priorizou desde o início em seu trabalho, o envolvimento com a comunidade e a busca da resolução de conflitos envolvendo questões legais e as práticas dos agricultores. Nos primeiros anos de existência foram realizadas diversas ações de integração com a comunidade, promoção de debates e participação em eventos locais. De 1998 a 2002 foi realizado um projeto de educação ambiental para formação de professores e paralelamente trabalhos relacionados ao uso da agrobiodiversidade, envolvendo temas como a samambaia-preta, a agricultura familiar ecológica, o artesanato local e as plantas medicinais, atividades apontadas como potencialmente geradoras de renda para as comunidades em que atuavam.

A Curicaca começou informalmente como um grupo de estudantes reunidos na região de entorno dos parques nacionais, mais especificamente no município de Cambará do Sul. O objetivo era promover o desenvolvimento sustentável com as comunidades locais, pois na época havia a perspectiva iminente de um turismo “de massa” a ser incentivado por políticas públicas estaduais e federais na região dos Aparados da Serra. Desenvolve projetos e ações envolvendo alternativas econômicas sustentáveis e vinculadas às comunidades residentes no entorno das unidades de conservação onde trabalha.

Encontrar alternativas de renda para as comunidades rurais é um tema que une estas organizações, e o manejo da biodiversidade seria uma das possibilidades, pois, segundo as organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), muitas comunidades rurais utilizam ou utilizaram em algum momento da sua história, ou ao menos têm potencial para este tipo de manejo. Neste sentido, as ONGs atuam principalmente com estratégias de apoio à organização social e à qualificação para este tipo de processo, mas também em políticas públicas, normativas e nas articulações multi-institucionais que englobam este tema.

Projetos que tinham como foco central o fomento à formação de grupos de agricultores com foco na geração de renda foram o mote de muitas ONGs, porém, considerando as experiências adquiridas em alguns de seus trabalhos junto às comunidades rurais, optaram por não criar expectativas caso não exista uma possibilidade real de concretizá-las. A formação de grupos demanda uma continuidade nas ações, e os projetos desenvolvidos por estas organizações em geral têm duração de apenas um ano, sendo que depois deste período é necessário esperar pela renovação do projeto, que pode demorar alguns meses, ou ainda aguardar outros editais para submissão de projetos. Sendo assim, algumas organizações somente realizam trabalhos de formação de grupos se houver um projeto contínuo de no mínimo três anos, tempo que consideram minimamente necessário para que um grupo comece a se auto-gestionar. Caso contrário, não teria sido formada uma articulação suficiente entre as pessoas, dando margem para a desmotivação e desestruturação do grupo e, até mesmo, para o oportunismo de alguns componentes, preponderando o interesse individual em detrimento das decisões coletivas. O trecho da entrevista abaixo, remete à responsabilidade que deve estar implícita em cada proposta de ação.

Isso é uma diretriz institucional, nós não vamos chegar e dizer para as pessoas, vamos lá começar, vamos fazer um curso, se nós não conseguimos garantir toda uma ação na cadeia produtiva, se nós não conseguimos abrir espaço para nicho de mercado, se nós não conseguimos efetivamente garantir um processo avançado de certificação, essas coisas assim, nós não entramos. (M.P.S., técnico de ONG)

Os chamados hiatos financeiros são frequentes para estas organizações e foram tratados como uma das questões mais relevantes nas entrevistas com seus componentes. Todas as ONGs estão vinculadas a projetos, geralmente com curto prazo de execução, o que implica, muitas vezes, em uma descontinuidade nas ações. O fato de trabalharem com uma equipe pequena, alguns voluntários, e integrantes que também atuam em outras organizações, não permite um grupo dedicado exclusivamente para a captação de recursos e escrita de novos projetos. O que ocorre em muitos casos, é que são desenvolvidas ações de resgate dos conhecimentos relacionados a uma determinada prática, mas não se consegue uma continuidade de financiamento para seguir assessorando essas famílias na produção. Isso reflete algumas das dificuldades do trabalho realizado pelas ONG no que se refere à continuidade de suas ações, manutenção da equipe técnica e da própria organização. Ainda que as organizações existam todas há mais de dez anos, possuam uma equipe consolidada e o reconhecimento do seu trabalho por parte da comunidade, a maioria dos técnicos não são remunerados por todas as atividades que realizam.

Neste sentido, é interessante ressaltar que, dificilmente, profissionais trabalham neste tipo de organização porque não tiveram alternativa, ao contrário, este é um trabalho almejado, conquistado e constantemente reafirmado. O trabalho, por vezes penoso, parece ser compensado pelas paisagens que podem ser visitadas, pelas pessoas que se conhece, pelas ações tão discutidas e cuidadosamente elaboradas e pela certa liberdade de realizar um trabalho no qual realmente se acredita.

2.2.2 As organizações dos agricultores

Foram escolhidas três cooperativas e três associações de agricultores para comporem a pesquisa devido à participação ativa de seus membros nos encontros sobre agrobiodiversidade. A Cooperativa de Consumo e Produção dos Pequenos Produtores do Litoral Norte (Coopviva) compreende, principalmente, agricultores do município de Osório e entorno, e assim como outras cooperativas, surgiu da necessidade de comercializar seus produtos, a partir das exigências do governo federal pela emissão de nota fiscal. O grupo originou-se em 2006 enquanto uma associação, com 120 associados, que funcionou durante dois anos, até a formação da cooperativa, que desde o princípio comercializava seus produtos para o PAA. Assim como para as outras duas cooperativas que serão apresentadas nesta seção, o PAA e mais recentemente o PNAE não só motivaram a formação dessas organizações como

as mantém ativas e comercializando seus produtos, por vezes exclusivamente para estes dois programas.

Outra cooperativa que realiza um trabalho significativo no Litoral Norte é a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (Coomafitt), formada em 2006 com apoio da Emater juntamente com agricultores familiares que já faziam parte de uma associação, mas tinham dificuldade de vender seus produtos. O objetivo principal da cooperativa, que possui cerca de 100 sócios, é o desenvolvimento dos três municípios em que atua, gerando renda para a região e atraindo principalmente os jovens que desejarem permanecer na agricultura. Como estratégia para manter a participação dos agricultores e as vantagens decorrentes do fato de que todos se conhecem e podem acompanhar de perto os processos que estão ocorrendo na cooperativa, estabeleceram um número máximo de integrantes. Hoje são comercializados pela cooperativa o melado, o açúcar mascavo e o aipim descascado, enquanto produtos processados, e se tem expectativa de em breve abarcar outros produtos, como é o caso da polpa de juçara.

Os produtos comercializados pela cooperativa são em sua grande maioria convencionais⁸, mas existe interesse dos técnicos em apoiar os agricultores na transição para a agricultura de base ecológica, processo entendido como lento e gradual. Os alimentos produzidos sem agrotóxicos pela cooperativa até pouco tempo não tinham nenhum tipo de certificação orgânica e eram vendidos junto com os convencionais. Recentemente obtiveram a certificação orgânica de alguns produtos pela Rede Ecovida e os agricultores já estão se organizando para a formação de Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC)⁹.

A terceira cooperativa é a Cooperativa Regional de Produtores Ecologistas do Litoral Norte (Econativa), fundada em 2005 pela necessidade de ter uma organização representativa dos agricultores ecologistas na região. Desde a preparação para sua formação teve como grande parceira e apoiadora a ONG Centro Ecológico, que auxiliou durante dois anos na elaboração de um estatuto participativo para a cooperativa. Assim como as outras cooperativas, a Econativa participa de uma rede envolvendo muitas organizações, seja no apoio à comercialização, divulgação de seus produtos ou assistência técnica à produção. Um técnico da cooperativa descreveu essa rede como um “circo”, do qual fazem parte a ONG

⁸O termo alimentos convencionais, neste trabalho, são usados para designar alimentos que foram cultivados com insumos químicos.

⁹ Uma OPAC faz parte do Sistema Participativo de garantia da qualidade orgânica. Funciona através de comissões formadas por agricultores e técnicos que realizam visitas periódicas às propriedades dos agricultores que pretendem receber a certificação. Esse sistema permite o uso do selo de orgânico nos produtos.

Centro Ecológico, a Econativa, a Cooperativa de Consumidores Orgânicos de Três Cachoeiras (Coopet) e Cooperativa de Consumidores de Produtos Ecológicos de Torres (Ecotorres), as feiras ecológicas locais, a Teia de Educadores Ambientais¹⁰, a Acert e diversos grupos de agricultores ecologistas do Litoral Norte. E foi justamente a articulação entre essas organizações e a prefeitura o que permitiu a inserção da polpa de juçara, na merenda escolar de Três Cachoeiras em 2011. Este acontecimento foi precedido de um trabalho educativo amplo desenvolvido pela rede, envolvendo alunos, merendeiras, nutricionistas, agricultores, pais e professores. A Econativa abastece com polpa de juçara, atualmente, três municípios do Litoral Norte do RS, Três Cachoeiras, Tramandaí e Capão da Canoa, através do PNAE. Fazem parte da cooperativa, duas agroindústrias familiares que despulpam os frutos da palmeira juçara e outra em processo de adequação.

A Acert foi criada em 1991, através do incentivo de líderes da Igreja Católica a um grupo de jovens agricultores ecologistas, fomentando outro modelo de agricultura, baseada nos princípios da agroecologia e contrapondo o modelo do agronegócio¹¹. Esse grupo demandava assistência técnica, culminando na vinda da ONG Centro Ecológico para o Litoral Norte do estado, que antes disso atuava apenas na região da serra gaúcha.

Atualmente, essa associação reúne diversos grupos de agricultores em seis municípios do Litoral Norte, os quais comercializam uma diversidade de produtos processados e *in natura* nas feiras ecológicas de Torres e Porto Alegre e, através da Econativa, para os programas do governo federal de compra da agricultura familiar. A associação possui uma agroindústria regularizada, que processa diversos tipos de frutas, incluindo os frutos da palmeira juçara, tendo sido contemplada com recurso de projeto coordenado pelo Centro Ecológico, para construção, junto ao local de processamento, de uma câmara fria com capacidade para armazenar 12 toneladas de polpa congelada.

Formada no ano de 2010, na região do Vale do Maquiné, a Associação de Agricultores e Coletores Içara é composta por agricultores/extrativistas, técnicos e estudantes com o objetivo comum de divulgar e comercializar produtos como a polpa da juçara, sementes crioulase produtos coloniais como pães, bolachas e sucos de frutas. Além disso, pretende desenvolver projetos envolvendo a comunidade local, principalmente os jovens, com relação a alternativas de renda no meio rural, através, por exemplo, do processamento de frutas nativas.

¹⁰ A Teia de Educadores Ambientais reúne educadores de diversas escolas do Litoral Norte do RS ligadas a ONG Centro Ecológico através de um programa de educação alimentar e ambiental.

¹¹ O termo agronegócio será usado neste trabalho referindo-se a agricultura de larga escala, baseada em monocultivos e utilização de insumos químicos.

Possui atualmente dez associados, muitos dos quais também participam de outras organizações como ONG, grupos de pesquisa da universidade e redes formalizadas.

A associação Içara recebe assessoria principalmente da ONG Anama, mas participa de várias atividades do Centro Ecológico, principalmente no que se refere à divulgação dos produtos e certificação orgânica. Para o processamento da polpa de juçara a associação utilizou-se durante algum tempo de um espaço público cedido para tal fim, mas que no momento estão impedidos de usar, devido à mudanças nas normas da organização. A forma encontrada para processarem a polpa é a utilização de agroindústrias de terceiros, neste caso específico, a associação Içara utiliza-se de agroindústrias que pertencem às outras duas associações registradas nesta pesquisa, a Acert e a Associação de Mulheres Agricultoras para o Desenvolvimento Comunitário de Três Forquilhas (Amadecom).

Concluindo os grupos de agricultores acompanhados nesta pesquisa, a Amadecom, formalizada em 2001, com o apoio da Emater e da ONG Centro Ecológico, surgiu como um espaço de conversa e confecção de preparados à base de plantas medicinais para as mulheres de uma comunidade rural no município de Três Forquilhas. Recentemente, construíram uma pequena agroindústria e a equiparam com todo o maquinário necessário para o processamento de panificados, doces e polpas de frutas através de recursos de um projeto coordenado pela ONG Centro Ecológico. Recebem assessoria técnica desta ONG e da Anama, que os auxilia no desenvolvimento de novos produtos e gestão da agroindústria.

Outras organizações, representativas dos agricultores familiares, que tiveram participação nos encontros foram a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS), através de seu setor de Agroindústrias Familiares e o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) do município de Osório. A Fetag-RS no que diz respeito ao tema abordado neste trabalho, atua principalmente na organização dos agricultores para participação em grandes feiras que divulgam e comercializam os produtos das agroindústrias familiares, como é o caso da Expointer. Para tanto, realiza cursos de capacitação sobre atendimento ao consumidor e formação de preço dos produtos, por exemplo, atuando localmente através dos seus 351 sindicatos filiados (FETAG, 2011).

O movimento sindical antes entendia que esse tipo de ação era trabalho exclusivo da instituição oficial de assistência técnica e extensão rural, mas atualmente acordamos que ambas as partes precisam trabalhar juntas e levamos isso a conhecimento de cada sindicato, para que auxiliem localmente na organização dos agricultores. (P.F.L., técnico da Fetag)

Atualmente a Fetag-RS participa de aproximadamente quinze feiras de grande porte por ano, desde sua concepção, até a inserção dos agricultores e dos produtos da agroindústria familiar. Alguns desses espaços representam uma grande conquista, pela inserção da agricultura familiar em eventos que originalmente eram direcionados exclusivamente ao agronegócio.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Osório atua na assessoria a regularização de processos e produtos da agricultura familiar, acesso as políticas públicas, benefícios previdenciários e no licenciamento ambiental. Também participam de conselhos e comitês no Litoral Norte onde são discutidas questões que possam ser de interesse dos agricultores.

Se por um lado priorizou-se a apresentação das ONGs e das organizações dos agricultores que contribuem para a emergência do espaço de diálogo sobre os produtos da agrobiodiversidade, é válido lembrar que várias outras organizações, ao menos através de alguns técnicos específicos, estavam presentes nos diversos encontros registrados durante esta pesquisa, participando desde a sua concepção. A maior parte delas engajou-se mais recentemente no espaço de diálogo, convidadas a participar da construção de uma proposta conjunta que pudesse dar conta das demandas dos agricultores familiares. Apesar da participação mais recente, essas organizações também são consideradas como parte da rede da agrobiodiversidade, a qual possui diferentes níveis de envolvimento por parte de suas organizações, mas ainda assim, reúne conhecimentos fundamentais e complementares para a resolução das questões que envolvem os produtos da agricultura familiar.

2.2.3 A assistência técnica oficial

A Emater inicia sua história no estado em 1955 na assistência técnica e extensão rural junto aos agricultores, tendo uma atuação marcada pela transferência de tecnologia e conhecimento técnico para o agricultor. Porém, nos últimos anos, adotou uma prática mais construtivista e participativa através de metodologias que consideram o conhecimento dos agricultores, além do conhecimento técnico-científico, visando o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável (EMATER, 2011). De acordo com os técnicos da organização, o papel da Emater em seus escritórios municipais consiste na organização dos produtores, garantia de acesso a políticas públicas como crédito para aquisição de áreas e custeio para lavouras e assistência técnica para alguns tipos de cultivos.

Na maior parte do tempo estão envolvidos em facilitar o acesso às políticas públicas do governo federal e estadual, como o PRONAF, o PNAE e o PAA.

Foi possível perceber através desse estudo a visível capilaridade da Emater, presente em praticamente todos os municípios do estado, bem como a extensão das ações que realiza. A Emater também é requisitada como parceira nos mais diversos projetos no meio rural com outros órgãos como Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), SDR-RS, Secretaria da Saúde e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Discute-se atualmente na Emater-RS, ao menos em algumas de suas regionais, a necessidade de interlocução e ação conjunta entre os diversos setores, pois se compreendeu que não será a ação isolada de uma organização que irá promover a agricultura familiar.

2.2.4 Organizações governamentais de fomento ou fiscalização aos produtos da agricultura familiar

A Secretaria Estadual de Saúde (SES) atua através das suas Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) na vigilância sanitária dos alimentos. No Litoral Norte, a Coordenadoria Regional em Osório atende 23 municípios atualmente, concedendo o alvará sanitário e orientando sobre as adequações necessárias à regularização dos espaços de processamento de alimentos de origem vegetal. O MAPA atua no registro e inspeção de produtos de origem animal e bebidas, além da classificação vegetal e do controle da qualidade de produtos padronizados. Responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. De acordo com a organização, no Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final (BRASIL, 2012).

Na parte ambiental, participa ativamente dos espaços de diálogo a SEMA, mais especificamente os técnicos que atuam junto ao Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP). Têm sido convidados ao diálogo pelo seu papel fundamental nas decisões relacionadas ao manejo da vegetação nativa e transporte de produtos florestais não-madeiráveis. No que se refere aos recursos florestais, o DEFAP é responsável pela gestão dos manejos e das compensações na área florestal, restauração e recuperação de áreas protegidas

ou degradadas, programas e projetos de reposição florestal, além do cadastro de produtores, consumidores e comerciantes de produtos florestais (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

A SDR-RS tem como prioridade o fortalecimento das cadeias produtivas das economias de base familiar e cooperativa, conjugando melhoria de renda, qualificação tecnológica e sustentabilidade social e ambiental. Entre suas atribuições está o compromisso de formular, coordenar e executar políticas e diretrizes de desenvolvimento rural, com ações dirigidas à Agricultura Familiar, assentados da reforma agrária, pescadores, comunidades indígenas e quilombolas, agroindústrias familiares e cooperativas rurais e urbanas. Em seu Programa de Agroindústria Familiar, a Secretaria tem por objetivo apoiar a implantação de agroindústrias familiares em estabelecimentos rurais e a legalização daquelas que se encontram na informalidade, além da assistência técnica e apoio à comercialização de seus produtos (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

É válido lembrar que as organizações governamentais citadas possuem uma atuação muito mais ampla do que a que está sendo abordada neste trabalho, contemplando as diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul. Porém, nos encontros sobre agrobiodiversidade, se fizeram presentes, principalmente, prestando alguns esclarecimentos no que se refere a aspectos técnicos e legais envolvendo os produtos da agricultura familiar.

2.3 A CRIAÇÃO DE REDES FORMALIZADAS ENTRE AS ORGANIZAÇÕES – UMA ESTRATÉGIA DE AÇÃO CONJUNTA

Algumas organizações se utilizam de um formato de rede e ações conjuntas como uma estratégia para fortalecer suas atividades e agilizar alguns processos que, provavelmente, demorariam muito mais tempo para obterem resultados, caso fossem reivindicados por apenas uma organização. Duas redes envolvendo diversas organizações são de interesse para este trabalho, pelas ações que realizam na região estudada acerca dos produtos da agrobiodiversidade. Uma delas, a Rede Ecovida de Agroecologia, consolidou seu formato organizacional enquanto rede em 1998, em resposta às perspectivas mercadológicas em torno dos produtos orgânicos e de um projeto de normatização e certificação que não condizia com a proposta das organizações envolvidas com a agroecologia no sul do Brasil (REDE ECOVIDA, 2007).

A Rede Ecovida é uma rede formada por agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais, além de pequenas

agroindústrias e comerciantes ecológicos. Entre seus objetivos estão o estímulo ao trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos; a articulação e disponibilização de informações entre as organizações e pessoas; o estímulo ao intercâmbio, resgate e valorização do saber popular e o desenvolvimento de uma marca e um selo que expressem o processo, o compromisso e a qualidade de seus produtos (REDE ECOVIDA... 2007).

Desde 2010, a Associação Ecovida está credenciada oficialmente no MAPA, o que significa o reconhecimento da capacidade da Rede Ecovida e suas instâncias afirmarem a qualidade ecológica de seus produtos e unidades produtivas (REDE ECOVIDA..., 2011). O funcionamento da Rede é descentralizado e está baseado na operação de 23 núcleos regionais distribuídos nos três estados do sul do Brasil, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Núcleo Litoral Solidário, que desenvolve suas ações no Litoral Norte do RS, compreende diversos grupos de agricultores, incluindo a Acert. A coordenação atual da Rede é da ONG Centro Ecológico e a ONG Anama recentemente passou a fazer parte oficialmente da rede.

A Rede Juçara foi criada em 2008 com o objetivo de fortalecer e articular os trabalhos sobre manejo da palmeira juçara realizados em diversas localidades, a partir da troca de experiências entre as iniciativas institucionais e produtivas relativas à espécie. Envolve 23 instituições dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, tendo como finalidade a superação de dificuldades locais, geração de conhecimento e subsídios para elaboração de políticas públicas voltadas para agricultores familiares e comunidades tradicionais em áreas de Mata Atlântica (REDE JUÇARA, 2012). Atua nas diversas regiões por meio de seus pólos, sendo que o Pólo Sul da Rede Juçara, que tem como área de abrangência o Litoral Norte do RS, está sob a coordenação da ONG Anama. E a ONG Centro Ecológico é uma das organizações que fazem parte da rede desde sua formação.

Assim como o trabalho das ONG, o trabalho de redes formalizadas como a Rede Juçara e a Ecovida necessita permanentemente buscar por fontes financiadoras para a realização de seu trabalho. A estratégia da Rede Juçara, por exemplo, para dar continuidade às suas ações na ausência de editais com as características de trabalho em rede foi que cada organização participante escrevesse seus projetos, acessando os editais dentro da sua área de atuação, mas com vistas a atender algumas demandas da rede e seguindo a metodologia construída conjuntamente.

2.4 ESTRATÉGIAS DAS ORGANIZAÇÕES – ATUAÇÃO POLÍTICA E CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO DE DIÁLOGO

Atuar politicamente, seja nas atividades cotidianas da organização, ou nos principais fóruns de construção de políticas públicas, é algo comum às organizações registradas neste capítulo. O trabalho do dia-a-dia, junto aos agricultores, está sempre impregnado da ideologia da organização e da sua forma de pensar a questão do desenvolvimento local.

Quanto às macro-políticas, as três ONGs são bastante atuantes em espaços onde são discutidas questões pertinentes à agricultura familiar e sua relação com os recursos naturais. Os conflitos existentes entre a legislação, suas normativas e as práticas dos agricultores, são debatidos e negociados com os órgãos governamentais normatizadores, e a estratégia neste sentido, seria agir politicamente a fim de direcionar os resultados para o mais próximo possível do que é almejado pelas organizações que atuam junto aos agricultores. Nem sempre essas organizações representam as reivindicações da maioria dos agricultores e mesmo que cumpram esse papel, os resultados desse tensionamento político são imprevisíveis, ou seja, ainda que seja participativo e carregado de “boas intenções” e das ideologias das organizações de fomento a agricultura familiar, nunca se sabe ao certo os rumos que essas decisões podem tomar. O caso da samambaia-preta no Litoral Norte é um exemplo, em que ocorreram inúmeras discussões, envolvendo diversas organizações, culminando na criação de uma normativa regulamentadora que minimamente trazia a proposta das ONGs para o manejo da espécie¹². Porém, não alterou na prática a cadeia produtiva da samambaia e a situação dos agricultores/extrativistas.

No entanto, essas intervenções geraram o que os técnicos denominam de “um ambiente favorável”, pois se anteriormente qualquer discussão sobre uso e conservação de produtos da floresta era banida sequer da possibilidade de ser debatida, atualmente existe um espaço para tal. Foi reconhecida a importância do tema, e já é consenso entre várias organizações de que o uso dessas espécies pode ser uma estratégia para sua conservação, fazendo com que mais agricultores também reconheçam a importância e a alternativa que elas representam. Esse ambiente favorável permitiria ações mais integradas de uso e conservação, como apontado por um dos entrevistados no trecho abaixo:

¹²Instrução normativa Sema nº 1. Dispõe sobre as Normas para a regularização da coleta de folhas (frondes) da samambaia-preta (*Rumohra adiantiformis* (G.Forst.) Ching). Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, (RIO GRANDE DO SUL, 2006).

Mas nem a juçara nem a samambaia é a salvação da lavoura entendeu, o que ocorre é que isso vai gerando ambientes favoráveis, e tudo isso através da construção política, nas diferentes esferas, que geram um ambiente favorável ao desenvolvimento de outras ações, que hoje em dia se tu pensa em trabalhar com juçara e samambaia e tu tem um ambiente favorável para isso, tu já pode pensar em coisas além, como por exemplo evoluir de um trabalho com uma espécie ou duas para uma questão mais integrada que são os sistemas agroflorestais. (C.D.O., técnico de ONG)

Desta forma, seja através da proposição de encontros formais, da participação em fóruns de discussão ou através do incentivo aos agricultores, para que estes se tornem ativos nas suas reivindicações, é possível constatar através do breve histórico de suas ações, que as organizações citadas, especialmente as ONGs, exercem papel fundamental na criação de um espaço de diálogo sobre a agricultura familiar e os produtos da agrobiodiversidade. Apesar do entendimento de que o diálogo entre as diversas organizações envolvidas com este tema ocorre através de avanços e retrocessos, a estratégia da atuação conjunta é apontada por praticamente todos os técnicos como a forma de obter melhores resultados, na maior parte das vezes.

Neste sentido, Wenger (1998) ressalta que apenas a proximidade física e as relações pessoais não são, por si só, suficientes para definir uma comunidade de prática, ou seja, não necessariamente através do encontro existirá o diálogo entre os diferentes atores. Porém, os repetidos encontros ajudam, por exemplo, a promover interações sociais, as quais são uma das bases necessárias para que a comunidade se desenvolva. Essas interações são importantes pelo que permitem e contribuem para que os participantes se percebam envolvidos em algo comum (um empreendimento conjunto).

A seguir serão discutidas algumas características das relações estabelecidas entre organizações que dialogam com as ONGs nesse espaço recentemente criado, que incluem muitas divergências, mas também aprendizagens significativas para todos os envolvidos. Essa rede de relações estão representadas na figura 5, que demonstra algumas proximidades e afastamentos entre as organizações, apesar de atuarem conjuntamente no debate sobre os produtos da agrobiodiversidade.

2.5 A RELAÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Das três cooperativas registradas, duas estão ligadas fortemente à Emater há bastante tempo, e ambas participam de atividades pontuais propostas pelas ONGs, sendo que uma

delas teve uma má experiência com a assessoria prestada por uma ONG e atualmente optou por trabalhar somente com o órgão oficial de ATER. Os técnicos de uma das cooperativas associa a boa relação com os agricultores com o fato de terem desde o início o apoio da Emater, o que fez com que os agricultores aderissem ao grupo, caso contrário prevaleceria a desconfiança em relação ao cooperativismo, comum entre os agricultores nesta região. No entanto, este panorama é fluido, existindo cooperativas e associações que desde sua formação contam com o apoio das ONGs e pouco mantêm relação com a Emater.

A resistência dos agricultores em relação às ONGs por vezes está relacionada à elaboração de projetos por estas organizações sem a devida participação dos agricultores, o que pode ocorrer devido ao fato de serem lançados editais com período curto para entrega das propostas, sem tempo hábil para a realização de um diagnóstico das ações mais apropriadas. Essa questão encontra-se parcialmente resolvida em relação às ONGs tratadas aqui, por serem organizações que atuam há mais de dez anos no Litoral Norte e já terem realizado alguns diagnósticos da região, bem como pelo fato destas desenvolverem projetos com base nas demandas levantadas em suas ações anteriores. Ainda assim, é comum o trabalho beneficiar um pequeno grupo de pessoas em suas ações, seja por limite de recursos financeiros ou de corpo técnico.

Depois de aprovado o projeto, algumas ações tem que ser executadas e nem sempre podem ser alteradas para atender às demandas mais urgentes dos agricultores. Além disso, parece sempre complexo os agricultores entenderem que as ações que estão ocorrendo na sua região envolveram investimentos financeiros tão altos, sendo que as mudanças na comunidade são extremamente lentas e graduais. Neste sentido, por parte das ONGs, percebe-se uma preocupação na transparência da prestação de contas, apresentando minimamente o modo como foi usado o recurso durante a execução de seus projetos. Um dos entrevistados cita ainda, as irregularidades envolvendo ONGs no país, amplamente divulgadas pela mídia, o que prejudica o trabalho e gera desconfiança em relação a este tipo de organização.

Os órgãos governamentais, por sua vez, ainda não reconhecem o trabalho desenvolvido pelas ONGs junto aos agricultores, referindo-se apenas à Emater ao tratar da assistência técnica e extensão rural no estado. Dificilmente estes órgãos estabelecem um trabalho diretamente com os agricultores, sendo esta relação sempre mediada pela Emater.

Recentemente parece estar iniciando um diálogo entre as organizações da assistência técnica oficial e as ONGs, mas por um longo tempo isso não ocorria e as cooperativas e associações de agricultores recebiam assessoria de uma ou de outra. No entanto, a importância

de uma demarcação de papéis, tornou-se evidente no acompanhamento das ações em que participaram duas ou mais organizações que prestam assessoria técnica ao mesmo grupo de agricultores. É claramente perceptível que não ocorre um diálogo prévio entre as organizações e que, muitas vezes, não se têm um interesse em que isso aconteça por parte dos técnicos, seja pelo pouco tempo de que dispõem para novas atividades ou mesmo falta de interesse nesse tipo de interação. Sendo assim, as propostas apresentadas pelas organizações, muitas vezes, se sobrepõem, gerando constrangimentos e desafetos entre os técnicos, e certa confusão para os agricultores, que querem manter ambas como apoiadoras de seu trabalho.

Neste sentido, a técnica de uma das ONGs citadas, que atua há mais de dez anos no desenvolvimento de projetos com meio ambiente e agricultura familiar, aborda a necessidade de articulação entre as várias ações que ocorrem no Litoral Norte em relação à temática. A complexidade trazida pela diversidade de organizações atuando junto aos agricultores familiares requer, na articulação entre as organizações, uma definição dos objetivos comuns e específicos, na tentativa de não sobrepor ações ou disputar o mesmo espaço, mas atuar complementarmente. Ela própria atua junto a uma ONG, na Universidade e em uma rede formalizada entre diferentes organizações (governamentais e não-governamentais), além de Grupos de Trabalhos (GT) com a temática da agrobiodiversidade e, neste sentido, coloca que *“são muitas ações simultâneas, portanto é necessário uma pausa para a compreensão de tudo que está acontecendo para evitar sobreposição das ações e conseguir avanços”* (R.S.C, técnica de ONG).

Em algumas situações específicas foi possível constatar uma tensão na relação entre Emater e as ONGs. O trabalho dinâmico das ONGs, onde os técnicos necessitam estar constantemente renovando seus interesses pessoais e profissionais para permanecerem em suas ações, traduzem-se em certa ansiedade na obtenção de resultados: *“Eu tava louco para me meter para ajudar o negócio a ir para frente”* (P.F.P., técnico de ONG referindo-se a lentidão de alguns processos que estavam sendo encaminhados pela Emater). No entanto, um dos técnicos que atua em uma ONG ressalta a necessidade da assistência técnica oficial assumir o trabalho que hoje é realizado basicamente pelas ONGs, relativos ao manejo e uso da agrobiodiversidade. As ONGs já teriam realizado um papel demonstrativo nesse sentido, mas para que essas ações ganhem escala, seriam necessárias uma política de estado, um corpo de extensão rural comprometido com o tema e linhas de financiamento específicas.

Os técnicos da Emater reconhecem a dificuldade do órgão em dialogar com outras entidades, mas alegam que esta é uma questão complexa para a maioria das organizações,

sendo necessária a construção de um espaço de diálogo entre elas, o qual, nem sempre avança na velocidade e da forma esperada, as vezes inclusive parece retroceder, constituindo-se verdadeiramente a médio e longo prazo. Porém, trata-se de uma importante ferramenta para que as organizações se reconheçam e estabeleçam, ao menos, formas de convivência possíveis.

O fato da Emater depender de uma política de governo e de uma política da própria organização, amparada em uma estrutura hierárquica clássica, centralizada no escritório central, na figura de alguns técnicos específicos, determinariam muitas das ações realizadas a nível municipal. Se por um lado essa característica dificulta a atuação dos técnicos localmente, que necessitam sempre reportar-se aos superiores para tomarem qualquer decisão, por outro lado, percebe-se que isso varia com a postura de cada técnico, sendo que perfis mais autônomos têm um maior poder de articulação com seus superiores e realizam atuações mais adequadas à realidade local.

Sobre a dependência da Emater de uma política de governo, foi ressaltado nas entrevistas o fato de que durante o mandato do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado (1999-2003), a organização adotou algumas medidas mais alinhadas com o trabalho das ONGs, o que não se sustentou após a mudança de governo. Atualmente, com o retorno do PT no estado existe um claro resgate das políticas públicas de fomento aos sistemas agroflorestais e outros modos de produção mais sustentáveis.

Alguns técnicos acreditam que a relação entre as organizações de assistência técnica está em processo de construção, especialmente em alguns municípios, onde tornaram-se relativamente próximas na execução de ações específicas junto aos agricultores. Segundo um técnico da Emater, a relação atualmente ocorre através da ajuda mútua e seria apenas a falta de tempo dos técnicos o motivo pelo qual não ocorrem mais trabalhos coletivos, os quais seriam fundamentais para potencializar os esforços de ambas as organizações, através do que o entrevistado denomina de “trabalho social entre as entidades”.

2.6 A NECESSIDADE DO DIÁLOGO PARA O ESTABELECIMENTO DA COERÊNCIA NAS RELAÇÕES

A morosidade dos processos envolvendo a agricultura familiar, segundo os entrevistados, ocorreria em parte pela falta de vontade e receio de alguns técnicos das organizações. O discurso de apoio e fomento aos agricultores e suas questões nem sempre se

traduzem em ações neste sentido, sendo necessário para isso, assumir certas responsabilidades e riscos, pois, em geral, trata-se de um processo novo e desconhecido, que nem todos estão dispostos a participar, como aparece no trecho da entrevista abaixo:

Gente para dizer que não pode e deixar tudo como ta tem muito. Eu acho que a maior parte desses técnicos que estão nesses órgãos de liberação e licenciamento estão mais preocupados em fazer o seu do que preocupados com o cara que ta lá (o agricultor). (J.F.N, técnica de organização governamental)

Os órgãos que fiscalizam os produtos da agricultura familiar abordam a dificuldade de compreensão da legislação por parte dos agricultores, cabendo as organizações de extensão rural atuarem enquanto mediadoras dessa relação, realizando um tipo de “tradução”. Porém, o que se verifica na prática é que mesmo as organizações responsáveis por essa mediação não compreendem as minúcias do processo, cuja informação está centrada, muitas vezes, em alguns técnicos específicos no âmbito do órgão fiscalizador. Neste sentido, são apontadas as dificuldades de entendimento da legislação e seu conjunto de normas, mesmo por parte dos que lidam com ela no cotidiano, e casos em que técnicos se aproveitam do desconhecimento da legislação por parte dos agricultores: *“alguns abusam do desconhecimento legal e tripudiam sobre os agricultores familiares”* (J.F.N, técnica de organização governamental).

De encontro a essas colocações, o técnico de uma organização governamental, respondendo às questões dos agricultores sobre o processamento de alimentos em um encontro específico sobre este assunto, ressalta que os agricultores têm o dever de se apropriar da legislação e seguir suas orientações quando optam pela produção de alimentos.

No entanto, apesar das dificuldades no diálogo, uma proposta quase unânime entre as organizações é a necessidade de uma ação conjunta em relação aos produtos da agrobiodiversidade, sendo os agricultores protagonistas desse processo, mas dentro de um projeto coletivo, envolvendo diversas organizações. Uma estratégia apontada neste sentido é o planejamento de “dias de campo”, em que os técnicos dos órgãos legisladores vivenciam na prática a realidade dos agricultores e suas principais dificuldades. O objetivo é de que esses profissionais tornem-se mais sensíveis às questões reivindicadas por quem as vivencia na prática, tornando-se mais flexíveis na aplicação da legislação e parceiros para o desenvolvimento de projetos em comum: *“O legislador precisa entender as práticas dos agricultores para incluí-las na legislação”* (R.F.L, técnico de ONG).

Outras possibilidades de atividades conjuntas a fim de criar alinhamento entre as organizações são, o intercâmbio de experiências e os seminários de nivelamento. O

intercâmbio é um método bastante utilizado pelas ONGs, que consiste em visitas realizadas por técnicos e agricultores às experiências consolidadas de determinado grupo ou organização, as quais podem servir de modelo ou inspirar a construção de propostas para uma dada realidade. Os seminários de nivelamento seriam, principalmente, sobre as questões legais envolvendo toda a cadeia produtiva dos produtos da agricultura familiar, sobre as quais divergem as opiniões pessoais dos técnicos, bem como a interpretação que realizam da legislação e os encaminhamentos dados para cada caso. Através destes encontros poderiam ser realizados acordos entre os técnicos, para que possam ter uma posição comum em relação às questões técnicas e legais envolvendo esses alimentos, além de constituir um espaço para a construção conjunta de propostas que possam ser encaminhadas junto às suas organizações, considerando as reivindicações de ambas as partes e as demandas apresentadas pelos agricultores.

O histórico isolamento das organizações teria resultado nas dificuldades encontradas atualmente, relativas à ausência de diálogo, o que prejudica principalmente o produtor rural, vítima da falta de interlocução entre os setores. Nas palavras de um técnico da extensão rural, *“A dificuldade não está em construir, a dificuldade está em não querer conversar, em não querer apresentar-se”* (C.S.O., técnica da Emater).

De acordo com um dos técnicos entrevistados, a criação de espaços de diálogo entre as organizações facilitaria a realização de determinados acordos, para que, por exemplo, os técnicos não tivessem que assumir sozinhos certas responsabilidades, referindo-se a situações em que preferiu não assumir a responsabilidade por algo que lhe suscitava dúvidas, muitas vezes tolhendo as iniciativas dos agricultores. Isso ocorre, de certa forma, pelo fato de não existir clareza em relação às providências a serem tomadas em casos específicos, ficando a cargo de definições pessoais dos técnicos e suas interpretações da legislação, o que, para o agricultor, pode representar o impedimento de suas práticas. As decisões nestes casos podem ser dependentes inclusive das relações pessoais estabelecidas entre os agricultores e os profissionais envolvidos na aplicação de normas e sanções.

Sendo assim, o diálogo entre os técnicos, buscando uma compreensão conjunta da legislação, por exemplo, poderia evitar uma série de informações contraditórias que são repassadas aos agricultores no que se refere à produção e comercialização de seus produtos. No entanto, o diálogo estaria mais constante atualmente, e estaria ocorrendo uma maior interlocução entre o poder público e a representação dos agricultores familiares, dando origem

a um novo nível de compreensão pelas duas partes: “*As diversas organizações tem se mostrado receptivas e com boa vontade de aprender junto*” (C.S.O., técnica da Emater).

Em relação às questões apresentadas, Wenger (1998) evidencia que o engajamento mútuo, embora necessário para a constituição de uma comunidade de prática, não ocorre necessariamente de uma forma pacífica ou harmoniosa. Para lá da confiança, existem conflitos e tensões, como seria de esperar num conjunto de pessoas que convivem. O autor ressalta aspectos da comunidade de práticas como a diversidade e a homogeneidade dos membros. A homogeneidade seriam os aspectos comuns que são trazidos por cada um, mas também apreendidos em conjunto, a partir da diversidade de cada um. No entanto, trabalhar em conjunto pode gerar a construção de outras diferenças. Neste sentido, é válido lembrar que para a comunidade de práticas é importante tanto a sobreposição daqueles que tem a mesma visão sobre o assunto quanto a interação com outros parceiros cujos saberes sejam complementares àqueles.

O engajamento mútuo envolvido na construção de uma comunidade de prática não joga só com a competência de cada um, as competências dos outros são também fundamentais sendo importante, portanto, a capacidade de interagir com as competências dos outros. Assim, a diversidade (que é própria de uma comunidade de práticas e que se desenvolve ao longo da participação na prática) também se relaciona com a ideia da parcialidade dos saberes ou competências de cada participante. Dentro dessa comunidade de prática sobre agrobiodiversidade, esses diferentes saberes, sejam eles técnicos ou oriundos do conhecimento local, foram mobilizados a fim de responderem a uma questão maior e complexa relativa à produção familiar de alimentos. Por mais contraditórios que possam parecer em determinados momentos, esses saberes são complementares de algum modo, e a partir deles deve-se chegar a um determinado acordo ou decisão que possam contemplar os aspectos mais importantes para cada um dos envolvidos.

Desta forma, a complementaridade de papéis e de competências revela-se útil para a coerência da comunidade. No entanto, esta parcialidade pode ser tanto um recurso para uma comunidade de prática quanto uma limitação, ou seja, a incapacidade de integrar essas diferentes competências, por exemplo, pode conduzir à estagnação da comunidade. Sendo assim, para o pleno funcionamento da comunidade de prática, as informações não devem estar centralizadas em alguns membros, mas sim em todos eles, através da partilha comum de conhecimentos.

2.7 *STORYLINES*: FONTES DE COERÊNCIA E DIVERGÊNCIAS EM UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA

Durante os encontros e nas entrevistas com os diferentes atores sociais, membros da comunidade de prática reunida sobre a temática dos produtos da agrobiodiversidade, ficaram evidentes suas diferentes posições sobre o assunto, definidas principalmente de acordo com a organização a que pertencem, mas também em relação as suas vivências e trajetórias pessoais. No entanto, também podem ser percebidas algumas similaridades entre elas e uma crescente disposição ao diálogo, o que contribui para o fortalecimento da comunidade de práticas.

As organizações dos agricultores, por exemplo, ressaltam o fato das questões ambientais, tão em voga atualmente quando se fala de agricultura familiar, deverem ser consideradas no planejamento das atividades no meio rural, mas visando a garantia da produção do agricultor familiar, para que além dos recursos naturais, a família do agricultor também possa ser mantida.

O órgão ambiental, por sua vez, parece estar em um momento favorável ao diálogo, tendo criado a partir da sua participação nos espaços de diálogo, um grupo interno a fim de propor alternativas para as principais questões relacionadas ao manejo da agrobiodiversidade. Internamente o órgão estaria reconhecendo suas dificuldades na aplicação da legislação ambiental, um dos órgãos governamentais que se mostra mais disposto à interlocução com outras organizações, participando ativamente nos espaços de diálogo. Essa situação parece ter ligação direta com o fato de, recentemente, ter passado a compor o quadro de técnicos, uma pessoa que já atuava anteriormente em projetos envolvendo agricultores familiares, participante ativa da rede da agrobiodiversidade tratada neste capítulo, e que fortaleceu essas ideias no seu espaço de atuação.

Técnicos pertencentes aos órgãos que regulam a parte sanitária dos alimentos, com implicações no processamento dos produtos da agrobiodiversidade, trazem para a discussão aspectos relacionados à responsabilidade que deve estar implícita nessa produção. São evidenciadas neste sentido as contaminações físicas, químicas e biológicas que podem ocorrer nos alimentos, que ao serem consumidos podem causar enfermidades e oferecer riscos à saúde pública. Desta forma, todas as etapas do processo de regularização seriam necessárias para a garantia da qualidade do produto, assim como o cumprimento de todas as normas exigidas pela legislação sanitária, cabendo ao agricultor conhecê-las e cumpri-las, caso optem por produzir e comercializar alimentos.

Os profissionais desta área pareciam desconfortáveis em alguns encontros, demonstrando insatisfação em relação ao modo como eram questionados. A fala de um deles dá margens para esta observação: “*Nós somos sempre os vilões da história*” (M.P.B, técnico da vigilância sanitária).

No entanto, apesar das inúmeras discussões onde foram solicitadas alterações na legislação sanitária, a qual desconsideraria a produção familiar, foram marcantes os relatos em várias entrevistas de que a profissional responsável pela vigilância sanitária no Litoral Norte teria bom senso nas suas solicitações e exigências, adequando-as à realidade das famílias. No entanto, mais uma vez isso fica a cargo da boa vontade de uma profissional e dependente das relações pessoais que estabelece, as quais influenciam na sua decisão sobre a regularização dos espaços de processamento.

Entre a organização de assistência técnica oficial e as ONGs as divergências em relação às orientações dadas aos agricultores ficaram evidentes em uma situação específica no Litoral Norte. A ONG em questão realizava um inventário dos bens culturais de alguns municípios da região, e o secretário da agricultura de um dos municípios solicitou uma parceria para montar um roteiro turístico nos alambiques de cachaça, os quais faziam parte do inventário, juntamente com os engenhos de mandioca, os engenhos de açúcar, entre outros locais. Durante a visita aos alambiques constatou-se que, a maior parte deles, a partir de uma assessoria realizada pela assistência técnica oficial, tinham sido orientados para uma adaptação tecnológica. Os alambiques que eram galpões rústicos, com suas antigas pipas feitas de madeira-de-lei, haviam sido destruídos, e construído no local alambiques de alvenaria, substituindo todo o sistema anterior por material sintético.

De acordo com os técnicos da ONG, as orientações ficaram restritas exclusivamente às exigências legais, desconsiderando outras questões tão importantes quanto, relacionadas ao histórico da atividade e suas peculiaridades. A tentativa de construir algo intermediário, que garanta a qualidade da produção a ponto de atender as exigências sanitárias e que também mantenha os aspectos culturais da estrutura do alambique e do processamento realizado nele, tentativa da maior parte das ONG, entra em conflito, muitas vezes, com a assistência técnica oficial e mais diretamente com os órgãos normatizadores e fiscalizadores. A fala transcrita a seguir, em relação ao roteiro turístico nos alambiques, é clara neste sentido: “*Como é que vocês querem fazer um roteiro cultural se a estratégia foi a de acabar com o que tinha de cultural nessa área de produção?*” (M.P.S, técnico de ONG)

Sendo assim, estes técnicos procuram adequar às normas sanitárias à realidade da região onde atuam, a fim de contemplar as questões envolvendo a higiene dos locais de processamento, mas mantendo os aspectos que justamente caracterizam o meio rural e suas práticas, as quais podem gerar, inclusive, outras formas de trabalho para os agricultores, como é o caso da atividade de turismo rural descrita acima. A essa capacidade de adequação entre diferentes posições, Wenger (1998) se refere como uma função de sustentação da própria comunidade de práticas. Seriam pessoas que de certa forma atuam como pacificadores, apontando caminhos intermediários entre posições opostas.

O repertório partilhado denominado por Wenger (1998) sugere um ajustamento das diferentes interpretações das suas ações por parte dos membros de uma comunidade de práticas ao envolverem-se conjuntamente na construção de algo comum. É essa coerência que, através da negociação de significados, torna possível, por exemplo, a emergência de uma compreensão partilhada do que é participar de forma competente nessa prática. Desta forma, as *storylines*, que aqui são trazidas a partir de algumas características da vida profissional e pessoal dos membros da comunidade podem apresentar pistas sobre suas diferentes posições acerca do tema tratado, e ao mesmo tempo, de possibilidades de alinhamentos, fortalecimento do diálogo, desenvolvimento de um discurso compartilhado e construção de propostas. As *storylines* conferem significado para as atividades desenvolvidas pelos membros de uma comunidade de práticas, e podem ser evidenciadas através das diferentes opiniões sobre um mesmo assunto.

As *storylines*, em um aspecto mais amplo, podem explicar as divergências e coerências de uma comunidade de práticas, pois representam a própria busca de alinhamentos entre os membros através da qual podem criar entendimento mútuo. Stuver (2008) entende as *storylines* como uma proposta de unidade entre as diferentes estratégias e especificidades dos atores. Encontrar *storylines* comuns que confirmam sentido a essa configuração é importante como forma de tornar o processo mais simples e compreensível, além de legitimar e tornar relevantes as atividades existentes em uma determinada comunidade de práticas.

Verificou-se que a relação com o meio rural, de forma geral, é um dos fatores que pode influenciar os atores a tomar diferentes posições dentro da comunidade de prática. Alguns dos técnicos que atuam junto à agricultura familiar possuem, de algum modo, uma ligação estreita com o rural, seja porque nasceram e cresceram nesse local, tinham pais agricultores e ajudavam na roça, ou porque mais recentemente, adquiriram uma propriedade e a cultivam ou planejam cultivá-la. Neste sentido, é comum tanto os agricultores quanto os

técnicos que cresceram no meio rural terem se envolvido com a produção agroecológica e às questões referentes a agrobiodiversidade, somente depois de alguma experiência com os agrotóxicos e seus efeitos no organismo, como conta o depoimento abaixo, de um técnico de uma ONG que está imbuída dos princípios da agroecologia:

Meu pai trabalhava num pomar de maçã perto de casa, início dos anos 80, o que tinha de mais sofisticado na região, inclusive de veneno, eu escapava embaixo da cama de medo. Usava como remédio. Sobrava veneno do pomar de maçã o pai passava na horta (era um remédio, só faz bem). Foi uma tragédia, a gente brincava com veneno em pó, nos intoxicamos muitas vezes. Meu pai teve grande intoxicação e não pôde mais vender mão de obra para aquilo ali. Esta nossa questão de relação com os agrotóxicos já fazia a gente olhar para outros rumos. E o Centro Ecológico estava se organizando nesta época. (P.M.A., técnico de ONG)

No entanto, dos técnicos das organizações que representam os agricultores, a maioria é proveniente do meio urbano e hoje atua no meio rural, muitos deles desenvolvendo em paralelo atividades agrícolas e não-agrícolas. Todos estão engajados em uma atividade que parece desafiadora e promissora, e por isso, não planejam buscar oportunidades de trabalho em cidades maiores, e sim, atrair mais pessoas para o trabalho que estão desenvolvendo no local. A possibilidade de continuar os estudos (cinco dos seis entrevistados tinham concluído ou estavam concluindo uma formação superior) permite o envolvimento com a agricultura familiar de forma diferenciada, mais adequada às necessidades dinâmicas dos habitantes do meio rural atualmente, sendo que alguns deles também são produtores, além de desenvolverem um trabalho intenso na organização em que atuam.

Neste sentido, pode-se dizer que o dinamismo é uma das características que define alguns membros da comunidade de práticas, os quais por vezes atuam em organizações diversas, de extensão rural, governamentais, de consumidores e de agricultores familiares. As relações entre as diferentes organizações se apresentam como extremamente articuladas nas correlações estabelecidas por estes atores em relação ao seu trabalho, fortalecendo nessa atuação a própria existência da comunidade de práticas acerca da agrobiodiversidade.

Diversas são as áreas dos profissionais que participam da rede da agrobiodiversidade, agregando diferentes conhecimentos às ações relacionadas à agricultura familiar, são eles: agrônomos, biólogos, nutricionistas, pedagogos, técnicos agrícolas, engenheiros de alimentos, turismólogos, entre outros profissionais. Essas pessoas, embora na sua maioria não tivessem nos seus currículos de graduação disciplinas que tratassem de questões relacionadas à agricultura familiar ou ao uso da agrobiodiversidade, tiveram algum tipo de contato com estes temas, a partir dos movimentos sociais ou projetos de extensão universitária, em ações ligadas a uma contraposição ao sistema convencional de produção.

Muitos técnicos escrevem suas dissertações de mestrado e doutorado sobre a vivência junto a agricultura familiar, suas práticas e processos. Constituem trabalhos complementares, já que as ações de extensão rural servem para a reflexão acadêmica e estas qualificam as atividades de intervenção, a partir de um entendimento da complexidade do mundo rural e suas práticas. Assim como projetos de pesquisa e extensão são baseados em demandas levantadas a partir de dissertações e teses sobre determinada realidade, têm sido constantes os trabalhos acadêmicos no formato de estudos de caso, retratando redes envolvendo agricultores, técnicos e organizações. A pesquisa e a extensão estão interligadas e não devem nunca dissociar-se na opinião destas pessoas, ainda que, muitas vezes, não gere os números e publicações científicas que a Universidade atualmente exige de seus pesquisadores.

O voluntariado é outra característica do trabalho envolvendo as questões ambientais e a agricultura familiar, especialmente nas organizações não-governamentais, as quais formaram-se e se mantêm pela circulação de voluntários, o que por vezes dificulta o trabalho, já que os técnicos necessitam estar constantemente buscando outras formas de obtenção de renda. O trabalho “no amor” como é colocado em algumas falas, reflete a decisão de trabalhar com o que se acredita, ainda que, muitas vezes, necessitem manter, paralelamente, outros trabalhos pelos quais possam ser remunerados.

O compromisso, engajamento e coerência nas práticas que realizam são temas recorrentes nas falas dos entrevistados, que possuem convicções e posições políticas claras sobre o tipo de desenvolvimento que almejam para a região. Um dos entrevistados ressaltou o desafio de manter-se coerente em um cenário de total incoerência, onde os discursos mudam de acordo com o cargo, a posição sócio-econômica e a mudança de governo, por exemplo. Essa coerência entre prática e discurso ao longo do tempo parece ter um custo, implicando, muitas vezes, em abdicar de maiores ganhos financeiros e prestígio profissional. Porém, nessa coerência estaria o maior trunfo dessas pessoas, que em geral, se mantêm engajadas em uma mesma causa por muitos anos, ou mesmo pela vida toda, transmitindo esses princípios para as novas gerações.

O modo de defender seus pontos de vista, na prática, varia de acordo com a estratégia utilizada, de técnicos que buscam uma ação mais local como forma de obter melhores e mais rápidos resultados, e outros que se dedicam à pesquisa e geração de subsídios para formulação de políticas públicas e modelos de desenvolvimento. A opção por uma ou outra estratégia varia ao longo do tempo para um mesmo indivíduo, e alguns deles procuram realizar os dois tipos de ação paralelamente.

Percebe-se um caráter educativo nas diversas ações realizadas, subjacente a todas as questões tratadas. Neste sentido, existe uma preocupação constante em envolver os jovens nos projetos desenvolvidos por essas organizações, seja como participantes das atividades ou por meio da realização de estágios. Alguns técnicos atuam enquanto educadores, orientando o processo de aprendizagem e a construção de conhecimentos junto aos agricultores e a outros técnicos, a fim de desenvolverem seus projetos de trabalho, os quais se confundem com os próprios projetos de vida.

No que se refere especificamente à assistência técnica oficial, esta apresenta uma mudança significativa em relação a seu corpo técnico, o qual passou a ser composto por pessoas de formação acadêmica mais recente, em que temas como a agroecologia encontram-se, de alguma forma, incorporados, o que facilita o diálogo com outras organizações de assistência técnica e de agricultores.

Constatou-se que, alguns membros da comunidade de prática, especialmente os que pertencem a organizações governamentais, estão há pouco tempo na organização, o que dificulta alguns encaminhamentos. Ficou claro nas entrevistas o fato deles desconhecerem, muitas vezes, o histórico do órgão em que trabalham, o tema que estavam se propondo a debater e a legislação que regula essas questões. Esse fato evidenciou o quanto a questão é complexa e dependente de muitos fatores, que vão do interesse do técnico em se apropriar de informações pertinentes para a realização efetiva de sua atividade, bem como o tempo necessário para que novas propostas sejam assimiladas e internalizadas dentro do órgão, passando a fazer parte de todo o corpo técnico. Por outro lado, um técnico especificamente destacou-se pela disposição no que se refere a agilizar alguns processos, buscando encaminhamentos dentro dos respectivos órgãos do governo. Esse profissional ressalta a indisposição e falta de compromisso de alguns técnicos, afirmando que o papel destes seria o de facilitar os processos para os agricultores e não o contrário.

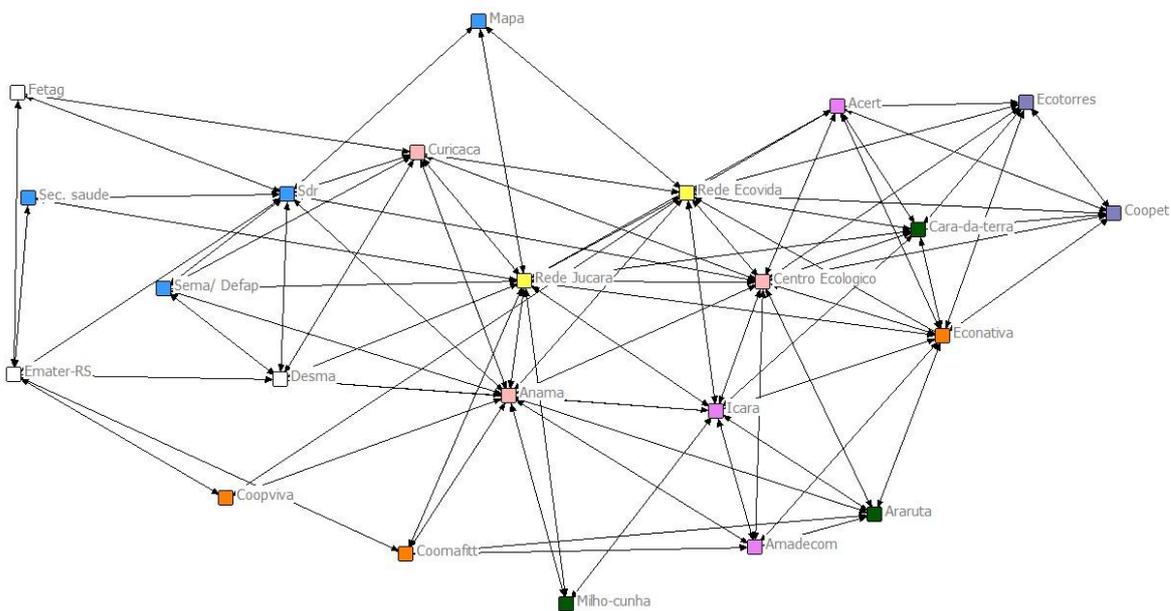
Para além do cumprimento da legislação, o principal fator identificado para as diferentes posições dos técnicos no que se refere ao diálogo está relacionado com as experiências vivenciadas junto aos agricultores familiares. Alguns órgãos, apesar de terem influência direta sobre o processo de regularização presente em cada etapa da cadeia produtiva dos produtos da agrobiodiversidade, não necessariamente tem alguma relação com o rural ou os agricultores familiares. Um diferencial neste sentido é a apropriação do modo de vida dos agricultores, a disposição para convivência, aprendizado e entendimento de suas particularidades. Nem todos os técnicos que atuam junto aos agricultores se dispõem a essa

interação, mas os que tiveram esse tipo de experiência agem no sentido de fomentar algumas práticas, mais do que na aplicação estrita e rigorosa da legislação. Aqueles que de algum modo convivem e percebem seus modos de se relacionar com o meio ambiente, de onde extraem seus produtos, em geral, consideram outras características para além das exigências legais quando expõe sua opinião ou escutam as reivindicações dos agricultores. Neste sentido, as posições entre eles variam entre aqueles que acreditam que a legislação deve ser seguida de forma estrita, devido a importância de todos os cuidados necessários que garantam a qualidade da produção e a saúde ambiental e dos consumidores; e os que defendem que as normas devem ser criadas a fim de atender as necessidades da população e que a qualidade dos produtos oferecidos pela agricultura familiar inclui também elementos de uma artesanidade, tradição e conhecimentos implícitos que lhes são característicos e lhes conferem originalidade.

2.8 A REDE DA AGROBIODIVERSIDADE– UMA COMUNIDADE DE PRÁTICAS

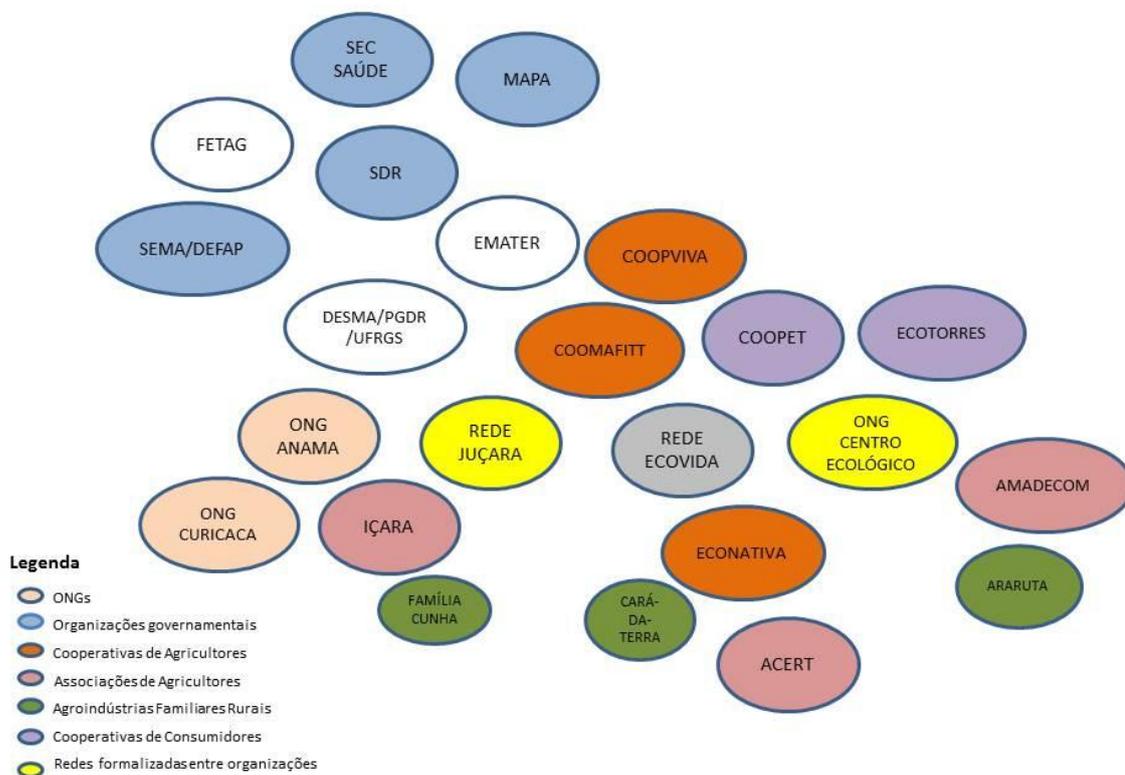
A rede de pessoas e organizações apresentada neste capítulo, a qual pode ser visualizada na figura 5, é relativamente recente, mas possui um histórico de luta e engajamento como apresentado no início deste capítulo. Essa rede encontra-se fortalecida atualmente através do espaço de diálogo que criou, o qual é fomentado diariamente nas ações cotidianas entre as organizações, sejam elas dos agricultores familiares ou dos técnicos, constituindo assim uma comunidade de práticas. O dinamismo desta rede é uma de suas principais características, adaptando-se constantemente e redirecionando suas ações de acordo com as prioridades. O que permanece são os princípios que norteiam o trabalho com a agricultura familiar e o aprendizado do diálogo, que se mostra uma estratégia eficaz na resolução de problemas e construção de propostas mais inclusivas. Neste sentido, em um dos encontros registrados na pesquisa, um participante ressalta a *“riqueza presente na rede de pessoas que se encontram para encontrar alternativas”*, referindo-se às inúmeras possibilidades que podem surgir nos espaços de diálogo em que se reúnem diversas organizações com alguns objetivos em comum. A fim de perceber de forma mais abrangente as relações entre estas organizações, buscou-se a construção de um mapa de interação entre elas, configuradas a partir do software UCINET (5a), mas complementarmente redesenhadas a partir das percepções de campo (figura 5b).

Figura 5: Mapa das organizações que fazem parte da rede da agrobiodiversidade no Litoral Norte do RS; 5a: gerado a partir do programa UCINET, 5b: gerado a partir das percepções de campo.



5a

A Rede da Agrobiodiversidade no Litoral Norte do Rio Grande do Sul



5b

Fonte: 5a) gerado a partir do Programa UCINET; 5b) elaborado pela autora (2012).

A seguir são apresentados algumas análises quantitativas efetuadas a partir do Software UCINET 6.232 (BORGATTI et al., 2002) e representação gráfica das matrizes NetDraw 2.089 (BORGATTI, 2002). Na Tabela 1, são apresentados esses dados: na primeira coluna estão indicados os números de conexões que cada organização tem com outra (conectividade). Na coluna seguinte os dados referem-se à centralidade de intermediação, visando avaliar o potencial daqueles que servem de intermediário, o qual resulta do cálculo de quanto um ator atua como ponte facilitando o fluxo de informações. Sendo assim, uma organização pode não apresentar muitas ligações, mas pode ser importante para a mediação das trocas. O mediador traz em si, o poder de controlar as informações que circulam na rede e o trajeto que elas podem percorrer. E finalmente na última coluna, buscou-se quantificar estas intermediações considerando o universo total de intermediações entre pares desta rede.

Tabela 1: Dados de conectividade e centralidade, calculados a partir plataforma UCINET 6.232

Organização/ entidade	conectividade	centralidade	percentagem de centralização (%)
Rede Juçara	14	83.597	18,095
Anama	13	56.707	12,274
Centro Ecológico	13	57.285	12,399
Rede Ecovida	12	48.382	10,472
Içara	10	22,066	4,776
Econativa	10	13,165	2,993
SDR	9	36.221	7,840
Curicaca	8	23,144	5,010
Cara-da-terra	8	5,559	1,268
Acert	7	3,780	0,818
Desma	7	9,893	2,141
Coopet	6	0,226	0,049
Ecotorres	6	0,226	0,049
Amadecom	6	3,495	0,756
Emater-RS	6	15,558	3,368
Araruta	6	3,495	0,756
Coomafitt	5	10,400	2,251
Sema/ Defap	5	0,286	0,062
Coopviva	3	5,683	1,230
Fetag	3	0,667	0,144
Sec. Saude	3	2,079	0,450
Mapa	3	0,786	0,170
Cunha	3	0	0

Fonte: elaborado pela autora.

A partir desta rede conformada baseada nas interações observadas em campo, verifica-se que esta apresenta uma conectividade de 30%, ou seja, considerando todas as interações que seriam possíveis de serem estabelecidas entre todos os componentes, foi detectado o estabelecimento de 30 % delas.

Em termos de conectividade, destacam-se duas ONGs, a Anama e Centro Ecológico, ressaltando e corroborando o que foi observado em campo. O mesmo ocorre com as redes Juçara e Ecovida, que por sua natureza de rede, já era esperado que apresentassem elevado número de conexões. Um dado interessante refere-se à associação Içara, uma associação recente, que pelo observado em campo, encontra nesta comunidade de prática uma rede de apoio importante. Ainda em relação às conexões, é importante ressaltar o número de conexões da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Pode-se inferir que esta tenha um importante papel na efetiva implementação de políticas públicas que atendam às reivindicações e demandas problematizadas nesta rede, principalmente através da formação do GT Produtos da Sociobiodiversidade. Este dado é corroborado quando nos remetemos à centralidade, ou seja, número de intermediações que cada componente está envolvido (45,66, ou seja 9,8%). Nesta perspectiva da centralidade, destaca-se a Rede Juçara (83; 18%), o que evidencia seu papel fundamental como rede formalizada. Ao mesmo tempo, destacam-se as duas ONGs já citadas, Anama e Centro Ecológico, e a Rede Ecovida.

Por outro lado, na figura 5 é possível perceber as várias interações entre as organizações, principalmente entre as ONGs Centro Ecológico e Anama, as quais se encontram constantemente para o fomento de um espaço de diálogo sobre a agricultura familiar e a agrobiodiversidade. Diversas são as características compartilhadas pelos membros das ONGs, principalmente no que se refere ao vínculo com o meio rural, e trajetórias ligadas à defesa de questões sociais e ambientais, o que certamente contribui para uma relação mais estreita e uma atuação mais coesa entre essas organizações, as quais puderam dar início à comunidade de práticas em questão.

Uma relação sólida pode ser percebida entre a ONG Centro Ecológico, Acert, Amadecom, Coopet, Ecotorres, Econativa e Rede Ecovida. Nas entrevistas, alguns técnicos e agricultores faziam parte de várias dessas organizações, transitando entre elas de acordo com suas atividades. A atuação conjunta é fortalecida pelo aspecto da complementariedade, onde cada uma das organizações cumpre um papel diferente, de produção, comercialização, assistência técnica e fomento aos produtos da agrobiodiversidade.

Ao contrário da Econativa, cooperativa de agricultores que desde sua formação estabeleceu laços mais estreitos com uma ONG, as outras duas cooperativas registradas, Coomafitt e Coopviva, são mais próximas da Emater no que se refere à assistência técnica. Já as associações Içara, Amadecom e Acert possuem todas, uma relação mais estreita com as ONGs, no que se refere à assistência técnica. Emater e ONGs, como já foi citado anteriormente, estão iniciando um processo mais constante de diálogo em alguns municípios do Litoral Norte. Ainda em relação às associações de agricultores, utilizam-se dos serviços prestados pelas cooperativas principalmente para a comercialização de seus produtos através dos programas institucionais de compra da agricultura familiar e entre si, por vezes, compartilham um mesmo espaço de processamento.

No lado direito da figura 5 B se percebe outro aglomerado de organizações, são elas a ONG Anama, a associação Içara, a Rede Juçara e o Desma. Essas organizações têm como um de seus principais projetos, as ações de uso e conservação dos frutos da palmeira juçara. Cabe ressaltar aqui a relação estreita entre a ONG Anama e o Desma, os quais compartilham alguns integrantes, cuja dedicação de trabalho em cada organização se alterna ao longo do tempo de acordo com os projetos que estão sendo desenvolvidos. Uma estratégia de atuação conjunta é o fato de que uma das organizações caracteriza-se pela extensão rural e a outra pela pesquisa-ação¹³ envolvendo agricultores familiares e comunidades tradicionais. Sendo assim, ambas possuem diversos objetivos em comum, porém concorrem separadamente para os editais de financiamento mais adequados ao perfil de cada organização. Foram diversos os projetos realizados em parceria envolvendo temas como a agroecologia, a segurança alimentar e nutricional e os produtos da agrobiodiversidade local como alternativas de renda para as famílias rurais.

Recentemente, o Desma também passou a desenvolver ações em parceria com a Emater, e todas as organizações visualizadas na figura estão presentes no GT dos Produtos da Sociobiodiversidade na SDR¹⁴.

Nos encontros sobre os produtos da agrobiodiversidade foi possível perceber que propostas inovadoras, em geral, são vistas com desconfiança pelas organizações mais ortodoxas. Nos eventos onde estão sendo fomentadas tais propostas todos parecem concordar e apoiar tais ideias, porém, na prática o que ocorre em geral, ao fim do encontro, é um retorno

¹³A pesquisa-ação trata-se de um método de trabalho em que são realizados conjuntamente a pesquisa científica e atividades de intervenção.

¹⁴O GT dos Produtos da Sociobiodiversidade foi criado em 2011 junto a SDR a fim de fornecer subsídios para formulação de políticas públicas referentes a estes produtos. Reúne diversas organizações do estado, incluindo grande parte das organizações citadas neste trabalho.

às ações tradicionalmente aceitas, que obedecem a normas consolidadas e ao histórico da organização. De certa forma, pode-se concluir que as parcerias são estabelecidas primordialmente entre pessoas com afinidades e não entre organizações, e ainda assim, em ações pontuais.

No entanto, os técnicos das ONGs acreditam que mudanças significativas estão ocorrendo, principalmente através da atitude de pessoas que estão assumindo cargos governamentais e ocupando espaços importantes de discussão. Acreditam na influência que o movimento ambientalista e agroecológico causaram nessas pessoas que hoje estão dando novos direcionamentos para as questões que envolvem a agricultura familiar. Esse processo educativo teria formado uma nova mentalidade, em diversos locais, e de diversas formas, resultando em algo não necessariamente positivo, mas diferente do que se tinha antes. Os representantes das organizações dos agricultores também afirmam que o momento político vivenciado é propício para as questões envolvendo os produtos da agrobiodiversidade, considerando todas as organizações envolvidas com o tema, os avanços no diálogo com os órgãos governamentais, os programas do governo federal e estadual e o apoio da mídia.

Por fim, pode-se dizer que a rede da agrobiodiversidade foi caracterizada enquanto uma comunidade de práticas principalmente pelo fato de que, relevante para a análise em questão, foram as relações entre organizações e trajetórias de seus membros, e não o grupo em si, isolado do espaço de diálogo criado. Wenger (1998) ressalta que focar nessas relações não significa desconsiderar as influências de outras forças, externas à comunidade. O autor, ao referir-se às comunidades de práticas propõe um olhar para a localidade da prática, sem, no entanto, ficar limitado a ela ou glorificar o local, mas verificar processos como a negociação de significado, aprendizagem e configurações sociais, os quais envolvem interações complexas entre o local e o global.

O capítulo seguinte irá evidenciar alguns aspectos mais relacionados à construção do conhecimento e aprendizagem coletiva, elementos intrínsecos às comunidades de práticas. Pode ser entendido enquanto uma continuação da discussão apresentada aqui, porém mais focada no modo como os membros dessa comunidade de práticas estabelecem suas relações, por exemplo, a partir da interface entre conhecimentos técnicos e locais, e a negociação de conflitos, a fim de estabelecerem o diálogo e agirem juntos na resolução de suas questões.

3 OS ESPAÇOS DE DIÁLOGO ENQUANTO AMBIENTES DE APRENDIZAGEM COLETIVA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Figura 6 – Os encontros sobre agrobiodiversidade no Litoral Norte do RS



Fonte: fotografias da autora (2011).

Nota da figura 6: a) reunião técnica sobre a legislação voltada ao beneficiamento de produtos de origem vegetal; b) banca da Associação Içara na 34ª Expointer; c) milho crioulo na banca da Associação Içara na Expointer 2011; d) banca da Teia de Educadores Ambientais na Feira da Sustentabilidade de Osório (2011); e) degustação da polpa de juçara no I Festival do Açaí Juçara em Três Cachoeiras (2011); f) banca da Associação Içara no I Festival do Açaí Juçara (da esquerda para a direita de cima para baixo).

A rede da agrobiodiversidade, a qual está sendo tratada neste trabalho pela abordagem das comunidades de práticas (STUIVER, 2008), por constituir um grupo engajado em uma mesma temática que se reúne periodicamente, constitui, através desses encontros, o que denominamos aqui de espaço de diálogo. Outros autores contribuem neste contexto, utilizando denominações diferentes para tratar desses grupos e encontros entre seus membros, como *arenas* (OOTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008), *situações de interface* (ARCE; LONG, 1994) e *gestão estratégica de nichos* (PLOEG, 2008). Todos esses espaços, incluindo as comunidades de práticas, envolvem o conhecimento partilhado entre os diversos atores e um processo de aprendizagem continuada, contribuindo para a presente discussão. Neste capítulo, serão tratadas as principais questões referentes ao diálogo, no que se refere à aprendizagem coletiva e construção de conhecimento.

A fim de compreender o espaço de diálogo em questão e as formas como são construídos conhecimentos neste contexto, foram registrados diferentes encontros propostos pela rede envolvida com o tema da agrobiodiversidade, mais especificamente no que se refere ao processamento de alimentos pela agricultura familiar, oriundos da diversidade agrícola e biológica local. Para uma descrição dos objetivos e principais encaminhamentos de cada um dos encontros registrados na pesquisa, ver apêndice B.

A comunidade de práticas opera através de diferentes conformações, e estes encontros constituíram desde reuniões, oficinas, feiras de produtores, até festivais e seminários técnicos. Apesar do espaço de diálogo constituir-se também a partir das relações cotidianas entre pessoas e organizações, são nos momentos coletivos que algumas questões tornam-se mais evidentes, pois os atores precisam assumir suas posições perante os outros, de acordo com a organização a qual pertencem, por exemplo. Nesses momentos tornam-se mais perceptíveis também os diferentes interesses dos atores, as afinidades entre eles e as relações de poder existentes. Ao mesmo tempo, constata-se em alguns momentos uma disposição ao diálogo, ou ao menos, um interesse no entendimento do outro, tanto dos técnicos quanto dos agricultores, esses últimos dizendo que querem se adequar as leis existentes e precisam de ajuda para isso, e os primeiros dizendo que farão o possível para auxiliar os agricultores a realizarem seus trabalhos, ainda que na prática não ocorra exatamente desta forma.

3.1 SOBRE A EFICÁCIA DOS ESPAÇOS DE DIÁLOGO

É perceptível certa incredulidade por parte de muitos técnicos no que se refere ao diálogo envolvendo várias organizações, cada uma delas com objetivos distintos, diferentes projetose ações, porém, todas envolvidas com o tema da agricultura familiar e seus produtos. Após muitas tentativas neste sentido, alguns técnicos afirmam terem se tornado bastante exigentes, principalmente no que se refere à objetividade no diálogo e eficácia das propostas discutidas nos encontros.

Em alguns espaços, como é o caso do CERBMA, espaço consolidado de debate sobre biodiversidade, conseguiu-se elaborar estratégias para encaminhar de forma satisfatória as demandas levantadas em suas reuniões periódicas. Uma dessas estratégias é admitir que existe um limite de temas e questões que podem ser tratadas em um determinado grupo, ou seja, alguns temas, apesar de sua pertinência, não serão debatidos neste espaço, a fim de que seja dado um encaminhamento satisfatório àqueles temas com os quais se está comprometido. Com isso, o espaço ganha credibilidade, motivando seus membros a continuarem participando das reuniões, pois conseguem visualizar os avanços na discussão, fortalecendo assim, o grupo e o espaço de diálogo formado.

Alguns participantes dizem-se frustrados com a ineficácia dos encaminhamentos posteriores às longas discussões entre diferentes organizações, no que se refere ao tema da agricultura familiar. Enquanto um momento para troca de informações e experiências, esses espaços parecem ser reconhecidos por todos seus participantes, porém, no que se refere à resolução de questões mais imediatas apresentadas pelos agricultores, pouco se realizaria de concreto, como demonstra o comentário a seguir:

Tu tem um aporte muito grande de pessoas que tem as suas visões e experiências e nesses espaços de diálogo consegue fazer essas trocas. Agora é necessário que esses espaços sejam eficazes para converter essas trocas de experiências, essas ideias em mudança no cenário, em formulação de novas políticas, em construção de caminhos concretos para quem tá demandando que as coisas aconteçam. (M.P.S., técnico de ONG)

Outra questão trazida pelos entrevistados são os interesses políticos, os quais mudam de posição não de acordo com princípios ideológicos, mas segundo interesses próprios e por vezes contraditórios ao longo do tempo. A consequência seria a perda da credibilidade no discurso, e no próprio processo de diálogo e construção de uma proposta conjunta entre os

diferentes atores, pois seriam interesses específicos que influenciam nas decisões e não provenientes de um acordo entre as partes, por exemplo.

Nos encontros registrados, alguns agricultores manifestaram sua descrença no diálogo, afirmando que mudanças muito tênues ocorreram na prática, mesmo depois de terem participado e discutido eles próprios em diversos espaços: *“é muita reunião e pouca solução”* (P.R.L., agricultor familiar). Neste sentido, técnicos que estão empenhados na defesa dos agricultores e suas questões, relatam sobre as dificuldades em relação aos órgãos governamentais com poder de decisão, os quais, em seus discursos garantem o apoio aos agricultores, porém na prática não apontam nenhuma alternativa: *Pelo sofrimento que foi para mim conseguir apoio dos órgãos que quando estão lá na frente falam que vão fazer, e quando chega o pega para capar não querem colocar o seu na reta de jeito nenhum.* (J.F.N., técnico de órgão governamental).

Por outro lado, alguns técnicos dos órgãos governamentais também deslegitimam os espaços alegando falta de interesse por parte das organizações dos agricultores, por exemplo:

Mais uma das reuniões, nunca dá em nada. Não existe uma reunião de todos os envolvidos. Os sindicatos não tem interesse neste assunto (referindo-se as necessárias mudanças na legislação que envolvem o registro dos produtos da agricultura familiar). *Continua tudo na mesma. Daqui a pouco vai ter outra reunião para discutir o mesmo assunto.* (F.B.S., técnico de órgão governamental)

Muitos dos entrevistados referem-se, ainda, às inúmeras reuniões das quais participam semanalmente, como algo que interfere de forma negativa no trabalho. Os espaços de diálogo criados, se não bem direcionados, tornam-se uma obrigação para seus participantes, e mesmo uma perda de tempo. Alegam que, são tantos os encontros para os quais são convocados a participar, que sobra pouco tempo para ações concretas ou mesmo para conseguir colocar em prática as tarefas que foram designadas nas reuniões.

Ainda em relação aos encontros que compõe o espaço de diálogo sobre agrobiodiversidade, alguns participantes reforçam a necessidade de ações concretas, a partir da sistematização das demandas já identificadas nos diversos diagnósticos realizados. O momento seria propício politicamente para isso, com a criação da SDR e o fomento às questões envolvendo os produtos da agrobiodiversidade, porém, pelo teor dos projetos em andamento, corre-se o risco de continuar realizando estudos diagnósticos, perdendo a oportunidade do apoio que está sendo dado.

É latente nos encontros, os diferentes ritmos no que se refere à resolução de entraves no trabalho dos agricultores, os quais dependem, muitas vezes, de decisões técnicas para

darem continuidade ao seu trabalho e conseguirem a renda necessária para o sustento da família naquele mês.

A velocidade das coisas me cansa um pouco. Eu fico pensando na (...) agricultora, ela sem poder comprar os butiá, e as pessoas fazendo reunião, isso me deixa muito incomodada. A próxima reunião será em 1º de dezembro, as frutas já vão estar apodrecendo. (J.F.N, técnica de extensão rural)

Os técnicos que trabalham diretamente com esses agricultores, na maioria das vezes, expressam a mesma necessidade, porém, alguns, alegam a morosidade enquanto elementos naturais de um processo que apesar de burocrático, seria necessário, pois envolve riscos como o de saúde pública, referindo-se à produção de alimentos pela agricultura familiar.

No entanto, o exercício do diálogo continua sendo adotado pelas organizações enquanto um processo minimamente democrático para a resolução das questões envolvendo a agricultura familiar. Seja porque os métodos participativos façam parte do planejamento da maioria das organizações atualmente ou porque estas sintam necessidade de fato de somarem esforços na realização de um trabalho complexo e multifacetado como os que envolvem a agricultura familiar.

3.2 OS LIMITES DO DIÁLOGO

A partir de uma experiência vivenciada em um projeto multi-institucional no Litoral Norte, alguns técnicos ressaltam que, embora em um projeto nestes moldes, aparentemente, todos pareçam ter o mesmo objetivo e estejam supostamente dispostos ao diálogo, cada organização tem o seu foco, seja na pesquisa, extensão ou normativo. O desafio estaria em conseguir articular esses diferentes interesses e ter uma visão do conjunto, do que realmente é necessário para que famílias agricultoras se desenvolvam e agreguem valor aos seus produtos: *“É necessário confiança e ouvir o outro para chegar num acordo. As pessoas só enxergam aquilo que elas acreditam, aquilo que elas querem ver, o que torna impossível o diálogo”* (C.S.O., técnica da Emater).

Segundo Sabourin (2009) em um processo de aprendizagem é necessário que cada um compreenda o outro para que possam atuar juntos, pois o conhecimento do outro se torna conscientização mútua entre atores pertencentes a mundos e lógicas diferentes. De acordo com o autor, existirá aprendizagem se houver reconhecimento, inclusive da especificidade e das estratégias do outro, o que constitui uma premissa e um motor para a ação conjunta, e pode ser obtido através de representações comuns.

Em um contexto semelhante ao exemplo citado acima, Ploeg (2008) argumenta que um dos princípios fundamentais no exercício do diálogo está relacionado com a mudança de uma desconfiança mútua para uma cooperação negociada entre agricultores e organizações. Stuver (2008) afirma que através da aprendizagem do diálogo, diferentes interesses podem ser conciliados, sendo necessário para tanto um processo de negociação entre os diferentes conhecimentos que estão envolvidos no processo.

O uso de metodologias participativas marcou alguns dos encontros sobre agrobiodiversidade, a fim de tornar o evento mais dinâmico e participativo. Nas reuniões de planejamento que antecederam os encontros foram discutidas quais metodologias poderiam ser usadas para criar esse ambiente participativo, facilitando o diálogo entre diferentes organizações. Optou-se pela criação de painéis visuais, onde os principais tópicos da discussão foram selecionados ao longo do evento para compor o painel. Em alguns encontros também houve a preocupação em formar vários grupos, a fim de que algumas discussões pudessem ser aprofundadas. No entanto, a maior parte deles apresentou o formato “auditório”, mantendo o público como espectadores.

Devido a pouca participação dos agricultores nestes encontros, algumas organizações já estão adotando outra estratégia de diálogo, a qual consiste basicamente em vivências de campo nas propriedades dos agricultores, reunindo nestes locais algumas organizações de interesse para debater determinada questão. Assim, o agricultor sente-se mais à vontade para expor suas questões, e os técnicos podem adequar suas exigências técnicas à realidade local. Essas atividades denominadas de dias de campo mostraram-se como um formato mais adequado à participação dos agricultores, ainda que, muitas vezes, não se possa fugir do formato “auditório”, seja por costume ou pela praticidade de reunir organizações cujos técnicos, em geral, participam de muitos encontros e reuniões em um mesmo dia.

Em relação a essa metodologia de trabalho, bastante utilizada nos encontros registrados, a fim de garantir uma maior participação dos agricultores, Guivant (1997) apresenta uma reflexão interessante, ao considerar os limites da abordagem e método participativos. De acordo com a autora, esses limites estão relacionados às relações de poder entre os atores e as complexas forças sociais e políticas entre os agricultores e os agentes do desenvolvimento. Desta forma, acabaria sendo reproduzido neste discurso participativo o caráter intervencionista dos que vem de fora com poder e pretendem passá-lo para agricultores despossuídos do mesmo. Isso reflete em um comportamento tímido da maior parte dos agricultores nestes eventos, que assumem um papel de espectadores aguardando por

uma decisão mais favorável às suas questões. No entanto, não é raro surpreender-se com atitudes inesperadas de agricultores e técnicos que expõem suas reivindicações, ainda que isso possa acarretar-lhes algum tipo de problema.

Uma situação que ocorreu em um dos encontros registrados evidenciou essas questões de poder entre os técnicos e os agricultores. O planejamento do encontro incluía os relatos dos agricultores na mesa de debate, expondo suas principais questões, porém, ao contatar esses agricultores, os organizadores do evento perceberam que isso não seria possível, pelo fato de muitos deles encontrarem-se na informalidade perante algumas normas de instituições que estariam presentes na ocasião.

Ao apresentar a aprendizagem como participação, no contexto das comunidades de práticas, Wenger (1998) ressalta:

É necessário garantir a possibilidade de um espaço de participação em que a resistência e/ou transformação do que existe seja possível, em que o contributo de outros, para lá dos que já se instituíram como poder, seja não só permitido, mas pertinente. Só assim, é que os diversos membros de uma comunidade reconhecem sentido na sua participação, só assim é que percebem ser valorizado o seu engajamento e se envolvem na constituição e sustentação de um empreendimento conjunto. (WENGER, 1998, p. 83).

Neste sentido, o autor esclarece que os participantes precisam sentir que contribuem para a construção de algo comum, ou seja, não simplesmente pelo fato de estarem presentes irão sentir-se contemplados ou participando do encontro.

Ainda em relação à participação, percebe-se a importância do envolvimento das organizações desde a elaboração dos eventos, o que propicia um comprometimento com o diálogo, reconhecimento das dificuldades inerentes a ele e consciência da necessidade de uma boa vontade por parte de todos os envolvidos para superá-las. Muitos encontros não obtiveram os resultados esperados, muitas vezes, pelo fato das pessoas convidadas a compor a discussão, sejam agricultores ou técnicos, não estarem suficientemente a par dos objetivos do evento. Desta forma, sua participação limitou-se meramente a uma apresentação de sua experiência de trabalho e não contribuíram no encaminhamento de propostas.

Em diversos momentos ficou evidente a disposição dos agricultores para o diálogo, a fim de esclarecerem suas dúvidas, conhecerem os procedimentos necessários de adequação às normas existentes e também, terem espaço para sugerir algumas modificações em regras que não cabem à sua realidade. Poderíamos nos questionar neste momento se alguns técnicos teriam essa mesma disposição, ao que Sabourin (2009) em um contexto semelhante de diálogo entre diversos atores, com diferentes visões e perspectivas, coloca que, os técnicos (os

quais ele chama de funcionários do Estado e dos serviços públicos)“não apresentam a mesma sede ou vontade de conhecimento, muito menos a capacidade de imaginar que podem aprender entre pares e menos ainda junto a agricultores [...]”. Obviamente não se pode de antemão julgar as atitudes dos representantes das organizações governamentais presentes, mas, foi possível observar em alguns encontros, que, muitas vezes, participam apenas da parte inicial, quando afirmaram perante o público um grande interesse na discussão proposta e disposição para o diálogo, ou em suas palavras “*Vamos estruturar uma caminhada juntos*” (F.B.S., técnico de órgão governamental). Porém, muitos deles ausentaram-se no segundo momento, quando seriam realizadas as discussões e encaminhamentos em pequenos grupos de trabalho de acordo com a temática de interesse. Ou seja, eles afirmaram apoiar a discussão, mas não participaram efetivamente dela.

No entanto, ainda que não tenham atingido todas as expectativas, os encontros são vistos pelos seus organizadores como um grande exercício de atuação conjunta e abertura de um possível canal de comunicação. Isto porque, o grande desafio no Litoral Norte seria justamente a interlocução entre todos os parceiros que atuam nesta questão da agricultura familiar na região, a fim de superar, por exemplo, o fato dos produtores receberem orientações contraditórias advindas de diversas fontes no que se refere à produção e comercialização de alimentos.

Este processo é dinâmico, ora avança, ora retrocede quanto a sua essência, que seria a construção de propostas conjuntas em que todas as partes sintam-se minimamente contempladas. Os resultados desse diálogo nem sempre são animadores, sendo que, muitas vezes, o diálogo em si não ocorre, e evidenciam-se relações de poder e interesses distintos. Porém, pode ser considerado enquanto um processo de aprendizagem, o exercício do próprio diálogo, resolução de conflitos e construção de conhecimento, envolvendo diversos atores (técnicos, agricultores) e suas conformações institucionais (extensão rural pública, organizações não governamentais, órgãos do governo, universidade, sindicatos, associações, cooperativas).

3.3 APRENDIZAGEM COLETIVA E CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO NOS ESPAÇOS DE DIÁLOGO SOBRE OS PRODUTOS DA AGROBIODIVERSIDADE

A tônica dos encontros registrados situou-se entre uma adequação às regras impostas pela legislação e instituições normativas e a necessidade de modificar algumas normas que dificultam a realização das atividades realizadas pelos agricultores.

Se por um lado, os técnicos afirmaram a necessidade de conhecer a legislação para poder propor alterações, os agricultores manifestaram interesse em se adequar às normas, solicitando orientação técnica adequada. Porém, durante as discussões em pequenos grupos por temática de interesse, agricultores e alguns técnicos sugeriram mudanças significativas às normas existentes, através do reconhecimento das especificidades da agricultura familiar e do estabelecimento de outras prioridades. Alguns explicitaram, inclusive, a impossibilidade de adequar a legislação à realidade da agricultura familiar, sendo necessária uma alteração drástica. Porém, no momento de discussão no grupo mais amplo, os participantes de forma geral parecem se utilizar de uma posição intermediária, que ofereça maior possibilidade de diálogo com posições contrárias, ou seja, mostram-se dispostos a dialogar e interessados em conhecer os meandros do processo de regularização.

Sabourin (2009) e Wilkinson (2002) referem-se a esse diálogo enquanto um processo de institucionalização por meio do aprendizado de regras, sendo um dos princípios da ação em parceria evitar a substituição e o isolamento, ou seja, recorrer às instituições existentes, ainda que sejam imperfeitas, porém legítimas, em vez de construir novas instituições. Para garantir a participação e autonomia dos agricultores não seria necessário substituir as instituições de pesquisa e desenvolvimento pelas organizações de produtores, mas de valorizar, de forma coordenada, os conhecimentos e funções específicas destes três planos de ação: individual, coletivo e público. Essa abordagem se enquadra nos espaços registrados, onde apesar de todas as dificuldades visualizadas, procura-se, ainda por soluções a partir das organizações existentes e não na criação de uma nova institucionalidade, apesar de isso ocorrer na prática. Cotidianamente os agricultores criam regras paralelas quanto ao seu trabalho e produção, mas também fazem o possível para se adequar às normas existentes, principalmente porque assim podem participar de políticas públicas que beneficiam àqueles que estão de acordo com elas.

A criação de espaços de diálogo é apontada por diferentes autores, recebendo denominações distintas, como forma de conduzir propostas de desenvolvimento rural por

meio da aprendizagem coletiva e da construção do conhecimento. Essas abordagens auxiliam nesta reflexão, pois convergem no que se refere à criação de um espaço que pode proporcionar maior autonomia por parte dos agricultores, através do diálogo envolvendo diversos atores e a construção de novos acordos.

Para explicar os espaços de diálogo emergentes e a construção do conhecimento nestes locais, Guivant (1997) e Arce e Long (1994) utilizam-se do conceito das *situações de interface*. São definidas por Arce e Long (1994) como pontos críticos de interseção entre diferentes sistemas, campos ou domínios sociais onde tendem a ser encontradas descontinuidades segundo diferenças de valores, interesses e mundos-de-vida. Diversos elementos se conectam neste processo através do qual os atores absorvem novas informações a partir de seus repertórios cognitivos. Nas situações de interface os atores locais podem ter espaço de manobra e capacidade de negociação que abre espaço de confronto entre diferentes estilos de vida e interesses, mas também de pontes que possibilitem diversos graus de acomodação. Assim, as descontinuidades podem ser superadas através dos processos de negociação, ou então, estes conflitos podem gerar uma distância ainda maior entre os corpos de conhecimento (GUIVANT, 1997).

Neste sentido, através da observação dos espaços de diálogo sobre agrobiodiversidade foi possível perceber que os avanços nas discussões podem ser extremamente lentos, por vezes dão saltos (que atendem ao menos temporariamente alguma reivindicação dos agricultores) e por vezes parecem retroceder, inibindo a própria continuidade do diálogo. As descontinuidades refletem as diferentes trajetórias, posições e interesses dos participantes, as quais foram apresentadas no capítulo anterior. Por vezes o diálogo não tem o efeito esperado, gerando desconfiança, animosidades, intrigas, aumentando a distância entre as organizações, que podem, inclusive, recusarem-se em tornar a dialogar entre si. Também, o que se verifica é que muitas delas atuam diplomaticamente, apresentando-se ao diálogo, mas não dispostas a dialogar com certas organizações, desqualificando algumas delas.

Guivant (2007) aborda os processos de desenvolvimento enquanto fenômenos complexos, permeados por descontinuidades de interesses, valores e distribuição de poder, envolvendo negociações, acomodações e conflitos. Essa abordagem pode contribuir na identificação e compreensão da natureza e grau do espaço político e social associado com diferentes tipos de atores sociais. A proposta da autora é de que o observador deve seguir os atores para identificar as maneiras em que definem e associam diferentes elementos com os quais constroem e explicam seus mundos, na medida que forjam vínculos com outros,

colonizando o mundo dos outros, processo do qual emergem diversas redes de relações sociais. De certa forma, as trajetórias de vida traçadas com os diferentes atores que compõem o espaço de diálogo sobre os produtos da agrobiodiversidade teve o intuito de apresentar alguns indícios que pudessem inferir sobre a posição dos representantes das organizações na rede abordada neste trabalho. O acompanhamento dos espaços de diálogo, onde estes diferentes conhecimentos se enfrentam demonstrou as proximidades e afastamentos entre organizações que aparentemente estão atuando juntas e com o mesmo propósito.

Neste sentido, Arce e Long (1994) abordam as diferentes visões de necessidade e prioridade que estão em jogo nas *arenas*, onde reúnem-se diferentes atores para discutir questões referentes ao desenvolvimento. Os distintos repertórios desses atores estariam baseados em concepções diferentes de natureza e sociedade, conferindo uma distância entre os corpos de conhecimento marcada, muitas vezes, pela desigualdade de prestígio entre eles. Sendo assim, os espaços de diálogo seriam necessários para negociar objetivos, utilizando da criatividade dos atores para criar novas opções cognitivas e organizacionais entre eles.

Oostindie e Broekhuizen (2008) e Ploeg (2008), referem-se às diferentes dimensões envolvidas na aprendizagem coletiva, a partir do conceito de *gestão estratégica de nicho*, o qual também pode ser interpretado enquanto um espaço de diálogo criado a partir de alguns objetivos comuns. Uma das dimensões que podem ter importância para o contexto estudado é a *governança*, que se refere à capacidade de jogar simultaneamente em diferentes arenas. Ela diz respeito ao desenvolvimento negociado em momentos onde os diferentes domínios de regulação estatal interagem, bem como a criação de isenções a determinadas formas de lidar com efeitos e impactos negativos que, de outra forma, seriam altamente desarticulados. Se a governança for bem sucedida, ela cria espaço para fazer melhor do que através da imposição não mediada de esquemas reguladores (PLOEG, 2008). Neste sentido, foi possível perceber uma disposição para o diálogo por parte de alguns técnicos, como ocorreu com o representante da organização responsável pela fiscalização ambiental, o qual participa ativamente nos grupos de trabalho afirmando sua intenção pela construção de regras mais condizentes com a realidade como forma de atender melhor os propósitos da própria organização, ao invés de ações punitivas.

A *integração*, outra dimensão do diálogo, proposta pelos autores, remete a uma junção de diferentes atividades em uma estrutura contínua. Implica ultrapassar as muitas diferenças e descontinuidades implícitas nos esquemas reguladores genéricos e segmentados do Estado central (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008). Uma tentativa que se faz nos espaços de

diálogo é justamente a de integrar diferentes conhecimentos e organizações que atuando juntas poderiam obter um melhor resultado. Quando se refere, por exemplo, as agroindústrias familiares, temática de alguns dos encontros sobre agrobiodiversidade, estão envolvidos diferentes órgãos públicos, com legislações próprias, que não dialogam entre si e necessitam de espaços para construir essa interlocução. Quando se trata da cadeia produtiva dos produtos da agrobiodiversidade são várias as etapas que devem ser articuladas desde o manejo das espécies vegetais até a comercialização dos produtos finais.

O *conhecimento* é outra dimensão crucial trazida pelos autores. Numa sociedade que se considera fundamentada em conhecimento, é cada vez mais frequente que apenas as coisas comprovadas sejam permitidas. Assim sendo, a construção oportuna de novos conhecimentos torna-se crucial não só nos espaços de diálogo, mas também para os agricultores participantes (PLOEG, 2008). Estes constroem cotidianamente novas formas de lidar com as regras impostas à circulação de seus produtos e, ao mesmo, tempo, mostram-se interessados em conhecer as regras existentes e com alguma expectativa quanto a alterações em algumas delas, ou seja, na construção de algo novo com os participantes do espaço de diálogo.

A *política* se refere à capacidade de envolver, comprometer, mobilizar e usar o apoio de outros para criar, defender e expandir o espaço de manobra necessário (PLOEG, 2008). Pode-se perceber visivelmente a capacidade de alguns atores neste sentido, os quais se deslocam por diversos espaços, contatando as mais diferentes organizações e pessoas conforme a necessidade, usufruindo estrategicamente de cada uma delas no que podem lhe servir em determinada situação.

Stuiver (2008), no contexto das comunidades de práticas apresentadas no capítulo anterior, também aborda alguns processos envolvidos na aprendizagem coletiva e produção de conhecimentos: a *participação* e a *reificação*, essenciais para criar entendimento mútuo entre os participantes. A *participação* implica que os membros da comunidade moldem suas identidades na relação com os outros, as quais podem ser baseadas no conflito e na harmonia. A *reificação* significa que as partes de conhecimento apreendidas devem ser comunicadas em uma forma reificada, por meio de ferramentas como uma linguagem comum.

Inevitavelmente, a produção de conhecimento dentro de uma comunidade de práticas também envolve negociação e manejo do conflito. Enquanto os atores desenvolvem conhecimento, eles são influenciados por formas existentes de conhecimentos, visões, ideais e interesses. A partir disso, eles negociam sobre o que pode ser considerado como verdade ou útil no seu contexto. Esta negociação envolve elementos de conflito, luta e alinhamento.

Conflitos confrontam os atores com suas várias opiniões e interpretações e são um gatilho da aprendizagem e da mudança, pois, as vezes, em situação de conflito, os problemas se tornam mais urgentes e isto acelera sua resolução (STUIVER, 2008). Os atores precisam formular nestas situações, resoluções possíveis que respondam aos argumentos de atores com diferentes visões. Assim, contestando a validade dos argumentos de cada um, o grupo é estimulado a reafirmar a validade de seus argumentos e reivindicações na construção do conhecimento.

Essas reflexões são particularmente importantes para esta pesquisa, porque enaltecem a necessidade de confrontar diferentes conhecimentos e posições através do diálogo, ainda que nestes momentos apareçam mais as diferenças e os conflitos entre os participantes, podem ser um estímulo à reversão de posições extremadas e solidificadas. No entanto, o que se observa é quase sempre um retorno ao posicionamento original após uma longa discussão, o que não desqualifica o processo, apenas evidencia uma de suas características, a necessidade da sua continuidade para que se torne algo significativo.

A autora busca o entendimento da construção social e cognitiva do conhecimento e de como as diferentes verdades são construídas nesses espaços. O construtivismo social considera verdade e fato como desfechos de interações, conflitos e alinhamentos. Como os atores produzem conhecimento em diferentes contextos, o resultado são formas heterogêneas de conhecimento que diferem em termos de conteúdo e orientação. Nos espaços registrados são apresentadas as verdades e crenças de cada participante em relação ao tema que está sendo discutido, sendo que apenas alguns participantes se colocam como dispostos a aprender nesses espaços e construir algo novo. Neste sentido, a relação de maior proximidade entre técnicos que atuam na extensão rural e os agricultores familiares, propicia que um se coloque no lugar do outro e entenda suas “verdades”, sejam elas provenientes do saber local ou técnico-científico, processo que costuma ser lento e construído cotidianamente.

Guivant (1997) garante que essa transformação dos conhecimentos que ocorre em *situações de interface*, contribui para a heterogeneidade do conhecimento local, que constantemente inclui elementos externos que lhe possam ser úteis. Neste sentido, Long (1996) enfatiza a questão da agência dos atores locais, os quais adaptam os conhecimentos e técnicas globalizadas à sua realidade, transformando-as e utilizando-as em benefício próprio. Guivant (1997) afirma que através da capacidade de agência os agricultores desenvolvem projetos em resposta aos projetos dos outros, de acordo com seus interesses, configurando a

heterogeneidade da agricultura e superando uma visão simplificada dos agricultores enquanto meros adotadores de práticas.

Complementando essas ideias, a autora apresenta uma abordagem não dicotomizada a partir da análise de como se constroem os conhecimentos científico e local. Partindo de um reconhecimento do conhecimento científico como parcial e não como uma verdade absoluta, e fazendo uma crítica a propostas que trabalham com a diretriz segundo a qual o conhecimento local dos agricultores deve ser central na formulação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Desconstruindo o pressuposto de que todo conhecimento local é sustentável-holístico, em oposição a um conhecimento científico-predatório-parcial (GUIVANT, 1997).

Através de uma abordagem em que os atores sociais e seus conhecimentos são geralmente envolvidos em processos de mudança, considera os conhecimentos tradicionais não como estáticos, mas permanentemente influenciados por aspectos da modernidade. Este fato se apresenta com as algumas entidades que trabalham diretamente com os agricultores no estado, e fez parte de um processo de transição necessário, em que foram valorizadas as práticas e os saberes dos agricultores e de certa forma menosprezados os conhecimentos oriundos dos especialistas e baseados no método científico.

Sendo assim, o conhecimento é interpretado como constituído pelas formas em que as pessoas categorizam, codificam, processam e imputam significado a suas experiências, o que vale para conhecimento local ou científico. O conhecimento mais adequado à determinada situação emergiria como resultado de acomodações entre diferentes mundos dos atores, decorre disto o fato de que não se podem estabelecer delimitações sociais rígidas entre tipos de conhecimento. Neste contexto, não existiria um tipo de conhecimento mais apropriado em termos ambientais, por exemplo, devendo isto ser avaliado pelos atores na prática, na forma como os conhecimentos, sejam locais ou científicos, vão ao encontro das expectativas dos atores locais, funcionando nos seus mundos. Neste sentido, Guivant (2007) propõe uma interdependência entre ambos os conhecimentos, hibridação ou fusão de horizontes.

O espaço de diálogo registrado pode ser entendido enquanto uma tentativa de hibridizar diferentes conhecimentos naquilo que possuem de mais pertinente para as propostas relacionadas a circulação dos produtos da agrobiodiversidade. Porém, o que se percebe na prática, é uma grande dificuldade em conciliar conhecimentos tão distintos, embora eles coexistam de formas totalmente inesperadas em experiências localizadas. Nesses encontros entre o saber local e o técnico-científico ainda apresentam-se elementos totalmente opostos, vinculados ao certo e o errado, ao legal e o ilegal. Porém, se alguns técnicos estão convictos

de que a lei existe para ser cumprida, outros percebem que esta pode ser alterada conforme a necessidade das pessoas e através da ação coletiva.

Para elucidar essa interdependência ou hibridação entre diferentes conhecimentos, podemos nos utilizar do conceito de conhecimento contextual, proposto por Oostindie e Broekhuizen (2008). Os autores o definem como um processo de acumulação de capacidades tecnológicas e habilidades que ocorre somente quando o conhecimento é ativamente mobilizado, divulgado e desenvolvido dentro de um determinado território. Belussi e Pilotti (2000) consideram o conhecimento contextual como a mistura localmente construída de fontes de conhecimento tácito e codificado, o qual constitui uma importante fonte de *produção de novidades*, e não é transferível, nem imitável. Essa mistura dificilmente é colocada em prática, mas um exercício neste sentido está ocorrendo por meio do diálogo cada vez mais constante entre esses diferentes conhecimentos. O próprio interesse acadêmico no conhecimento tácito e em conhecer o processo de elaboração do conhecimento contextual reflete essa vontade. O fato desse tipo de conhecimento ser tão localizado remete a necessidade de constante interação, não podendo simplesmente serem replicadas experiências que funcionaram em outros contextos.

Os autores identificam quatro importantes processos de aprendizagem que fluem juntos para criar conhecimento contextual. Estes processos são: a *socialização*, onde os indivíduos coletivamente compartilham seu conhecimento tácito; a *externalização*, em que este conhecimento tácito se transforma em conhecimento codificado, um passo necessário para a difusão do conhecimento em um grande circuito para além do grupo original; a *recombinação*, que envolve a reutilização de vários tipos e fontes de conhecimento tácito e codificado para criar novos conhecimentos e; a *internalização*, que descreve o processo pelo qual são absorvidos conhecimentos externos e transformados de volta para o conhecimento tácito. Alguns desses processos podem ser discutidos com base nas observações sobre o espaço de diálogo registrado: um deles é a codificação do conhecimento tácito, a qual implica na construção de normas que devem ser seguidas pelo grupo e fora dele, tolhendo de certa forma a dinâmica do conhecimento contextual, em constante transformação. Um exemplo que pode ser trazido neste sentido é a experiência com os produtos orgânicos, que envolveu diversas organizações e a criação de um espaço de diálogo, no qual desenvolveram-se acordos entre os participantes que acabaram dando origem a uma legislação específica. Se por um lado isso possibilitou o acesso desse acordo a outros grupos, alguns agricultores afirmaram que ficaram presos às regras que eles mesmos criaram.

A *recombinação* e a *internalização* são processos contínuos de construção e renovação dos conhecimentos durante a aprendizagem coletiva, ou seja, demonstram a mutabilidade e até certa instabilidade desses conhecimentos, que estão constantemente recebendo influência de fatores internos e externos ao grupo. Portanto, um conhecimento em si seria ideal para um grupo apenas em certo momento e em determinadas circunstâncias, podendo deixar de ser útil ao longo do tempo e alterando suas características conforme as necessidades do grupo.

Sabourin (2009) argumenta que as experiências de aprendizagem se dão mediante a produção e o compartilhamento de conhecimentos e de competências. No contexto da ação coletiva, a aprendizagem pode ser definida como uma adaptação conjunta dos saberes, normas e regras colocadas em prática, onde não se pode separar os saberes das relações ali presentes. Um dos objetivos dos trabalhos do autor é analisar as circunstâncias da produção e circulação desses conhecimentos, através do acompanhamento de grupos e seus processos de aprendizagem. A partir disso, ele identificou o caráter construtivista desse processo pedagógico, organizado em ciclos interativos e seguindo alguns princípios como o envolvimento mútuo e recíproco de cada um dos participantes e a aprendizagem conjunta do outro e do meio.

O autor faz uma reflexão sobre estes princípios, em que afirma que o interesse individual se vê fortalecido pelo interesse pelo outro ou pelo grupo, o que motiva para o cumprimento das regras e o fortalecimento da ação em si. E que, portanto, a construção das soluções deve dar-se sempre de forma coletiva e não a partir de respostas prontas. Isso pode ser percebido nos encontros registrados, em que a rede de relações pessoais e profissionais se entrelaçam, reafirmando os interesses e o compromisso com as ações desenvolvidas. As relações estabelecidas entre técnicos, pesquisadores e estudantes com os próprios agricultores, objetos principais de suas ações, agregam trabalho e vivências pessoais, muitas vezes de formas indissociáveis. Em relação aos encontros propriamente ditos, onde estão presentes os órgãos legisladores, isso ocorre parcialmente, por encontrarem-se em jogo interesses e posições muito distintas.

Em relação às questões atuais envolvendo o desenvolvimento rural, o autor afirma que essas constituem processos de aprendizagem e continuada partilha de conhecimento. Para que o processo de aprendizagem ocorra, seria conveniente agregar diversos elementos, revezados por uma encenação contextualizada, como unidades demonstrativas ou dias de campo. Neste

sentido, Stuiver et al. (2003)¹⁵ *apud* Oostindie e Broekhuizen (2008) argumenta que as redes que permitem a aprendizagem, podem ser explicitamente organizadas como, por exemplo, laboratórios de campo. Sendo assim, a criação do espaço de diálogo sobre agrobiodiversidade e as diferentes conformações de encontros que os constituem seriam fundamentais para o fortalecimento das relações e a ocorrência da aprendizagem conjunta.

Arce e Long (1994) evidenciam as implicações de colocar o conhecimento como ponto de partida na análise das questões referentes ao desenvolvimento rural. Essa posição seria importante no planejamento da intervenção como uma negociação de interesses e relacionamentos, na discussão da construção social do poder nas práticas de desenvolvimento rural, e no reconhecimento da diversidade, mobilidade e transcrição do conhecimento na implementação de políticas rurais. Para tanto, os autores apontam a necessidade de um corpo teórico detalhado de estudos de caso etnográficos que foquem nos conhecimentos e estratégias dos atores em condições de desenvolvimento, dando prioridade para elucidação e análise das controvérsias do conhecimento no desenvolvimento de projetos e o modo como interage essa multiplicidade numa *arena*.

Sabourin (2009) aborda ainda, a partir da sua experiência com comunidades rurais, a necessidade de sistematizar e valorizar métodos e resultados desenvolvidos por estes grupos em seus espaços de diálogo. E ressalta a importância de analisá-las de forma a também servirem de suporte para o processo de aprendizagem em seus contextos. Sendo assim, os documentos gerados a partir dos seminários, os registros realizados em cada reunião e a própria realização desse trabalho constituem subsídios que podem ser usados localmente na resolução de algumas questões, a partir da reflexão sobre as experiências que estão ocorrendo no Litoral Norte do RS, bem como podem servir de inspiração para posteriores estudos sobre processos que estão ocorrendo em outros lugares. Como foi o caso da bibliografia utilizada neste trabalho, grande parte dela baseada em experiências que ocorreram em outros países, com realidades completamente distintas da presenciada no Litoral Norte do RS, porém, com diversas aplicações interessantes.

Por fim, Ploeg (2008) refere-se a algumas dessas experiências que vão contra o regime dominante como *“um esforço ilusório contra a maré”*, evidenciando as dificuldades e os resultados a longo prazo dessas alternativas. Referindo-se aos grupos que estuda ele ressalta que a manutenção de *nichos estratégicos* (que neste trabalho são tratados como espaços de diálogo) tem sido um processo difícil, não-linear e instável em direção a uma maior

¹⁵STUIVER, M. et al. The development of VEL and VANLA as a niche. In: WISKERKE, J.S.C; PLOEG, J.D. Seeds of transition: essays on novelty creation, niches and regimes in agriculture. Assen, Van Gorcum.

autonomia. De fato, as experiências de sucesso relatadas por alguns autores mostram que é necessário um tempo de maturação das ideias em um processo de aprendizagem, sendo que a construção do conhecimento envolve muitas interações e um processo de negociação que pode ser lento e não necessariamente levar a algo melhor do que se tinha antes. Porém, seria uma das formas mais interessantes de se promover o desenvolvimento rural, a qual parte das necessidades locais e considera todas as formas de conhecimento que podem contribuir para supri-las.

4 MANEJO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO: AS DIVERSAS ETAPAS PARA A CIRCULAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGROBIODIVERSIDADE

Figura 7 – Do manejo a comercialização dos produtos da agrobiodiversidade



Fonte: fotografias da autora (2011).

Nota da figura 7: a) manejo dos frutos da palmeira juçara; b) máquina dosadora da polpa de juçara na AFR Cará-da-terra; c) comercialização de pães caseiros na 9ª Feira da Biodiversidade de Três Cachoeiras; d) seleção dos frutos da palmeira juçara na AFR Araruta; e) produtos da Acert na 9ª Feira da Biodiversidade de Três Cachoeiras; f) sucos de frutas nativas na 9ª Feira da Biodiversidade de Três Cachoeiras (da esquerda para a direita de cima para baixo).

O quarto capítulo aborda as principais questões relacionadas aos produtos da agrobiodiversidade, a partir do que foi discutido nos espaços de diálogo registrados no Litoral Norte do estado, com foco na questão do processamento dos alimentos em pequenas unidades produtivas. Acerca deste tema serão tratados desde o manejo das espécies nativas e as questões ambientais vinculadas, o beneficiamento em agroindústrias familiares rurais e a comercialização desses produtos. Em cada uma das temáticas são abordadas questões relacionadas, que devido à complexidade e abrangência do tema, foram selecionadas entre as diversas possibilidades de discussões envolvendo os produtos da agrobiodiversidade.

De acordo com Stella et al. (2006) a agrobiodiversidade pode ser compreendida como a parcela utilizada da biodiversidade, representada por um conjunto de organismos e ecossistemas que podem ser domesticados, semi-domesticados, cultivados, ou manejados pelo homem. Portanto, o elemento humano, com um forte componente cultural, é a chave para a diferenciação do que é agrobiodiversidade no âmbito da biodiversidade. Este componente se manifesta por meio de práticas de manejo e cultivo, até tradições e costumes (preferências, festividades, ritos e religiosidade). A abrangência do termo propicia que uma série de contextos e práticas possam ser estudadas sob a sua luz.

O termo agrobiodiversidade, por vezes utilizado especificamente para referir-se às variedades crioulas de espécies alimentícias, neste texto inclui uma diversidade de produtos *in natura* e processados. A conservação da agrobiodiversidade neste sentido, inclui temas desde a legislação ambiental envolvida na coleta dessas espécies, o incentivo ao plantio de variedades quase extintas, até a legislação (sanitária e tributária) envolvida no beneficiamento e comercialização dos produtos, o resgate de receitas e formas de preparo quase esquecidas e a educação para o consumo desses sabores diversificados.

Em algumas feiras de produtores acompanhadas durante a pesquisa torna-se evidente a diversidade de produtos da agricultura familiar que podem ser encontrados no Litoral Norte, dos quais este trabalho se refere ao utilizar-se do termo agrobiodiversidade: batata yacon, batata cará, araruta, inhame, cúrcuma, gengibre, amendoim, mandioca, batata-doce branca e rosa, beterraba, chuchu branco e verde, abóbora, cenoura, espinafre, maracujá, figo, laranja, bergamota, lima, limão bergamota, abacate, goiaba, licor de jabuticaba, suco de butiá, farinha de milho, farinha de mandioca, açúcar mascavo, broa de polvilho, pé-de-moleque, pão de batata cará, pão de açáí juçara, biscoito de milho, banana passa e chips de inhame.

Em relação às frutas nativas no estado, são estimadas aproximadamente 180 espécies, algumas de uso mais popularmente conhecido junto aos consumidores, sendo comercializadas

principalmente na forma de sucos, polpas e doces. As mais facilmente encontradas nas feiras de produtores e citadas constantemente nos espaços de diálogo e projetos de pesquisa sobre agrobiodiversidade são: guabiju, pitanga, guabiroba, jabuticaba, juçara, butiá, araçá, uvaia, cereja e goiaba serrana. Essas espécies destacam-se pela diversidade de formas de uso, demanda de consumo e características nutricionais.

Santilli e Emperaire (2006a) identificam as várias ameaças à agrobiodiversidade, como o avanço dos monocultivos, as mudanças alimentares, a ida das populações para as cidades, as quais ameaçam tanto a atual diversidade tradicional materializada em inúmeras cultivares (erosão genética), como as práticas e saberes associados ao manejo e à utilização tradicional desses recursos (erosão dos conhecimentos). Stella et al. (2006) acrescenta a essas ameaças a dificuldade de inserção de produtos agrícolas tradicionais no mercado. Santilli (2009) aprofunda essa questão citando que a erosão genética no campo, afeta não só os agricultores, como também os consumidores. Neste sentido, a autora relaciona a agrobiodiversidade, à produção sustentável e à qualidade dos alimentos consumidos pela população.

Em relação ao Litoral Norte do estado, de acordo com os interlocutores desta pesquisa, o período denominado de Revolução Verde, teria significado um retrocesso no que se refere à qualidade da alimentação e a sustentabilidade como um todo nesta região, marcado pelo incentivo a uma maior produtividade através dos monocultivos e do aporte de insumos agrícolas como fertilizantes e agrotóxicos. A perda da agrobiodiversidade local, ou seja, da diversidade agrícola e biológica existente na região, resultaram em uma alimentação baseada em poucas espécies, nutricionalmente deficiente, e alimentos que geram impactos ambientais ao serem cultivados.

4.1 A MESMA BIODIVERSIDADE - DIFERENTES ESTRATÉGIAS PARA SUA CONSERVAÇÃO

As opiniões e metas de trabalho variam mesmo entre os técnicos das ONGs, que apresentam maiores convergências em suas ações, em prol do uso e conservação da agrobiodiversidade. A afirmação mais contrastante foi a de um técnico que acredita que “*os produtos da sociobiodiversidade brasileira devem ganhar escala*” (M.G.C, técnico de ONG), através da ampliação da sua comercialização, inclusive para o mercado de exportação. Neste contexto, desaparece a necessidade de manter todas as etapas da cadeia produtiva desses

produtos no âmbito da agricultura familiar. De acordo com essa visão, trata-se de um processo sob o qual não poderíamos ter controle, então, o mais importante seria fomentar o plantio e uso das espécies nativas, sem tentar prever as consequências: “*É uma certa ameaça, mas isso é quase inexorável*” (M.G.C, técnico de ONG). Um exemplo neste sentido seria o açaí da Amazônia, que passou a ser cultivado com fertilizantes químicos após a expansão da produção devido à maior demanda de consumo.

Como forma de disseminar o uso de espécies nativas enquanto uma estratégia de conservação e geração de renda, o mesmo técnico ressalta a necessidade da inclusão de diversas práticas, incluindo, o uso de fertilizantes e agrotóxicos no cultivo de espécies nativas.

Nós do movimento da agricultura ecológica somos muito fechados, muitas vezes a gente acha que só a gente tem razão. Neste desafio de conciliar conservação e produção, tem que tá aberto para incluir mais. (M.G.C, técnico de ONG).

Certamente isso fere de alguma forma os princípios da agricultura ecológica e os ideais daqueles que estão elaborando estratégias de uso sustentável para essas espécies, mas também reflete uma estratégia do movimento agroecológico, a flexibilização de algumas exigências. No entanto, a opinião da maioria dos técnicos reflete uma preocupação com a conservação ambiental e a necessidade de um manejo apropriado das espécies nativas, que incluiriam a disseminação dos sistemas agroflorestais ao invés do melhoramento genético, monoculturas e utilização de agroquímicos: “*As vezes tenho vontade de desistir, pensando nos rumos que as coisas podem tomar. Monocultura de araquá pulverizada de avião não! será que não vamos fazer isso?*” (P.M.A, técnico de ONG). De acordo com estes interlocutores, as estratégias para conservação da agrobiodiversidade devem considerar os estoques de diversidade genética das plantas e contribuir para a transição de paradigmas, em que predomine a qualidade ambiental.

Um dos técnicos entrevistados coloca uma questão interessante neste sentido, quando questionado em relação às estratégias para conservação da palmeira juçara, ele afirma que a conservação dessa espécie em si não é tão importante, pelo contrário, pode representar até um problema se incentivada isoladamente. De acordo com esta visão, o importante seria a consciência de que os recursos naturais, desde que devidamente manejados, representam um grande potencial em termos de segurança alimentar e geração de renda para as famílias agricultoras no Litoral Norte:

Porque daí tá tu salvou a juçara, mas sabe lá o que isso não vai causar, porque daqui a pouco os cara só vêem a juçara, só vêem a juçara, entram na mata devastando tudo, só sobra juçara, e aquelas assim para dar uma sombrinha. E é um tiro no pé. Toda a espécie símbolo é isso, ela é símbolo, ela não é fim, se tu focar só nela, tu pode até em geral gerar um desequilíbrio maior. (C.D.O, técnico de ONG).

No geral as opiniões apontam a necessidade de uma cadeia produtiva diferenciada para os produtos da agrobiodiversidade, desvinculada da apropriação por grandes empresas e relacionada a uma produção familiar e sustentável ambientalmente. A implementação de um marco legal incluindo as qualidades específicas desses produtos como sabor, cultura, identidade e tradição; e de seus modos de vida associados, atuariam como uma forma de proteção desses produtos e da própria agrobiodiversidade.

4.1.1 Uso e Conservação da Agrobiodiversidade: algumas estratégias de manejo sustentável propostas pelas ONGs.

Acho que a conservação dos recursos genéticos passa necessariamente pela questão do consumo, existe aí mais do que uma simbiose, é quase que um mutualismo mesmo, você só conserva se você usa e usa e conserva. (M.G.C., técnico de ONG).

As propostas das ONGs convergem para o uso dos produtos da agrobiodiversidade como forma de gerar renda para as comunidades de agricultores, conservação da biodiversidade e seu ambiente de origem. Além disso, enquanto incremento na segurança alimentar e nutricional dos consumidores e dos próprios agricultores. Porém, todos se referem à necessidade de estudos e posterior elaboração de normativas que indiquem técnicas de manejo sustentável, monitoramento e fiscalização da coleta e cadastro dos extrativistas. Todas essas precauções refletem a preocupação das ONGs com as proporções que esse fomento ao uso podem causar, como por exemplo, o interesse de grandes empresas nestes produtos da floresta, sua exploração indiscriminada e uma demanda de consumo muito maior do que poderia ser suprido sem causar algum tipo de desequilíbrio ambiental.

Se por um lado as propostas, quando se referem aos produtos da agrobiodiversidade, parecem morosas, por outro, trazem consigo a cautela de quem é sensível às questões ambientais, já se engajou profundamente em uma luta para que não fosse devastada o que resta de vegetação nativa, e conhece os interesses econômicos envolvidos na exploração dos produtos da floresta.

Porque, por exemplo, se hoje nós trouxéssemos para o RS uma demanda de picolé ou sorvete de butiá pela ... (grande empresa produtora de bebidas no país), teríamos todos os frutos de butiá colocados na mão dela.. Então nós temos que estar

promovendo isso com as comunidades, cientes de que conservação da biodiversidade se dá, também, por esta questão do manejo dos recursos de maneira sustentável, mas inevitavelmente pelo grau de degradação que a gente chegou na Mata Atlântica, não podemos sair do 80 para o 800, não podemos sair de uma legislação extremamente restritiva para uma condição de que agora vamos salvar a biodiversidade se nós manejarmos tudo de maneira a varrer, sem ter regulamentação normativa. (M.P.S., técnico de ONG).

Essas ressalvas são recorrentes na fala dos técnicos que participaram ativamente do movimento ambientalista nas décadas de 80 e 90 e estão presentes em diversos dos encontros registrados. Se por um lado se quer viabilizar de alguma forma a sobrevivência e qualidade de vida das famílias rurais através da reprodução de suas práticas, existe um grande receio de que o uso das espécies nativas acabe por fomentar os interesses de grandes empresas, que passem a explorar esses recursos e os próprios agricultores. Fortalecer uma estratégia para que toda a cadeia produtiva da agrobiodiversidade permaneça sob o domínio das comunidades de agricultores e técnicos que estão trabalhando em prol dessas iniciativas é um desafio que ainda merece muitos encontros e debates.

Ainda que o manejo da vegetação nativa seja uma prática incentivada pelas organizações que atuam junto à agricultura familiar, existe uma série de restrições que são colocadas para sua utilização, em que precisam ser considerados os aspectos ecológicos das espécies em questão e os impactos causados pelo manejo. Neste sentido, torna-se necessária a geração de conhecimentos que permitam definir a intensidade do manejo, como por exemplo, a quantidade de frutos que podem ser coletados e a parcela que deve ser poupada para a fauna. Em relação à coleta de frutos do butiazeiro, por exemplo, é sempre ressaltada a demanda ecológica desses frutos, que compõe a base alimentar de diversos animais no seu ambiente de ocorrência:

Em relação ao butiá nós descobrimos uma coisa horrível. Existem 52 remanescentes de butiazais no Litoral Norte do RS, 123 hectares, e essas plantas permanecem de 4 a 6 meses frutificando nesses remanescentes, servindo como uma importante base alimentar para vários organismos. (M.P.S, técnico de ONG).

Quando o técnico se refere a algo *horrível*, está refletindo sobre certa contradição entre incentivar o uso pelas comunidades locais e, ao mesmo tempo, realizar pesquisas que apontam o quanto a espécie e seus frutos são importantes no ecossistema em que está inserida, por vezes, como uma das únicas fontes de alimento disponíveis para a fauna. Esses fatores são considerados pela organização em questão e defendidos junto aos espaços de diálogo que participa, na elaboração de toda e qualquer proposta de manejo sustentável para a espécie. Em um dos estudos apresentados, foram usadas imagens do Litoral Norte do ano de 1974 e 2008,

que evidenciaram a perda de 80% das áreas de remanescentes com butiazeiros, que atualmente se encontra ameaçado de extinção.

Os pesquisadores e técnicos das ONGs, na sua grande maioria, defendem a necessidade de pesquisas científicas que apontem diretrizes para o manejo sustentável das espécies. Sendo assim, o uso dos frutos deveria ocorrer a partir das orientações geradas pelas organizações de pesquisa, supostamente com a participação dos agricultores. No entanto, a participação dos agricultores, muitas vezes, restringe-se a uma única reunião, com poucos representantes da comunidade. Se por vezes é difícil obter uma satisfatória participação destes no formato de encontro que as organizações estão acostumadas a realizar, o que ocorre é que as organizações de extensão rural acabam fazendo esse papel de levar os interesses dos agricultores para os espaços de diálogo onde estão sendo discutidas questões de interesse para a agricultura familiar, como é o caso das estratégias de manejo sustentável.

Um desafio para os pesquisadores neste sentido é a adequação das técnicas de pesquisa para as situações de campo, ou seja, técnicas que possam ser desenvolvidas a partir das características de cada ambiente, construídas junto aos agricultores, os quais já possuem muitos dos conhecimentos necessários para sua elaboração. São requisitadas novas tecnologias que possam ir ao encontro das características das espécies e do manejo agroflorestal que se está querendo incentivar. Neste sentido, uma das organizações apresentou algumas tecnologias desenvolvidas junto aos agricultores, para coleta de frutos em árvores de grande porte, por exemplo, para as quais não se tem equipamentos no mercado convencional.

4.2 BREVE HISTÓRICO DAS AÇÕES ENVOLVENDO O MANEJO DA AGROBIODIVERSIDADE E ESTRATÉGIAS PARA O MONITORAMENTO DA ATIVIDADE

No âmbito do CERBMA, que constitui um importante espaço de diálogo sobre os produtos da agrobiodiversidade, foram debatidas estratégias para o manejo sustentável de espécies como a samambaia-preta, uma espécie de samambaia usada na confecção de arranjos florais. A experiência com a samambaia-preta obteve avanços importantes no que se refere ao diálogo entre diversas organizações, porém, as técnicas de manejo propostas (as quais foram elaboradas com base em diversos estudos científicos) até o presente momento não foram operacionalizadas, bem como a regulamentação da atividade extrativista. Esse fato mostra a multiplicidade de fatores e processos necessários para que uma estratégia de manejo

sustentável seja implementada, envolvendo diversas organizações e adoção de procedimentos específicos em cada uma delas.

Se no caso da samambaia não foram poupados esforços na realização de estudos científicos e encontros para discussão de propostas entre as organizações, posteriormente, a falta de um cadastro dos extrativistas junto ao órgão licenciador da atividade comprometeria todo o processo de regularização. Outro fator seria referente às dificuldades enfrentadas na comercialização do produto pelos extrativistas, os quais não conseguiram se organizar ou não tiveram o apoio suficiente para resolver questões como o transporte do produto. Esses fatores fizeram com que a cadeia produtiva permanecesse tal qual estava antes dos diversos estudos sobre manejo sustentável, e o extrativismo, por não estar devidamente regulamentado, continua sendo demandado por fatores externos e não de acordo com a capacidade de suporte da espécie.

A aprendizagem que ocorreu em torno desse produto, envolvendo diversas organizações (ONGs, universidade, órgão licenciador, organizações ambientalistas, organizações representantes dos agricultores) foi importante enquanto um processo que culminou na criação de uma estratégia diferente quando da necessidade de discussão sobre o manejo de outro produto da sociobiodiversidade: os frutos da palmeira-juçara. Devido a inviabilidade do licenciamento para coleta dos frutos da palmeira, pela falta de estudos suficientes comprovando a sustentabilidade da atividade, optou-se por um manejo adaptativo através da construção de um projeto piloto¹⁶, pois dessa forma seria viável o encaminhamento junto ao órgão licenciador.

Participaram deste processo as três ONGs trazidas ao longo desse trabalho, Anama, Curicaca e Centro Ecológico, além de diversas outras organizações. Foram discutidas as diretrizes norteadoras do projeto e as ações que deveriam ser monitoradas ao longo do processo, acompanhado pelo DEFAP. Foram definidas as áreas, pessoas vinculadas (agricultores, técnicos, pesquisadores), organizações responsáveis e formou-se um grupo de trabalho específico e permanente sobre o tema junto ao CERBMA.

Mais recentemente foram discutidas questões referentes ao uso dos subprodutos do butiazeiro, como frutos e folhas, que culminaram na elaboração do Plano de Conservação e uso sustentável dos butiazais pela ONG Curicaca. As discussões que ocorreram no CERBMA

¹⁶O projeto piloto para o uso sustentável dos frutos da Palmeira Juçara, construído no âmbito do CERBMA, tinha como objetivo principal a geração de parâmetros e metodologia para coleta dos frutos, monitoramento e repovoamento da espécie. Para tanto, foram selecionadas áreas para acompanhamento da coleta dos frutos, e realizados inúmeros encontros, reunindo diversas organizações, incluindo a SEMA/DEFAP, que consentiu o manejo dos frutos nesta modalidade de projeto. (para uma análise do Projeto Piloto, ver Medaglia, 2010).

a respeito de cada um dos produtos da agrobiodiversidade geraram conhecimentos sobre as espécies, os quais poderiam ser usados para a construção de instruções normativas de manejo por espécie. A criação de alguns programas do governo federal envolvendo produtos florestais não-madeiráveis como o pinhão, erva-mate e a palmeira juçara apontam para esta estratégia, através da caracterização da cadeia produtiva e construção de diretrizes para o manejo sustentável de cada espécie separadamente.

A nível estadual, o DEFAP/SEMA também sinaliza para este tipo de proposta, com a criação recente de um grupo de trabalho interno que pretende reunir os estudos existentes sobre os produtos florestais não-madeiráveis, propor projetos de pesquisa para complementar esses dados e construir instruções normativas por espécie. No entanto, o andamento das pesquisas e a elaboração das normativas não seriam impeditivos do uso desses produtos, os quais poderiam ser viabilizados através de projetos piloto, a fim de incentivar as poucas iniciativas que estão em vigor no que se refere ao uso dessas espécies.

Essa forma de trabalho, além da necessidade de comprometimento, articulação e diálogo intensos entre os diversos órgãos que atuam na formulação dessas normativas, exige o monitoramento da sustentabilidade dessas práticas e atividades de fiscalização para constatar se os limites propostos estão sendo respeitados. Neste sentido, uma das ONGs aponta para medidas de fiscalização e punição no que se refere aos produtos da sociobiodiversidade, para evitar oportunismos daqueles que querem se beneficiar ilicitamente dos processos criados.

Uma estratégia para o controle do manejo das espécies nativas é a criação de um sistema de cadastro em parceria com a Fetag-RS, organização que possui representatividade em cada município do estado, através dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Isso se deve, em parte, ao fato da Fetag-RS, através de um técnico mais especificamente, estar construindo uma boa relação com algumas ONGs e ser participante ativo nos encontros sobre a temática. A proposta é de que se construa um banco de dados coeso e que possa ser reconhecido pelo órgão licenciador, o DEFAP.

As mesmas organizações que apontam a burocracia dos órgãos do governo para uso da agrobiodiversidade, sugerem monitoramento e fiscalização como forma de garantir seu uso sustentável, o que provavelmente geraria a necessidade de mais instrumentos burocráticos, para obtenção do controle desejado. Neste sentido, sugerem a descentralização a nível municipal dessas ações de cadastro, fiscalização e monitoramento, através dos sindicatos de trabalhadores rurais, das ONGs locais, da Emater e das cooperativas de agricultores. Outra estratégia seria a punição (com a cobrança de multas, por exemplo) por parte de órgãos como

o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o DEFAP/SEMA em relação às irregularidades envolvendo os PFM: “*Ao invés de ficar perdendo tempo em construir um monte de informação, relatório, um monte de coisa que ninguém da conta, e não funciona*” (M.P.S., técnico de ONG). Com esta fala o entrevistado demonstra um pouco da sua indignação pelo excesso de procedimentos burocráticos que dificultam o uso sustentável dos PFM, e ao mesmo tempo, a falta de agilidade para conter processos ilegais de uso indiscriminado das espécies.

4.2.1 A palmeira-juçara: uma espécie símbolo do uso e conservação da agrobiodiversidade

A palmeira juçara é uma espécie nativa da Mata Atlântica cujos frutos, recentemente, passaram a representar uma nutritiva fonte de alimento, utilizados na forma de polpa para preparação de sucos, doces e panificados em geral. Em relação ao desmatamento ilegal do palmito, que implica no corte da palmeira juçara e contribuiu ao longo dos anos para sua diminuição nos ecossistemas naturais, acredita-se que este poderia ser evitado através da legalização da extração dos frutos. De acordo com alguns interlocutores da pesquisa, muitos agricultores, que antes permitiam a entrada de extratores de palmito em suas propriedades, visualizando uma forma de renda com os frutos, poderiam impedir o acesso a novos desmatamentos.

A espécie tornou-se um símbolo da possibilidade de conservação da espécie e seu ambiente através do manejo sustentável de um de seus sub-produtos, os frutos, que após a despulpa podem retornar ao ambiente, dando origem a novas plantas. As mudas também podem ser usadas para enriquecer sistemas agroflorestais, baseados no cultivo de diversas frutíferas, sendo a juçara apenas um dos exemplos de alimentos disponíveis nas florestas que não estão sendo aproveitados como poderiam, num contexto de empobrecimento generalizado da alimentação. Os frutos também são muito apreciados pela fauna, representando uma fonte de alimentos para estes animais, portanto, existe uma discussão também neste sentido quando se trata da sua extração na natureza, a fim de que quantidades consideráveis sejam poupadas e possam cumprir sua função ecológica.

Um das primeiras experiências de processamento dos frutos da juçara no estado foi em uma feira realizada no III Fórum Social Mundial em Porto Alegre, no ano de 2003. O produto foi preparado e oferecido para degustação, obtendo grande aceitação por parte dos

consumidores, não só pelo sabor, mas também pela proposta de cunho ambiental e social que era apresentada junto com o alimento. A partir de então iniciou um trabalho pela regularização da coleta, viabilizada parcialmente pelo projeto piloto, e de um espaço de processamento. As ONGs Anama, Curicaca e Centro Ecológico participaram desse processo, as duas primeiras mais diretamente no projeto piloto e a última através de um projeto que viabilizou o processamento, as embalagens, a criação do rótulo e da marca Açai da Mata Atlântica. A partir dessa experiência e da articulação entre diversas instituições de diferentes estados brasileiros foi criada a Rede Juçara, a fim de reunir informações sobre a espécie e propor soluções para os entraves relacionados à regularização do manejo, beneficiamento e comercialização dos produtos à base de açai juçara.

As características nutricionais do açai juçara justificam o incentivo ao consumo do produto, principalmente na alimentação escolar. De acordo com as nutricionistas envolvidas em projetos sobre o açai juçara, as grandes quantidades de caroteno, antocianina (um antioxidante natural), cálcio, ferro e calorias presentes nesse alimento, são ideais para serem inseridos na alimentação de crianças e jovens em idade escolar, substituindo alimentos calóricos e pouco nutritivos, os quais compõe a alimentação oferecida usualmente a este público. O fato da polpa de açai juçara ter sido inserida na alimentação escolar no Litoral Norte, primeiramente no município de Três Cachoeiras e posteriormente em outros municípios, se deve ao fato das iniciativas realizadas por um conjunto de organizações, entre elas o Centro Ecológico, Econativa, Coopet, Acert e o grupo Teia de educadores ambientais. Além disso, um técnico especificamente, que transita em várias dessas organizações e também ocupa um cargo público teve um papel crucial neste sentido, contatando as Secretarias de Educação, e principalmente incentivando um trabalho educativo nas escolas, com alunos e merendeiras, responsáveis pela preparação do produto. Antes do teste de aceitabilidade realizado nas escolas foi realizado um curso com as merendeiras, testando várias formas de preparo, até que se chegasse naquela que fosse mais adequada ao paladar das crianças.

Outra questão crítica para a circulação do produto é o armazenamento e transporte da polpa congelada, que implica em altos custos para os agricultores, com a aquisição de freezers, câmara fria e carro refrigerado ou embalagens térmicas. Neste sentido, umas das propostas discutidas para o açai juçara é o processamento e venda imediata para o consumidor em feiras de produtores, a fim de diminuir esses custos, além de simplificar o processo de regularização, que desta forma não necessitaria de todas as exigências feitas para uma

agroindústria. No caso de uma agroindústria o produtor deve remeter-se ao MAPA ou a Secretaria Estadual de Saúde, responsável pela inspeção sanitária dos produtos, já o processamento realizado nas feiras é fiscalizado pela vigilância sanitária, em geral do município, que apenas avalia as condições do procedimento no local, a feira por exemplo. Tal espaço de interação direta entre produtor e consumidor poderia também contribuir no processo educativo que envolve o alimento, além de oportunizar ao consumidor um produto fresco, e por isso ainda mais nutritivo.

4.3 O BENEFICIAMENTO DOS PRODUTOS DA AGROBIODIVERSIDADE

Apesar de nem todas as organizações quererem tratar do processamento enquanto uma atividade informal, e que em alguns casos permanecerá nestas condições, ele de fato é responsável por uma venda significativa de produtos, seja em feiras de produtores, a venda de porta em porta ou diretamente nas propriedades rurais. A assistência técnica oficial e não oficial atua junto aos produtores que possuem um local para beneficiamento de seus produtos e também aqueles que processam na cozinha de suas casas, entendendo que a garantia da qualidade do produto, principalmente no que se refere às questões de higiene, está para além das questões legais. Além disso, a maioria das agroindústrias familiares inicia suas atividades na informalidade e, obtendo sucesso na comercialização de seus produtos, consideram a possibilidade de ampliação de mercados, e somente a partir de então, buscam a regularização perante os órgãos competentes.

A Rede Ecovida de Agroecologia e a Rede Juçara, as quais reúnem diversas organizações que tratam do tema dos produtos da agrobiodiversidade, refletem sobre os benefícios da produção caseira de alimentos, um processamento informal perante a legislação, mas reconhecido pelos consumidores pela sua qualidade. Esse beneficiamento de “fundo de quintal”, como eles denominam, gera renda para as mulheres, é responsável pela manutenção de jovens no meio rural, agrega valor aos produtos e diminui sua perecibilidade, que dessa forma podem ser comercializados o ano todo, fortalecendo a segurança alimentar das famílias produtoras e consumidoras.

Em um dos municípios do Litoral Norte, um técnico que atua há mais de vinte anos na assistência técnica oficial aborda um histórico em relação às exigências sanitárias sobre os espaços de processamento. Segundo ele, há quinze anos, era possível o processamento de alimentos de origem vegetal na cozinha dos agricultores, havia apenas uma recomendação da

delegacia de saúde para que separassem os equipamentos de uso doméstico daqueles usados para a produção que seria comercializada. Com o passar do tempo as exigências teriam ficado cada vez mais rigorosas, provavelmente por pressão do setor alimentício, e cabia ao extensionista o papel de informar o agricultor que a partir daquele momento teriam que se adequar às novas exigências para continuar seu trabalho. A exigência de espaços diferentes para o processamento de produtos distintos, por exemplo, desconsidera totalmente a produção da agricultura familiar, que em geral, é caracterizada pela diversidade de produtos e pequenas quantidades de cada um deles.

Os entraves atuais para o processamento de alimentos em pequena escala enfrentam problemas que vão do acesso a mercados e a matéria-prima, falta de políticas públicas específicas, crédito limitado, falta de uma legislação específica e de orientação técnica qualificada, exigências quanto à estrutura que não consideram a realidade dos agricultores e divergências entre ministérios e secretarias sobre suas competências. Uma pergunta pertinente neste sentido seria porque esses agricultores persistem diante de tantos obstáculos? Ou, como questionado por um participante de um grupo sobre o tema “*Quanto tempo temos até que os agricultores não desistam?*”.

Em relação à produção caseira de alimentos, um projeto da SMIC, da Secretaria Municipal de Agricultura e da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre foi apresentado em diversos encontros sobre os produtos da agrobiodiversidade enquanto uma proposta inovadora e ousada, que pretende regularizar a produção de um grupo de agricultores da zona rural de Porto Alegre, realizada na cozinha de suas casas (ver apêndice C).

O projeto realizado em Porto Alegre é uma alternativa para a regularização do processamento caseiro de alimentos, quando da inviabilidade de construir uma agroindústria. Características como a multifuncionalidade das propriedades rurais e a pluriatividade das famílias, evidenciadas nesta experiência, refletem o rural contemporâneo e são apontadas como uma estratégia para sua sobrevivência, porém não são reconhecidas pela legislação existente. Neste sentido, o programa de fomento à regularização de agroindústrias familiares no estado pode representar justamente a perda de algumas dessas características, pois o produtor tendo que investir na construção de uma estrutura, por exemplo, provavelmente, abandonará as outras atividades que desenvolve para dedicar-se somente às atividades na agroindústria. Outra questão se refere à padronização dos produtos que, produzidos em maior escala, podem perder suas características peculiares, como o sabor.

A seguir são apresentadas as principais questões abordadas nos espaços de diálogo sobre agrobiodiversidade, especificamente no que se refere às agroindústrias familiares rurais, temática de muitos desses encontros, considerando as propostas do Programa de Agroindústrias do governo do estado.

4.3.10 beneficiamento na Agroindústria Familiar Rural

O conceito de agroindústria familiar possui diferentes interpretações entre as organizações, as quais estão constantemente reelaborando seu entendimento em relação a esses espaços, tentando defini-los e compreendê-los de forma a obter uma melhor atuação junto a eles. A Fetag-RS apresenta uma reflexão em relação às dificuldades de se encontrar um conceito amplo o suficiente para abranger a diversidade de situações existentes. Neste sentido, aborda o conceito de agroindústria familiar de pequeno porte, que se refere aos estabelecimentos de até 250m², o qual excluiria iniciativas como construções agroindustriais coletivas, que poderiam ser usadas por diferentes grupos, para diversos tipos de produtos. Algumas organizações questionaram sobre o próprio uso do termo agroindústria para definir os espaços de processamento da agricultura familiar, pois este seria extremamente abrangente e é o mesmo utilizado para denominar grandes indústrias processadoras de alimentos, o que muitas vezes impede tratamento diferenciado perante a lei.

Na Emater-RS, por exemplo, Os técnicos do setor responsável pelas agroindústrias definem os limites entre o que seria uma produção caseira e uma agroindústria familiar, a partir da comercialização do produto. Se o produto processado deixa de ser somente para o consumo da família e passa a ser comercializado, seu espaço de processamento pode ser considerado uma agroindústria informal. Outras definições somente consideram agroindústria quando existe um espaço separado da casa para o processamento dos alimentos.

O histórico do tema agroindústrias se confunde com a história da própria assistência técnica e extensão rural oficial no Rio Grande do Sul. Em 1955 se estruturou um grupo de trabalho junto à cadeia produtiva do leite, que na década de 80 englobou as demais cadeias produtivas. O setor de agroindústrias da Emater passou por diferentes fases, desde a estruturação de cadeias produtivas e a elaboração de projetos, destinada a diversos públicos. Com a ascendência da agricultura familiar nos últimos anos em termos de política pública passou a atuar mais com este público, mas ainda discute internamente qual deve ser a ação da assistência técnica em relação à agroindústria familiar. Para tanto, de acordo com técnicos da

organização, procura-se entender as particularidades desse espaço de produção, partindo do princípio de que existem diferenças significativas entre uma produção de alimento em larga escala e a produção da agricultura familiar, que possui além das questões ligadas ao mercado, aspectos culturais que lhe são inerentes.

Os dados do Censo agropecuário destacam que 16,7% dos estabelecimentos rurais no Brasil beneficiam e/ou transformam alguma matéria-prima (IBGE, 2006). De acordo com a mesma fonte haveriam 560 agroindústrias formalizadas e cerca de 7700 informais para o estado do RS. Segundo dados fornecidos pela SDR existem aproximadamente 8160 agroindústrias familiares no estado do Rio Grande do Sul. De fato, não existem informações compiladas concisas pelos órgãos competentes no estado, tendo sido feito um esforço neste sentido durante a primeira etapa do Programa das Agroindústrias Familiares do governo do estado, o Programa Sabor Gaúcho (1999-2003), período em que se têm algumas agroindústrias cadastradas. Após o ano de 2003, com a mudança de governo, ocorre total ausência de registros. Um dos objetivos da reativação das ações do programa das agroindústrias em 2011 é a atualização dos dados sobre as agroindústrias familiares no estado.

4.3.1.2 Programa da Agroindústria Familiar

Na primeira edição do programa, o governo do Estado desenvolveu uma série de medidas para facilitar a implantação e a legalização de agroindústrias familiares no Rio Grande do Sul, oportunizando aos agricultores familiares linhas de crédito com juros mais baixos, ampliando sua participação nos mercados institucionais, disponibilizando novos espaços de comercialização e oferecendo serviços de orientação para regularização sanitária e ambiental. Alguns requisitos do programa desde a sua formação era a origem da matéria-prima, a qual deveria ser no mínimo em 70% proveniente da propriedade rural, e mão de obra predominantemente familiar. Além disso, a proposta inicial era de que a produção fosse preferencialmente agroecológica e em pequena escala.

Após alguns anos praticamente desativado, o programa foi reinstituído em 2012, sob execução do Departamento da Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento da SDR, sendo previstas diversas ações durante os quatro anos de governo: resgate dos cadastros antigos e realização de novos cadastros de agroindústrias familiares, promoção de cursos de qualificação em Boas Práticas de Fabricação, prestação de esclarecimentos quanto à legislação referente às agroindústrias, construção de 82 pontos de comercialização (até 2014)

e a promoção de espaços de comercialização como feiras de produtores. Uma das metas do programa é a formalização de 2000 agroindústrias familiares no estado até 2014.

Para uso do selo Sabor Gaúcho, que certifica quanto à origem do produto, ou seja, oriundo da agricultura familiar, são necessários alguns requisitos, como a Declaração de Aptidão ao Pronaf(DAP)¹⁷, a regulamentação sanitária e ambiental e a realização dos cursos em Boas Práticas de Fabricação. Primeiramente deve ser realizado o cadastro da agroindústria familiar, através da Emater, para fins de atualização e obtenção de um número de cadastro. Através desse número pode ser encaminhado o processo de regularização sanitária junto às Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS). Posteriormente, obtidos todos os registros necessários, é dada a concessão do uso do selo.

Foi apontado como contraditório, nas diversas reuniões onde foi apresentado e discutido o programa, o fato dele ter a meta de regularizar as agroindústrias familiares, porém, exigindo toda a documentação necessária, que é justamente uma das dificuldades para a regularização das mesmas. São solicitados esclarecimentos em relação a que exatamente o programa traria benefícios e facilidades, já que exige que o agricultor tenha cumprido anteriormente todas as exigências sanitárias e ambientais. Foi questionado também, o fato do programa não incluir algo referente aos conceitos mais modernos de controle de qualidade, relacionados aos aspectos culturais e de manejo orgânico por exemplo. Para as exigências de estruturas e edificações com custos altos também não são apresentadas soluções. A necessidade da DAP para inclusão no programa foi questionada por diversas vezes, tendo em vista que os critérios de enquadramento não refletem as realidades do rural contemporâneo, caracterizado pela pluriatividade das famílias, que realizam atividades diversas, ligadas ou não à propriedade rural. Tal característica exclui essas famílias não somente dos programas de crédito rural, como também de programas de fomento e agregação de valor à produção, como é o caso do Sabor Gaúcho.

Em discussão nesta nova etapa do programa estão alguns produtos como sucos, polpas e panificados, que não fazem parte da lista de produtos passíveis de cadastro. Neste sentido, está se discutindo tanto a exigência do MAPA em relação à constituição de um CNPJ para registro de sucos e polpas, quanto a exigência de que 80% da matéria-prima utilizada na produção agroindustrial deva ser proveniente da propriedade para venda no bloco de produtor e isenção das taxas tributárias.

¹⁷A DAP define alguns critérios para que o agricultor possa receber os benefícios do PRONAF. Um dos critérios, de particular interesse para esta pesquisa, é a exigência de que no mínimo 70% da renda familiar seja obtida através de atividades agropecuárias ou não-agropecuárias realizadas no estabelecimento rural.

Cabe ressaltar, ainda, que o processo de regularização das agroindústrias familiares se refere a três legislações diferentes: ambiental, tributária e sanitária. Apesar dos agricultores terem que se reportar a cada uma delas na adequação do processamento de seus produtos, não tem necessariamente uma ligação entre si, ou seja, são normativas independentes e por vezes conflitantes em alguns aspectos. São trazidas a seguir algumas questões discutidas nos espaços de diálogo sobre agrobiodiversidade no que se refere ao processamento de alimentos nas AFR.

4.3.1.3 Principais questões envolvendo as AFR

Devido à deficiência de um corpo técnico qualificado para atuar localmente com a diversidade de situações envolvendo os espaços de processamento de alimentos, as questões referentes a regularização das agroindústrias familiares geralmente são encaminhadas para os poucos técnicos que dominam o assunto, o que em geral resulta em demora e decisões descontextualizadas da realidade da agroindústria. Neste sentido, uma reivindicação dos extensionistas, principalmente os que atuam na assistência técnica não-oficial é a necessidade de formação para os técnicos, a fim de que possam orientar os agricultores da melhor forma possível.

Ressalta-se a importância do acompanhamento técnico para aqueles que são mestres na área de produzir, mas necessitam auxílio no que se refere ao planejamento de cada uma das etapas envolvidas no processamento dos alimentos. Neste sentido, é sugerida a existência de um projeto coletivo, em que o agricultor é o protagonista, mas conta com o apoio de um grupo formado por diferentes organizações locais, a fim de acumular esforços e darem seguimento às suas iniciativas. Nesta etapa se encontra outra dificuldade, que é justamente o diálogo entre essas diferentes organizações, que possuem o mesmo objetivo final, porém necessitam flexibilizar algumas de suas posições a fim de atuarem em conjunto.

O entendimento da legislação que concerne os espaços de processamento também é apontada como uma das maiores dificuldades, sendo necessário um consenso entre as diferentes interpretações que são feitas a partir de uma mesma normativa. Para tanto, surge novamente a necessidade de formação para os técnicos, que deveriam fazer uma espécie de tradução da lei para os agricultores, sendo que na realidade eles próprios têm bastante dificuldade de entender em detalhes toda a normativa referente às agroindústrias. Por outro lado, em algumas reuniões com objetivo de esclarecer a legislação, técnicos responsáveis pela

execução da lei reafirmaram suas posições de que o desconhecimento da mesma não poderia ser usada em defesa dos agricultores, nem desobrigá-los de multa, tendo esses o dever de conhecer a legislação referente ao processo no qual estão envolvidos. Se os agricultores alegam que necessitam de mais informações para seguir as diversas normas existentes, os que executam a lei relatam ser impossível informar todos os agricultores devido ao número extremamente reduzido de técnicos no setor.

Em um caso ocorrido recentemente em que muitas agroindústrias foram multadas pelo fato de não terem informado os estoques de seus produtos, o próprio técnico responsável pela aplicação das multas afirma que 98% delas não sabiam sobre essa nova solicitação. Apesar disso, os técnicos alegam que poderiam ser penalizados caso não multassem os agricultores, e reforçam o fato de que existe também muita falta de interesse por parte dos agricultores em conhecer todo o processo envolvido no processamento, e que isso pode implicar em sérias e inevitáveis penalizações.

Para Santos (2006) a maior dificuldade para as AFR seria a comercialização dos produtos. Nas entrevistas realizadas durante esta pesquisa a comercialização também foi citada como um gargalo, apesar dos avanços conseguidos com os programas institucionais. Alguns produtos como conservas, por exemplo, tem pouca ou nenhuma demanda pelo público escolar e competem com produtos semelhantes de grandes empresas no mercado convencional. Se por um lado, os valores obtidos com a venda dos produtos da agricultura familiar impressionam, alguns agricultores ainda encontrariam dificuldades no acesso aos mercados.

Em relação ao suco de uva, um dos coordenadores da SDR estima que quase metade da produção da última safra esteja estocada, à procura de mercados. Ele ressalta a necessidade de conhecimentos relativos ao mercado, que em uma agroindústria pequena, ficam a cargo do próprio agricultor, que além de produzir, necessita compreender todas as outras etapas da cadeia produtiva para obter êxito em seu negócio. No entanto, as experiências dos projetos desenvolvidos no Litoral Norte, no que se refere às compras da alimentação escolar, retrataram uma situação de pouca oferta de produtos processados pela agricultura familiar na região e grande demanda das escolas por estes produtos.

Questões específicas, envolvendo determinados produtos podem ser destacadas no que se refere ao processamento de alimentos em pequenas unidades agroindustriais. A fabricação de doces e sucos no mesmo estabelecimento, ainda que em seu preparo esteja sendo usada a mesma matéria-prima, pode ser impedida do processamento nestas diferentes preparações,

pelo fato dos sucos terem registro no MAPA e doces como geléias e *chimias* terem de se reportar ao Ministério da Saúde durante o processo de regularização.

Nos espaços de discussão, Secretaria Estadual da Saúde e MAPA questionam um ao outro, e aparentemente concordam com a realização concomitante das atividades, porém, os relatos dos extensionistas rurais e dos agricultores, dizem exatamente o contrário. As dificuldades passam pelo fato dos órgãos não dialogarem e, portanto, as exigências para cada tipo de produto são inviáveis de serem compatibilizadas em uma mesma agroindústria familiar.

A exigência legal em relação à origem da matéria-prima, a qual consta no programa das agroindústrias familiares do governo do estado e nas normativas que lhe serviram de base é um dos temas constantes nos encontros sobre agrobiodiversidade. O objetivo da discussão seria uma adequação na lei para que possa ser permitida a compra de outros agricultores familiares, considerando que aqueles que possuem um local de processamento dificilmente conseguirão dedicar tempo necessário à produção de 80% da sua matéria-prima, além do fato de que algumas regiões não são produtoras de determinado produto e necessitam adquiri-lo de outras localidades. Outra proposta discutida na SDR é a contabilização da mão de obra dos agricultores no cálculo dos 80%, principalmente no que se refere à produção de panificados, que utiliza ingredientes como a farinha de trigo, dificilmente encontrados na agricultura familiar. Alguns técnicos da Emater apostam nesta flexibilização da normativa considerando a importância do programa das agroindústrias enquanto fixador da população rural no campo.

A produção de suínos e o aproveitamento da carne para preparo de embutidos foi um dos exemplos citados para ilustrar o caso da origem da matéria-prima. A criação desses animais, segundo os técnicos, deve estar associada à produção de ração a ser usada na alimentação, como o cultivo do milho, a fim de que se torne viável manter esta atividade. O processamento da carne, a ser realizado na mesma propriedade, em geral constituída por um casal de agricultores, torna o trabalho penoso, muitas vezes, sendo o mais sensato e atrativo economicamente a compra desses animais de outros agricultores e concentração do esforço de produção apenas na agroindústria. No entanto, são alegados fatores como a perda do vínculo do agricultor com a produção agrícola, que passaria a trabalhar exclusivamente em apenas uma etapa da cadeia produtiva.

Por outro lado, se for considerado o tempo em que uma agroindústria pode ficar ociosa e forem contabilizados os custos de depreciação da estrutura e maquinário, o ideal seria que a agroindústria estivesse ativa pelo maior tempo possível e não somente enquanto houvesse

matéria-prima própria do agricultor. Nas agroindústrias acompanhadas durante a pesquisa, por exemplo, mesmo os produtores de banana, um dos produtos mais comuns no Litoral Norte, não conseguiam atingir os 70% de produção própria para uso nas suas agroindústrias.

Outros técnicos acreditam que a origem da matéria-prima está diretamente relacionada à qualidade do produto, ou seja, quando esta não é produzida pelo próprio agricultor, torna o produto final inferior. Neste sentido, justamente o diferencial das agroindústrias familiares, que seriam o sabor e o modo artesanal de preparo, estariam sendo comprometidos, pela falta de acompanhamento na produção da matéria-prima. Sobre essa questão, um dos técnicos entrevistados apresenta o exemplo do leite que é comprado para ser beneficiado por outros agricultores, sendo que esses não acompanharam a forma como o leite foi ordenhado ou o tratamento dado ao animal, o que poderia comprometer a qualidade do produto final. O fato do agricultor tornar-se dependente de matéria-prima externa, também pode acarretar problemas na sua obtenção em determinados períodos, seja por motivos de escassez ou porque ela está sendo valorizada e vendida a melhores preços para grandes indústrias.

Em relação aos panificados, praticamente toda a produção existente no estado não se enquadraria oficialmente no Programa das Agroindústrias em função da origem da matéria-prima. São poucos os moinhos coloniais encontrados no estado, os quais sucumbiram à pressão de grandes indústrias processadoras de grãos e às exigências da legislação sanitária e tributária. Também são raros os casos em que o cultivo do trigo e seu processamento ocorrem em uma mesma propriedade, sendo que em alguns casos o processamento é terceirizado, quando o produtor cultiva o grão, leva para processar em um moinho (o qual possivelmente já se encontra em um modelo empresarial de produção), e utiliza a farinha para o preparo dos panificados. Porém, na maior parte das vezes, a farinha é adquirida no mercado convencional, que garante, de acordo com os produtores, um preço menor e a qualidade e o padrão necessários para o preparo das suas receitas.

Neste sentido, a SDR discute internamente uma exceção para os panificados, por acreditar que a mão de obra empregada para transformar a farinha em um produto agroindustrial é mais significativa que a matéria-prima em si. As receitas tradicionalmente preparadas pelas mulheres, transmitidas por suas antepassadas, têm como base a farinha branca, ou foram adaptadas quando ocorreu uma maior oferta desse ingrediente, e se encontram consagradas desta forma. Por outro lado, alguns técnicos ressaltam a importância do incentivo ao uso de outros ingredientes na fabricação dos panificados, como a batata doce, a batata cará, o aipim, milho e inhame, entre outros alimentos disponíveis nas propriedades

rurais do Litoral Norte. Além do incentivo ao uso de alimentos locais e mais frescos, do ponto de vista nutricional também se teria um ganho inserindo estes ingredientes no preparo dos panificados.

Um dos pontos de conflito entre as exigências sanitárias e tributárias do Programa das Agroindústrias pode ser exemplificada através desses produtos. Se por um lado são exigidos que 70% dos produtos utilizados na sua fabricação tenham origem na propriedade rural para enquadramento no programa, ao mesmo tempo, a matéria-prima precisa estar de acordo com a legislação sanitária, ou seja, todos os ingredientes devem estar devidamente regularizados. Por mais que fosse incentivado o uso de ingredientes provenientes da propriedade, como os ovos, outras farinhas (milho, aipim, banana), banha, leite, manteiga e açúcar amarelo, estes provavelmente teriam um impedimento legal por parte do controle sanitário, pois torna-se inviável para o agricultor regularizar o processamento de cada um desses produtos em sua propriedade.

Uma solução seria a formação de cooperativas de produtores, considerada uma extensão da propriedade do agricultor, através das quais seria possível viabilizar algumas das etapas do processamento de forma coletiva. Porém, existem diferentes realidades que devem ser consideradas, as quais incluem regiões que não estabelecem sistemas cooperativados, mantendo apenas estabelecimentos familiares. Outra proposta neste sentido, a exemplo do que está sendo discutido para a parte ambiental, seria um licenciamento sanitário da propriedade como um todo, avaliando em conjunto as diversas atividades realizadas na propriedade rural.

4.3.1.4 Fomento as agroindústrias familiares – algumas estratégias

Diversas razões foram apontadas para a falência de alguns espaços de processamento no Litoral Norte. No município de Osório um grupo de agricultores não conseguiu manter sua agroindústria, apesar da qualidade dos produtos e demanda dos consumidores, devido a questões relativas à organização do grupo, cujos membros tinham diferentes graus de envolvimento com o trabalho. Existiram também casos de estabelecimentos que foram construídos com recurso público em locais inadequados, onde não havia pessoas realmente comprometidas com este tipo de trabalho. Problemas referentes à comercialização também ocasionaram o fechamento de algumas agroindústrias, principalmente antes da existência dos programas institucionais do governo federal, que atualmente compram grande parte da produção da agricultura familiar na região.

A criação de um espaço de comercialização, uma feira de produtores, foi justamente o fator que propiciou o fechamento de outra agroindústria no Litoral Norte. Com o surgimento da feira, os alimentos que eram processados na agroindústria passaram a ser comercializados *in natura* e a agroindústria passou a sofrer com a escassez de matéria-prima. Baseado nestas experiências, os técnicos ressaltam sobre as dificuldades de incentivar a agregação de valor através do processamento de alimentos, sendo que realidades diferentes exigem diferentes soluções, dependendo do perfil dos agricultores e de condições diversas:

As vezes a gente acha que tem solução para tudo: não porque o cara coloca o produto dele num vidro ele vai ganhar 3 vezes mais e tá feito na vida, mas as vezes não é isso que ele quer e pode levar 10, 15 anos para fazer ele entender isso. As vezes precisa vir gente de fora, a filha que se formou e trouxe essa grande ideia que estamos falando já há 10 anos. É uma coisa que não é muito simples não, é uma serie de possibilidades e de nuances que muitas vezes a gente não consegue entender muito bem. (P.F.P., técnico da extensão rural).

No entanto, o potencial das agroindústrias e a agregação de valor ao alimento processado estão sendo reconhecidos pelas organizações de agricultores e técnicos, principalmente pela garantia de comercialização de alguns produtos durante todo o ano e não somente no período da safra. O processamento mínimo de alguns alimentos é visualizado como uma das estratégias mais interessantes, como é o caso do aipim, comercializado *in natura* a sessenta centavos o quilo e que pode chegar a dois reais e cinquenta centavos quando descascado e embalado, sendo que as cascas ainda podem servir de alimento para os animais na propriedade rural.

Diferentes estratégias são pensadas no que se refere ao fomento à construção de novas agroindústrias, a fim de que obtenham o sucesso esperado. Algumas organizações apostam em estruturas coletivas, que possam ser usadas por diversas famílias ou associações, evitando que a estrutura fique ociosa no período de entressafra da matéria-prima processada. No entanto, uma cooperativa no Litoral Norte, que inicialmente pensava em construir junto a sua sede um espaço para processamento de diversos tipos de produtos, atualmente apoia a construção de pequenos espaços de processamento geridos por uma ou duas famílias. Concluíram ao longo do tempo que nem sempre uma estrutura coletiva supre a necessidade das famílias, trazendo dificuldades como a distância da moradia e falta de afinidades, sendo que a concentração no núcleo familiar gera um maior envolvimento dos agricultores com a agroindústria.

Elementos como vocação e vontade também são relevantes no incentivo à construção de agroindústrias, as quais não devem ser incentivadas apenas como uma forma de geração de

renda. Com a garantia de compra dos produtos da agricultura familiar para fornecer a alimentação escolar, vislumbrou-se um mercado promissor, e por vezes se esquece da responsabilidade envolvida nessa produção. Considerando todas as etapas que necessitam ser vencidas quando da decisão de processar alimentos, alguns agricultores argumentam que *“agroindústria não é para qualquer um”* (M.P.P., agricultora).

Ressaltando a importância de um projeto coletivo para viabilizar os espaços de processamento, os agricultores afirmam que *“uma agroindústria sem estar dentro de uma estratégia de grupo, já nasce morta hoje em dia”* (L.B.G, agricultora). Segundo técnicos da extensão rural são poucos os pedidos para construção de espaços de processamento no Litoral Norte, o que provavelmente esteja associado às dificuldades com as quais os agricultores se deparam logo no início do processo.

Outro fator importante no fomento às agroindústrias é a necessidade de atuar não somente no contexto do processamento em si, mas em todas as vulnerabilidades da cadeia produtiva junto aos agricultores. Neste sentido, o incentivo deveria dar-se não pelo aumento da produção em si, mas na garantia de melhores condições de trabalho e renda, agregando valor à produção de forma que se torne atrativa também para os jovens rurais. Essas condições poderiam ser viabilizadas através do incentivo a comercialização direta ao consumidor e a certificação dos produtos, enquanto um instrumento de reconhecimento de um sistema produtivo diferenciado, por exemplo. Neste sentido, a presidente de uma das cooperativas de agricultores do Litoral Norte defende que as decisões quanto à produção e comercialização dos produtos da agroindústria familiar devem ter como foco principal não na geração de renda, mas na melhoria da qualidade de vida do agricultor.

O diálogo entre as organizações tem sido trazido em diferentes momentos desse trabalho e também constitui em uma das estratégias para o fortalecimento das AFR. De acordo com os interlocutores da pesquisa, um ambiente institucional favorável para as AFR somente irá ocorrer com o envolvimento interministerial contínuo e articulado. Além disso, as experiências locais também podem contribuir para a construção de políticas públicas e servir de modelo para outros locais, sendo necessário uma estratégia de governo para que essas experiências se tornem públicas. A estratégia sugerida por algumas organizações como forma de fomentar esse diálogo é a realização de seminários convocados e ministrados pelo estado, para nivelamento das informações e troca de experiências.

O reconhecimento do trabalho realizado pelas ONGs junto às agroindústrias familiares também é um fator importante no fomento a essas iniciativas. A Emater é reconhecida como a

organização que presta a assistência técnica oficial aos agricultores e o papel das ONG neste mesmo trabalho ainda não seria reconhecido pelos órgãos do governo, desmotivando as ações realizadas por essas organizações. No que se refere ao cadastro no Programa das Agroindústrias, por exemplo, somente pode ser realizado pela assistência técnica oficial, ainda que os grupos e espaços de processamento estejam sendo acompanhados por outras organizações que prestam assessoria técnica, ou seja, “*o estado dialoga somente com o estado*”, não reconhecendo outras organizações. Em alguns municípios do Litoral Norte, a assistência técnica oficial não está diretamente envolvida com as AFR, seja por falta de equipe qualificada, seja pelo fato delas estarem sendo atendidas pelas ONGs, evitando assim a sobreposição de ações.

4.4 A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGROBIODIVERSIDADE

No que se refere à comercialização dos produtos da agrobiodiversidade, principalmente processados em agroindústrias familiares, foram debatidos os principais entraves a sua circulação, que podem estar relacionados a questões como hábitos de consumo, organização dos agricultores, transporte ou regularização dos produtos.

Em relação aos produtos processados e semi-processados, estes são cada vez mais requisitados nos pedidos realizados através do PNAE. Um dos motivos seria a quantidade reduzida de funcionários para o preparo da alimentação escolar, o que faz com que os produtos de mais rápida preparação tenham preferência. No entanto, alguns elementos ainda são necessários para um melhor aproveitamento desses alimentos nas escolas, como por exemplo, a elaboração de cardápios que sejam condizentes com a produção existente na região, ou seja, deve haver uma orientação técnica neste sentido para as escolas, a fim de sensibilizá-las também em relação ao consumo de alimentos locais, além de disponibilizar informações sobre quais alimentos estão disponíveis em cada época do ano.

Seria necessário um entendimento do PNAE enquanto um programa de promoção do desenvolvimento rural e da saúde, através da implementação de hábitos alimentares saudáveis. Para tanto, teria de haver um investimento também em educação alimentar para as crianças, a exemplo do que foi feito para a polpa de juçara, que após atividades de sensibilização nas escolas teve uma excelente aceitabilidade por parte dos alunos. Um exemplo de experiência frustrada neste sentido, relatada em um dos encontros sobre agrobiodiversidade, foi a organização de produtores de mel para comercialização do produto

na merenda escolar do Litoral Norte do RS, o qual não teria tido boa aceitação por parte dos escolares.

O mercado institucional, apesar de constituir uma das principais formas de comercialização da agricultura familiar atualmente, exige a capacidade de organização dos agricultores, que se não fizerem parte de um grupo ou assessorados pela assistência técnica, dificilmente conseguem acessar esse mercado. Além disso, o limite de comercialização de cada produtor, que fica em torno de 4500 reais para o PAA e 9000 reais para o PNAE, faz com que exista um excedente entre aqueles que estão organizados e teriam produção para vender mais. Ao mesmo tempo, as escolas alegam que não existe produção suficiente no Litoral para a compra de 30% dos alimentos da agricultura familiar previstos na Lei 11.947/2009 (BRASIL, 2009a).

Outra questão que dificulta a comercialização é o transporte dos produtos, seja para entrega na alimentação escolar ou outros mercados. Ainda que os agricultores consigam regularizar sua produção e organizarem-se para inserção nos programas de comercialização, muitas vezes acabam tendo problemas para entregar seus produtos. No Litoral Norte, existem experiências exitosas de cooperativas de agricultores na realização do transporte e busca de mercados. Alguns membros da cooperativa tornam-se responsáveis pela logística de entrega dos produtos e também pelo acesso aos editais de compra dos mercados institucionais, além de outras possibilidades de divulgação e comercialização dos produtos de seus sócios, como a participação em feiras.

A comercialização nas feiras é de fundamental importância para as agroindústrias familiares, pois além da comercialização em si, provê o empreendimento de contatos importantes para vendas posteriores. A partir de sua experiência na organização de feiras de grande porte que reúnem agroindústrias familiares das diversas regiões do estado, a Fetag esclarece que a participação neste tipo de evento deveria ser dependente da capacidade de produção das agroindústrias. Algumas delas não têm produção sequer para abastecer seu próprio município, e neste sentido, uma divulgação em nível estadual não faria o menor sentido.

Na Expointer, por exemplo, espaço cada vez mais disputado pelas agroindústrias familiares do estado, participam algumas que não possuem produção suficiente nem mesmo para o período de duração do evento, as quais acabam abandonando seu estande, que poderia estar sendo ocupado por outra agroindústria. Essa feira, assim como tantas outras no estado, conta com a participação expressiva de pequenos empreendimentos familiares atualmente,

conquista das organizações dos agricultores, em um espaço que em que predominava basicamente o agronegócio para exportação. Hoje, o galpão da agricultura familiar da Expoiner é destaque do evento e será ampliado nos próximos anos para incorporar maior número de agroindústrias familiares.

4.4.1 Registro e Certificação dos produtos da agrobiodiversidade

Quanto ao registro dos produtos da agrobiodiversidade que estão sob competência do MAPA, os agricultores relatam as dificuldades no sentido de enquadrar seus produtos em uma das definições presentes na normativa. Exemplos como o suco de panela¹⁸, que deixou de ser registrado pelo MAPA enquanto suco, por incluir água no processo de extração (a definição de suco é de um produto que não contém água) ou o caso de uma agricultora que não conseguia registrar seus produtos por não conseguir defini-los enquanto polpa, suco ou néctar, ilustram as dificuldades de conceitos e definições legais com as quais os agricultores necessitam lidar quando decidem registrar seus produtos. Além disso, para registro de novos produtos junto ao MAPA, como é o caso dos oriundos de frutas nativas, estes necessitam obter o PIQ (Padrão de Identidade e Qualidade), análise realizada em laboratório para definição das características do produto, que deve ser custeada pelo agricultor.

No que se refere à certificação orgânica, também sob registro no MAPA, com a recente regulamentação da Lei 10.831/2003 (BRASIL, 2003), popularmente conhecida como Lei dos Orgânicos, um produto não pode constar em seu rótulo que é orgânico ou ecológico, a menos que esteja certificado, com registro no Ministério. Para obter esse registro os produtos devem recorrer a uma empresa certificadora ou ao Sistema Participativo de Garantia (SPG), ao qual podem se integrar através da formação de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) ou através de um Organismo de Controle Social (OCS)¹⁹.

Alguns agricultores reclamam do tempo que precisam dispor para participar desses encontros de certificação participativa dos produtos, o que por vezes interfere na sua produção. Em contrapartida, os técnicos que orientam o SPG afirmam que esse é o ônus da

¹⁸O suco de “panela” ou “arraste por vapor” é um método artesanal de extração de suco, principalmente da uva, popularmente conhecido entre os agricultores familiares da região da serra gaúcha.

¹⁹ Para a formação de uma OCS é necessário o envio para o MAPA de uma lista com nomes, endereços e CPF dos agricultores que afirmam que são orgânicos. Esta certificação não permite uso do selo de orgânico, mas de algum tipo de identificação junto aos produtos informando que são orgânicos (como um cartaz). Os agricultores recebem um número de cadastro no MAPA e podem comercializar diretamente aos consumidores e nos mercados institucionais. Existem no Brasil mais de 100 OCS, sendo que esta forma de certificação ainda é pouco difundida.

certificação participativa, o envolvimento dos agricultores, no entanto, ao contrário dos serviços prestados por uma certificadora, não tem custo financeiro direto para os envolvidos. Por iniciativa da Emater, ONGs e de uma cooperativa de produtores está sendo formada mais uma OPAC no Litoral Norte, a exemplo da Rede Ecovida de Agroecologia. As organizações envolvidas reafirmam a importância da certificação da produção orgânica dos agricultores, já que o reconhecimento de um produto diferenciado é fundamental para estimular os agricultores a continuarem produzindo agroecologicamente.

A agricultura ecológica no Litoral Norte, segundo dados da ONG Centro Ecológico, abastece atualmente a alimentação escolar de diversos municípios, cooperativas de consumidores, feiras e supermercados. Os principais produtos são as hortaliças, a banana, o açaí juçara (não em quantidade, mas pelo que representa enquanto produto inovador), além dos processados nas agroindústrias familiares. De acordo com os dados da ONG Centro Ecológico, os números teriam chegado a aproximadamente 65 toneladas de produtos em 2011, os quais poderiam ser muito mais expressivos, pois outros locais teriam condições de fornecer alimentos de qualidade se algumas exigências para a regularização fossem revistas. Como exemplo, podemos citar o filé de pescado, que tem sido adquirido de outros estados por algumas escolas do Litoral Norte, pois na região as chamadas casas de filetagem, agroindústrias que realizam um processamento mínimo do pescado, não conseguem adequar-se as exigências sanitárias.

Os panificados, os quais possuem uma demanda de consumo significativa na alimentação escolar, são adquiridos, em geral, das grandes indústrias de alimentos. Apesar da produção de pães e bolachas ser frequente em praticamente toda comunidade rural, esses produtos dificilmente conseguem acessar o mercado institucional, seja porque essa produção em geral ocorre de forma caseira, seja porque as agroindústrias de panificados não conseguem cadastrar-se no programa das agroindústrias do estado por não produzirem a matéria-prima principal usada na fabricação dos panificados.

A criação de um rótulo para os produtos do Litoral Norte foi uma das estratégias citadas pelos participantes da rede da agrobiodiversidade para potencializar as iniciativas existentes, principalmente em relação às agroindústrias familiares. Estas poderiam fazer parte de uma rede de agroindústrias da região, com um selo de identificação e estratégias de comercialização comuns, a fim de fortalecer cada uma delas individualmente. Esse selo poderia servir a uma diversidade de produtos, simbolizando sua qualidade, origem e procedência.

4.4.2 Produtos da Agrobiodiversidade: consumo e diferentes percepções de qualidade

Entre os entrevistados, técnicos e agricultores que participaram dos espaços de diálogo sobre agrobiodiversidade, foram apontados elementos diversos ao referirem-se à qualidade dos produtos da agricultura familiar.

Surgiram questões como um pagamento justo para o agricultor enquanto um dos critérios envolvidos na qualidade dos produtos, a partir de uma visão ampla de que estes devem trazer benefícios para todos os envolvidos, melhorando a qualidade de vida de agricultores e consumidores. Uma das formas de garantir um pagamento justo para os agricultores seria a venda direta nas feiras de produtores, e mais recentemente a participação nos mercados institucionais, que também garantem um preço diferenciado para os produtos da agricultura familiar. Para os produtos orgânicos, o pagamento é acrescido em 30% em programas como o PNAE e o PAA. Nesta visão, a qualidade representa maior renda para os produtores e segurança financeira para que continuem na atividade e no meio rural.

A questão ambiental também é apontada neste contexto, sendo que um produto de qualidade deve provir preferencialmente de uma produção ambientalmente sustentável, sem uso de fertilizantes sintéticos ou agrotóxicos. Neste sentido, a qualidade é por vezes relacionada ao modo de produção ecológica dos alimentos, que garantiria um maior valor nutricional, sabor, qualidade de vida no meio rural e a perpetuação de saberes e práticas culturais antigas. Além dos agroquímicos, outros aditivos como conservantes e corantes são rejeitados quando se trata da garantia da qualidade dos produtos, os quais teriam efeitos desconhecidos sobre nosso organismo.

Neste sentido, as palavras de uma agricultora retratam a contradição entre as exigências sanitárias que tratam da contaminação microbiológica e o uso de substâncias químicas que são permitidas e usadas em larga escala na produção dos alimentos:

Não consumam frutos da palmeira juçara, porque o barbeiro coloca ovos neles. Procurem consumir soja e milho transgênicos que foram produzidos com o mais alto controle de pragas e doenças impedindo assim a sua contaminação e garantindo a você um alimento morto, mas saudável. Posso usar máscara no rosto para evitar que a contaminação do ar, saudável ou não, que eu tenho dentro de mim, se misture com os alimentos, mas não posso tirar do tacho, e nem preciso, os resíduos de agrotóxico que ficam presos nas frutas, porque isso ninguém enxerga. (J.C.P, agricultora).

Em relação aos padrões de higiene necessários tanto no processo de produção quanto no local de processamento, estes seriam fundamentais para a garantia da qualidade. O fato de

ter origem na agricultura familiar não garantiria essa qualidade, que independe do tamanho do local de produção, e sim das técnicas utilizadas e do compromisso de quem produz. A assistência técnica seria fundamental neste sentido, a fim de estabelecer os procedimentos necessários a cada produto e para cada local. A informalidade do produto e seu local de processamento não necessariamente implicaria em menor qualidade, desde que ocorram orientações técnicas adequadas e o acompanhamento dessa produção.

A qualidade também foi associada à sensação de prazer perante o alimento, relacionada ao sabor, aroma e aparência do produto. Neste sentido uma agricultora coloca que *“qualidade é ter o produto quentinho para vender”* (J.S.C, agricultora) explicando de forma sucinta uma das formas de averiguar a qualidade na prática. No caso da venda direta, os consumidores podem verificar junto aos agricultores algumas informações importantes sobre a origem do produto, criando a noção de qualidade baseada em uma relação de confiança. O produtor, por sua vez, assume uma responsabilidade que é testada a cada venda do produto, pois o consumidor retorna dias depois avaliando o produto, sugerindo alguns ajustes, reclamando sobre possíveis alterações ou elogiando sua qualidade. Consumidores que apontam como atributos as características específicas desses produtos, em geral, valorizam o modo tradicional de preparo, as receitas de família e o uso de matéria-prima local. Nas feiras de produtores estabelece-se essa relação de proximidade, conquistada ao longo do tempo, que por vezes torna-se uma relação de amizade e cooperação entre produtores e consumidores.

Porém, nem sempre é possível essa relação estreita entre produtor e consumidor, devendo a qualidade ser expressa de outras formas, e não apenas baseada na confiança. Uma das formas de garantir a segurança na fabricação dos alimentos é o cumprimento de todo o processo de regularização previsto em lei, o qual apresenta todas as dificuldades já vistas, pois não distingue os processos realizados em menor escala, característicos da agricultura familiar. Outras formas de demonstrar as características dos produtos seria através da criação de um selo e rótulo que de alguma forma pudesse associar os produtos às informações sobre sua qualidade e origem. Através da ONG Anama foram desenvolvidas no Litoral Norte, oficinas de construção participativa da identidade dos produtos de agricultores, organizados em grupos formais (associações) ou informais, a fim de desenvolverem em conjunto símbolos que pudessem exprimir as características do seu modo de produzir e da cultura local. A existência de um selo como esse não torna o produto ou o processo de fabricação regularizado perante a lei, seria apenas uma forma dos consumidores reconhecerem determinado produto quando a comercialização está ocorrendo de forma indireta.

Em relação ao consumo dos produtos da agrobiodiversidade no sul do Brasil, um dos técnicos de uma ONG que atua diretamente no fomento ao uso desses produtos, promovendo eventos para sua divulgação e degustação, retrata as diferenças marcantes na relação com os consumidores, em comparação ao Norte do país. Devido a ligação histórica das comunidades que vivem em regiões como a Amazônia com a biodiversidade nativa, atualmente esta se encontra disponível nos mercados em diferentes formas e preparações, ou seja, são fonte de alimento e renda para muitas pessoas. Enquanto isso, no sul do Brasil, nem mesmo as comunidades rurais se utilizam da biodiversidade nativa, e está sendo feito um trabalho inicial, através das ONGs, de divulgação desses produtos, para cultivo e autoconsumo das comunidades e para a apreciação em geral dos consumidores.

Inserir produtos diferentes na alimentação das pessoas não é tarefa simples, apesar do trabalho exaustivo de agricultores e técnicos que apostam nestes produtos enquanto estratégia de segurança alimentar, geração de renda e conservação ambiental. DE acordo com os envolvidos nestas ações, em geral, as pessoas não primam pela diversidade na alimentação, optando pelos mesmos produtos, os quais já conhecem e confiam. No entanto, considerando as inúmeras doenças que se agravam a cada dia em decorrência da má alimentação, seja pela deficiência nutricional ou excesso de calorias, tornam-se relevantes as ações de educação alimentar para a população em geral.

Neste sentido, algumas ONGs tem feito um trabalho de divulgação e sensibilização dos consumidores, promovendo os produtos da agrobiodiversidade através da organização de eventos gastronômicos. São criadas e adaptadas receitas com ingredientes como sementes (pinhão) e frutas nativas (araçá, guabiroba, butiá, jabuticaba) e servidos em jantares com a temática da gastronomia nativa. Essa iniciativa criativa e inovadora envolve agricultores, cozinheiras, técnicos e pesquisadores em prol do uso e conservação da agrobiodiversidade. Também estão previstas para o Litoral Norte através dos projetos das ONGs, cursos e oficinas sobre os alimentos locais, onde serão desenvolvidos produtos, explorando ao máximo as potencialidades da região. Serão incentivadas diversas formas de preparo, usando ingredientes disponíveis na região, como inhame, frutas nativas, cúrcuma, milho, aipim e banana.

Os técnicos das ONGs ressaltam o quanto já foi feito de trabalho relacionado ao incentivo ao consumo desses produtos em diversos contextos, no entanto, essas iniciativas necessitam ocorrer paralelamente a ações que viabilizem a produção. A experiência de trabalhos anteriores causou certa frustração, pois os consumidores, muitas vezes, aprovavam o sabor de um produto novo, devido a todo o trabalho de sensibilização que acompanhava a

degustação, porém, em seguida descobriam que não tinham como encontrar esse produto disponível no mercado.

A criação de um espaço nas feiras ecológicas para escoar as frutas nativas *in natura* ou processadas na época da safra foi uma das estratégias apontadas como forma de envolver mais agricultores e informar os consumidores sobre seus usos. No entanto, necessita um envolvimento de diversos atores e a organização dos produtores para questões práticas como transporte da matéria-prima. Devem se mobilizados desde técnicos ambientais e sanitários no entendimento de que seria um projeto educativo, já que a utilização dos frutos nativos ainda está em discussão, e sua coleta e transporte até a feira poderia ser alvo de ações punitivas.

5 AGRICULTORES E SEUS ESPAÇOS DE PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS: A VIVÊNCIA NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

Figura 8 – Agroindústrias Familiares Rurais do Litoral Norte do RS



Fonte: fotografias da autora (2011).

Nota da figura 8: a) entrada da AFR Araruta, b) vista da janela na AFR Araruta; c) “passando a calda nos rosquetes” na AFR da família Cunha; d) preparo da banana passa na AFR Cará-da-terra; e) confecção dos rosquetes na AFR Araruta; f) preparo dos doces na AFR da família Cunha (da esquerda para a direita de cima para baixo).

Nesse capítulo são apresentadas três agroindústrias familiares rurais a partir da diversidade de seus produtos, saberes e práticas relacionadas ao processamento e suas formas de participação na rede da agrobiodiversidade. Através do acompanhamento do cotidiano de algumas famílias, pretende-se verificar os desdobramentos das discussões que ocorrem nos encontros sobre agrobiodiversidade em contextos locais.

No Litoral Norte são mais comuns os espaços de processamento de produtores de açúcar mascavo, melado, os alambiques de cachaça, os engenhos de farinha de mandioca, os moinhos de farinha de milho, processamento simples do aipim (descascado), panificados, doces, pequenos frigoríficos para beneficiamento da carne suína, as casas de filetagem (processamento do pescado) e o beneficiamento do mel. Dentre essa diversidade, foram registrados espaços de processamento que trabalham, principalmente, com doces e panificados, frutas nativas como o açaí juçara, e outras frutas como uva, banana e figo.

Vivenciar as atividades diárias nas agroindústrias possibilitou, além de conversas mais demoradas e o aprendizado das técnicas de preparo dos alimentos, a percepção de elementos mais sutis, como aqueles relacionados aos laços familiares e a sentimentos e memórias sobre o lugar. Por vezes, pôde ser percebida a penosidade do trabalho, que parece nunca ter fim, iniciando com a limpeza dos utensílios que serão utilizados para a fabricação dos produtos, até sua embalagem e posterior comercialização. O trabalho nas agroindústrias de fato nunca termina, a noite cai, acendem-se as luzes, e pode-se trabalhar até o amanhecer, como já ocorreu com algumas agricultoras, principalmente no preparo de doces para festas da comunidade e casamentos. Além de todas as etapas referentes ao beneficiamento e comercialização dos produtos, os agricultores encarregam-se do plantio e colheita de muitos dos ingredientes usados na agroindústria, caracterizando este complexo universo da produção familiar de alimentos.

Em todos os momentos que estive nas agroindústrias participei ativamente do trabalho que estava sendo desenvolvido, ou seja, lavei, despolpei e embalei a polpa da juçara; amassei pão, fiz cobertura de cuca, passei calda nas bolachas, embalei os pães e, por fim, lavei todos os equipamentos de trabalho. Parecia impossível não ajudar e apenas ficar observando, pois existia muito trabalho a ser feito, e poucas pessoas trabalhando. No entanto, o fato de serem poucos é o que garante uma renda razoável para as famílias, sendo que nenhuma delas apresenta qualquer luxo em suas propriedades, e não por falta de trabalho. Algumas das famílias já moraram em grandes cidades, como Caxias do Sul, mas retornaram as suas localidades e optaram por este estilo de vida, não apresentando vontade de sair.

No que se refere aos filhos, os agricultores parecem fazer o possível para que eles fiquem na propriedade, não através da obrigação, que obviamente de nada adiantaria, mas oferecendo-lhes algumas facilidades, como acesso ao estudo, bens pessoais, passeios, e principalmente, a liberdade de escolha. Um fato relatado pelos agricultores é que a participação dos jovens nos cursos oferecidos pela assistência técnica rural, em feiras e outros eventos da agricultura familiar contribui muito para a vontade de permanecer na propriedade. Em pelo menos dois dos locais visitados, os jovens se envolvem diretamente no trabalho da agroindústria, são participantes ativos das atividades propostas pela extensão rural e também estão presentes nos encontros sobre agrobiodiversidade.

Foi possível visualizar as diferentes ocupações dos agricultores e das agricultoras em suas propriedades, do trato dos animais aos afazeres domésticos, do atendimento aos visitantes que chegam para conhecer a propriedade ou comprar seus produtos às atividades na agroindústria. Todos os agricultores que fizeram parte da pesquisa vivem em propriedades rurais, criam animais, possuem horta, roça e processam alimentos como pães, doces e queijos para o consumo familiar. Por vezes era necessário interromper o trabalho na agroindústria porque uma vaca tinha fugido ou porque algum cachorro da vizinhança havia atacado as galinhas. Das janelas dessas agroindústrias era possível avistar morros, vacas, cavalos, galinhas, diversos pássaros e árvores frondosas, um belo cenário para o trabalho, mas uma realidade bastante trabalhosa também.

Ocupa-se o dia todo com a propriedade, com a plantação, os animais, o serviço de casa que inclui o preparo das refeições para a família, além do trabalho na agroindústria. Fora dela, depende-se tempo para a obtenção de insumos e matéria-prima e para venda dos produtos, tudo realizado por, em média, três pessoas que vivem na propriedade. Em relação ao fato de conciliar o trabalho relacionado à produção agrícola e o processamento desses alimentos, uma agricultora, referindo-se às atividades que realiza na agroindústria coloca que “*o trabalho é cansativo, às vezes tenho que ir para horta porque dá estresse na gente*”. Sendo assim, as atividades ao ar livre parecem ser complementares às atividades na agroindústria, para esses trabalhadores acostumados com uma rotina mais diversificada e dinâmica. Ao mesmo tempo, se pode perceber uma redução da produção de alimentos na propriedade devido à dedicação às atividades na agroindústria, diminuindo a oferta de alimentos para a família e aumentando a compra de produtos de fora da propriedade tanto para o autoconsumo quanto para o uso na agroindústria.

As agroindústrias acompanhadas durante a pesquisa foram selecionadas basicamente devido à participação de seus agricultores nos espaços de diálogo e na rede da agrobiodiversidade. Uma das características que une esses espaços de processamento é a diversidade de seus produtos e as inovações realizadas por seus agricultores, tanto na criação de novas receitas e sabores, quanto nas formas de comercialização e no próprio diálogo que conseguiram estabelecer com diferentes organizações, através da participação na rede. Em um contexto mais geral, os agricultores familiares, mais do que nunca, estariam mobilizando conhecimentos diversos, seja em relação à agrobiodiversidade, a partir do que aprenderam com seus antepassados e da vivência mais próxima que tiveram com o ambiente natural, seja em relação à legislação vigente, às normas técnicas, políticas públicas e todo debate atual envolvendo as questões referentes à agricultura familiar. Cada vez mais dinâmicos e atuantes esses agricultores podem ser encontrados ora em uma reunião com a prefeitura, o sindicato e a Emater ou em uma atividade promovida por uma ONG local e a universidade; ora na agricultura, no turismo rural ou na agroindústria da família.

5.1 AGROINDÚSTRIA DA FAMÍLIA CUNHA: A IDENTIDADE DO AGRICULTOR FAMILIAR

A família Cunha possui uma agroindústria familiar de panificados, entre uma das atividades que realiza em sua propriedade rural, onde cultivam principalmente frutíferas como laranjeira, bergamoteira e parreira, além das variedades de milho crioulo (rajadinho, colorido, palha vermelha e cunha) e a criação de vacas de leite, galinhas e porcos. Os animais fornecem leite, ovos e banha, ingredientes usados no processamento dos panificados na agroindústria, onde são produzidos atualmente mais de vinte produtos diferentes, entre pães,ucas e bolachas. A família também produz para consumo próprio e venda do excedente, queijo, suco de uva, vinho e chimias de frutas. A criação de novas receitas e a diversidade de produtos reflete o modo como incorporam as sugestões de seus consumidores e as orientações dos técnicos que atuam na extensão rural, as quais convivem lado a lado com receitas antigas de família. Deste modo, não deixam de ser preparados os rosquetes, doce à base de farinha branca e açúcar, uma receita tradicional, assim como experimentam ingredientes como o açaí juçara e o espinafre, que adicionados à massa, conferem cor e sabor especiais aos pães.

Passaram a utilizar recentemente o gergelim, a linhaça, a farinha integral e de milho crioulo, após oficinas promovidas pela extensão rural, que evidenciaram as propriedades

benéficas desses alimentos. No entanto, algumas novidades não são aprovadas pelos consumidores, ao mesmo tempo em que devem sempre estar inovando para manter a clientela. Uma das doceiras argumenta que aos poucos as pessoas estão se acostumando a provar coisas novas e também em função de uma preocupação com a saúde, passaram a comprar o pão integral e de espinafre por exemplo. Porém, os produtos mais consumidos ainda são aqueles à base de farinha de trigo branca, e em algumas localidades onde comercializam seus produtos tem boa saída também o pão de milho e o de aipim.

Os alimentos consumidos por esses agricultores no dia-a-dia falam sobre seu modo de vida, os quais são provenientes quase que totalmente da propriedade rural. Nos intervalos do trabalho na agroindústria são compartilhados lanches como batida de abacate ou suco de juçara, nos almoços, preparados no fogão à lenha, polenta, fortaia (ovos fritos com queijo), lingüiça de porco e salada verde. Quando questionados sobre o que seria um alimento de boa qualidade, a família ressalta a utilização dos alimentos provenientes da propriedade, e a não utilização de agrotóxicos, conservantes e alimentos transgênicos.

Os planos futuros da família são a realização de atividades de turismo rural na propriedade, pois desta forma, acreditam eles, poderiam diminuir a carga de trabalho, aumentar a renda, e envolver a outra filha e o genro, que realizam atividades mais esporádicas na agroindústria. Em relação ao recebimento de turistas, eles visualizam passeios em que as pessoas possam conhecer toda a propriedade, colher frutas no pomar e fazer um lanche com os diversos produtos preparados pela família. Em uma das ocasiões em que se acompanhou a recepção de visitantes à propriedade, prepararam pão de juçara, bolacha de milho, queijo de cabra, suco de uva, rosquete, entre outros alimentos para o lanche da tarde, em uma mesa especialmente preparada na varanda da casa.

Além do casal de agricultores, trabalham duas das três filhas do casal, uma delas em tempo integral, participando ativamente também dos espaços de diálogo que ocorrem junto à rede da agrobiodiversidade, assim como seus pais. A continuidade da agroindústria a longo prazo, parece depender bastante da decisão de uma das filhas em ficar na propriedade, mas como é muito jovem, os pais afirmam que ela deve decidir isso mais tarde.

Quanto aos equipamentos da agroindústria, contam com máquinas como a sovadeira, a bateadeira e o forno industrial, os quais facilitam bastante o trabalho. Neste contexto, relembram o tempo em que utilizavam o forno à lenha na agroindústria, mais ou menos quatro anos atrás:

Se eu não fosse forte e teimosa eu não aguentava. Porque eu cansei de acordar as 3 da manhã e dormir as 11 da noite. Eu não gosto de deitar com o serviço por fazer, ficava lavando forma, e quando via já era hora de acordar de novo. Meu marido falava: tu vai te matar trabalhando aqui. Eu fazia fogo oito vezes só para o rosquete, isso que a produção era menor. Tinha que cuidar porque as pontas queimavam. Agora, qualquer coisa fica boa neste forno elétrico. (I.M.C., agricultora e doceira).

Sobre as facilidades trazidas pelas máquinas durante o processamento, a filha mais jovem do casal de agricultores, que trabalha diariamente na agroindústria, reflete a partir de um acontecimento recente: os organizadores de uma das festas da comunidade em que vivem desistiram da encomenda que tinham feito para estas doceiras ao tomarem conhecimento que elas utilizavam máquinas como a sovadeira para o preparo da massa, pois davam preferência para os doces sovados à mão. Elas, por sua vez, preferiram perder a encomenda do que sovar os pães e cucas à mão, pois para elas, o uso das máquinas é uma questão de saúde, relembrando as dores no corpo que sentiam antes de adquirir a sovadeira. Os pães de milho e integral ainda são sovados à mão, pois a massa adere às pás da sovadeira, assim como a forma final de todos os produtos, que recebem manualmente um toque especial.

A família Cunha faz parte da associação Içara, recebem assistência técnica e participam de diversas atividades promovidas pela ONG Anama, recentemente passaram a buscar a certificação de seus produtos pela Rede Ecovida e participam junto com outras doceiras do município de uma comunidade do alimento do movimento Slow Food (comunidade das Doceiras de Maquiné)²⁰. A família estabelece relações diversas de acordo com suas demandas, desde a rádio local para divulgação de seus produtos na feira de produtores em que participam, políticos, organizações governamentais e não-governamentais e redes internacionais como é o caso do Slow Food, no qual atuam há alguns anos através da participação nos encontros anuais, que ocorrem em Brasília e na Itália.

Sua inclusão no Slow Food se deve muito ao trabalho de uma pesquisadora, que as inseriu na rede junto com outras agricultoras do município de Maquiné, a partir de uma descrição do saber-fazer dessas mulheres no que se refere ao preparo de doces e pães artesanais. A participação delas nos encontros da Rede Slow Food, que reúne agricultores de diversos países e seus produtos, iniciou de forma tímida, mas cresceu ao longo dos anos, evidenciando um processo de autonomia em curso para estas mulheres. Atualmente atuam

²⁰ A Comunidade do Alimento é um grupo que pertence ao movimento Slow Food que tem por objetivo fomentar grupos que trabalham com alimentos artesanais, com qualidades específicas, relacionadas a sabor, tradição e origem deste alimento. O movimento Slow Food foi formado na Itália em 1986 e atualmente está presente em 132 países através de seus *Convivium*, organizações que desenvolvem atividades localmente com o apoio do movimento (SLOW FOOD, 2008).

ativamente nestes espaços, não só nos momentos da feira, mas também nas atividades culturais do encontro e nas discussões sobre a qualidade do alimento, envolvendo aspectos ambientais, sociais e culturais. Essa participação reforça para essas agricultoras sua opção de vida, as quais passaram a relatar localmente com orgulho sobre o movimento e seus objetivos, após partilharem modos de vida e ideais com outros produtores de alimento em nível mundial.

Também foram realizados no município dois encontros dessa comunidade do alimento, denominados “Encontro das Doceiras de Maquiné” nos anos de 2008 e 2009. Nesses momentos a comunidade local foi convidada a participar do preparo de diversas receitas como pães, cucas e bolachas, confeccionados por algumas das doceiras do município. O objetivo da atividade era divulgar os produtos, valorizar o saber-fazer dessas mulheres e estimular a continuidade da atividade, a qual foi proposta por um projeto intitulado “Saberes e Fazer”²¹ desenvolvido pelo Desma e ONG Anama.

A produção dos panificados pela família iniciou para incrementar a comercialização dos produtos na feira de produtores de Maquiné, da qual participam há 10 anos. Os outros feirantes foram aos poucos desistindo e a continuidade desse espaço apenas foi garantida devido ao trabalho da ONG Anama, que promoveu feiras com a temática da biodiversidade, transformando-a em um espaço cultural e de divulgação de seus projetos junto à agricultura familiar, atraindo assim, consumidores de outros municípios. A família também comercializa seus produtos de porta em porta, os quais são transportados por eles em uma carreta agrícola pelas linhas rurais do município, além de atenderem a encomendas para festas comunitárias e de casamento. O assessoramento da ONG Anama também fez com que realizassem a transição da produção convencional para a agroecológica, e no momento orientam esses agricultores mais especificamente quanto à regularização de seu espaço de processamento, de acordo com as normas sanitárias, ambientais e tributárias.

Em relação aos motivos que os impulsionam para a regularização da agroindústria, os agricultores alegam que necessitam estar tranquilos perante uma possível fiscalização, a qual pode colocar em risco a continuidade do trabalho. Além disso, as adequações sugeridas pela assistência técnica no espaço de processamento até o momento teriam tornado as atividades mais práticas, incluindo orientações ligadas ao processamento propriamente dito e alterações na estrutura, como a abertura de uma porta e construção de um banheiro. Porém, as exigências relacionadas ao processo de regularização incluem a necessidade de utilização de no mínimo 80% de matéria-prima própria na agroindústria para a inserção no Programa das

²¹O projeto Saberes e Fazer foi desenvolvido pelo Desma com o objetivo de registrar as práticas relacionadas à alimentação, agricultura e artesanato no município de Maquiné, Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Agroindústrias e venda no talão do produtor para a alimentação escolar, um dos mercados almejados pela família. Neste sentido, tem sido feito um esforço junto com os técnicos extensionistas na promoção do uso dos ingredientes da propriedade como ovos, banha, leite, farinha de milho, legumes, verduras e frutas. As agricultoras ainda pretendem testar novas receitas, preparadas à base de farinha de araruta, batata cará e banana.

Se por um lado é exigida matéria-prima própria dos agricultores, um dos extensionistas que atua no município lembra aos agricultores que, para tanto, seria necessário regularizar o processamento de cada um desses ingredientes, ou seja, um engenho para produção de açúcar, a pasteurização do leite, moinho para o trigo e o milho, o que inviabilizaria completamente a produção. A recomendação nesse caso seria a agroindústria criar uma microempresa, dispensada da questão da origem dos ingredientes, orientação dada pela assistência técnica, mas não aceita pelos agricultores. O vínculo que esses agricultores mantêm com os elementos do meio rural, local onde nasceram, pode ser percebido nas diversas atividades relatadas. Essa relação explica o fato dos agricultores quererem manter-se enquanto agricultores e rejeitarem a criação de uma empresa como forma de regularizar seus produtos, o que os caracterizaria legalmente enquanto empresários.

Outro produto processado pela família é o suco de uva, o qual necessita de registro junto ao MAPA através da criação de um CNPJ, o que também seria facilitado com a criação de uma empresa. No entanto, as dificuldades de processar produtos tão distintos em um mesmo espaço, pães e sucos, por exemplo, é inviabilizada também pelo fato de pertencerem a diferentes competências de regularização. Neste caso, estabelecimentos produtores de pães são inspecionados pela Secretaria da Saúde e produtores de suco pelo MAPA. As discussões que estão sendo realizadas por diversas organizações, e das quais a família já participou inúmeras vezes, remete tanto a uma flexibilização sobre o uso da matéria-prima própria, quanto a possibilidade de processar alimentos diferentes em um mesmo espaço e comercializar sucos sem a necessidade de um CNPJ. Porém, tratam-se de questões polêmicas e que provavelmente terão uma solução a médio ou longo prazo, tempo que os agricultores não podem esperar para seguir trabalhando e sustentando suas famílias.

A família participa da Associação Içara desde sua formação, a qual tem como produto símbolo a polpa de juçara, mas também abrange os panificados e o artesanato local. No entanto, são tantas as questões a serem discutidas somente no que se refere à polpa de juçara que muitos encontros do grupo concentram-se apenas neste produto. Durante uma oficina de criação de uma marca para os produtos da associação foi possível perceber a

insistência da família Cunha em incluir junto ao desenho da palmeira juçara, um cacho de uva, um pão, algo que simbolizasse seus produtos, os quais acabaram não sendo incorporados.

Outros membros da Associação Içara, que trabalham mais diretamente no beneficiamento dos frutos da palmeira juçara, ainda não possuem um local adequado para a atividade. A tentativa de cadastro desses agricultores no Programa das Agroindústrias Familiares do estado e a utilização do espaço de processamento de outra associação para beneficiamento dos frutos geraram várias discussões junto a assistência técnica oficial e as ONGs. Dúvidas desde como realizar esse cadastro e se seria possível a despolpa em local de terceiros foram levantadas e diferentes orientações técnicas apresentadas aos agricultores.

Algumas orientações recebidas ao longo do processo é de que um convênio entre associações não seria possível, pois o programa prioriza àqueles que dominam toda a cadeia de produção, ou ao menos que as etapas estejam todas dentro de um mesmo grupo formalizado, no caso uma mesma associação. A associação é entendida neste contexto enquanto uma extensão da propriedade rural, onde o agricultor produz sua matéria-prima, processa na extensão da sua propriedade e vende pelo bloco de produtor rural.

Uma dessas orientações, por exemplo, vetava completamente a parceria entre as associações, ainda que isso tenha sido previsto quando da própria construção da agroindústria, viabilizada através de recursos financeiros de um projeto amplo de uso e conservação da agrobiodiversidade, executado com o objetivo de beneficiar o maior número possível de agricultores familiares. O caso em questão seria como terceirizar o processamento, o que não poderia incluir posteriormente venda pelo bloco de produtor, mas poderia ser comercializada caso a associação constituísse CNPJ, através da criação de uma empresa.

Alguns técnicos argumentaram que, permitir que uma associação de agricultores realize o beneficiamento da matéria-prima na agroindústria de outra associação é o mesmo que enviarem para uma grande indústria de alimentos e depois venderem pelo bloco do produtor. Em diversos momentos são dados exemplos neste sentido, ou seja, quando casos específicos não se enquadram exatamente nos moldes previstos, são apresentadas comparações fora de contexto para justificar o porquê de não serem aceitos, desconsiderando as peculiaridades desse tipo de produção. No caso específico, a agroindústria foi construída com o objetivo de atender diversos grupos, o que não está previsto nas legislações para agroindústrias, ainda que a construção possa ficar ociosa por muito tempo, enquanto agricultores estão necessitando de um local para o processamento da sua matéria-prima.

A família Cunha e outros membros da associação também estão buscando a certificação orgânica de seus produtos através da participação na Rede Ecovida. Relatam que até então não haviam precisado de um selo de orgânico, pelo fato das pessoas conhecerem seus produtos e confiarem neles. Porém, com a exigência nas feiras de maior porte do preenchimento de um formulário alegando a certificação dos produtos, depararam-se com a seguinte situação: ter que inscrever seus produtos como não-orgânicos, pois após a regulamentação da certificação orgânica (Lei 10.831/2003) necessitam registro junto ao MAPA para ter o consentimento de denominar seu produto como tal.

Dos diversos grupos com os quais foram feitos contatos durante os encontros registrados, um deles foi escolhido para o acompanhamento mais sistemático de suas reuniões, a Associação Içara, cujas características foram descritas no capítulo anterior. Os encontros desse grupo ocorrem periodicamente para tratar de aspectos organizativos, seus produtos, mercados e o manejo da biodiversidade. Possui membros que atuam também na ONG Anama, na Rede Juçara e na Universidade, o que faz com que sejam discutidas também ações e projetos destas outras organizações e que podem ser de interesse da associação. A maior parte dos sócios estão envolvidos com atividades específicas em outras organizações ou em suas propriedades, o que faz com que suas ações enquanto associação fiquem um tanto prejudicadas, devido a multiplicidade de tarefas desenvolvidas por seus membros. Por outro lado, essa característica reforça as relações de proximidade e a coerência nas atividades entre essas diversas organizações.

Discute-se nas reuniões minuciosamente sobre a identidade dos produtos, os mercados em que se quer disponibilizá-los e a elaboração de ações educativas, a fim de que os consumidores possam conhecer um pouco sobre os produtores e as qualidades dos produtos, incluindo seus benefícios para saúde humana e ambiental. Em geral as reuniões ocorrem na casa dos associados, onde são servidos alimentos produzidos pelos agricultores.

A Associação Içara mostrou-se um grupo extremamente atuante nas redes da agrobiodiversidade, tendo participado de praticamente todos os encontros registrados nesta pesquisa, entre eles a 34ª edição da Expointer, evento em que o grupo realizou uma mostra de sementes crioulas e degustação da polpa de juçara.

5.1.1 Participação da Associação Içara na Expointer

Em 2011, o Galpão da Agricultura Familiar da Expointer reuniu 167 bancas, onde estavam representados cerca de 240 empreendimentos familiares e mais de cem tipos de produtos agroindustrializados. Nesta edição aconteceu o relançamento do Programa das Agroindústrias Familiares do governo do estado e a retomada do selo Sabor Gaúcho, cujas ações estavam praticamente desativadas nos últimos anos.

O evento, que teve como tema a qualidade e a inovação, contou com a participação da associação Içara, que divulgou as sementes crioulas e a polpa de juçara em sua banca expositora. A divulgação da polpa de juçara incluiu informações sobre o projeto de uso e conservação da espécie e a degustação em forma de suco e polpa, batidos com limão ou com banana e açúcar. A maioria dos visitantes desconhecia o fato de existir uma fruta nativa no estado com sabor muito semelhante ao açaí do norte do país.

A procura dos visitantes da Expointer pelas sementes crioulas foi intensa, principalmente entre agricultores que visitaram a feira, aproximando-se da banca com curiosidade e perguntando sobre alguma semente específica. A banca produzia certo encantamento nas pessoas, pelo colorido das sementes e formas inusitadas das raízes e frutos. Dentre as mais de 200 variedades de sementes crioulas e mudas, as mais procuradas foram a batata yacon, a batata cará e os porongos de cuia. Diversos tipos de feijão (olho de cabra, trepador, amendoim, mexicano, vagem), milho (cateti, colorido, cunha), amendoim (paraguaio, rasteiro, de soca), entre outras, foram motivo para muitas histórias contadas pelos membros da associação e pelos próprios visitantes. Foi possível perceber a ligação das pessoas com essas variedades antigas, muitas delas quase esquecidas, mas que ao menos nesse momento de feira foram resgatadas, através de receitas de como plantar, de como preparar o alimento originado delas, além de seus benefícios à saúde. A interação da associação Içara com outras agroindústrias durante a feira ocorreu principalmente através da troca de alimentos entre elas, assim, foram compartilhados queijos, doces, bolachas, pães, salame, cachaça, iogurte, polpa de juçara e o chimarrão.

A presença da vigilância sanitária na Expointer evidenciou a falta de tato de alguns técnicos, que na ocasião escolheram um momento inoportuno, quando várias pessoas estavam próximas à banca escolhendo sementes e degustando polpa de juçara para exigir o alvará sanitário dos agricultores. O documento foi apresentado, mas a situação foi de certa forma constrangedora perante os consumidores que estavam presentes.

Para garantir a participação neste evento, foram contatadas pela associação, ONGs, Emater-RS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Fetag-RS e cooperativa de agricultores. Fica evidente nesta e em outras situações que os membros da associação acessam as mais diversas organizações para resolverem suas questões práticas.

5.2 AGROINDÚSTRIA CARÁ-DA-TERRA: O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Neste espaço de processamento trabalham o casal de agricultores, a filha mais velha e o genro, preparando polpa de açaí juçara e doces de frutas como banana, goiaba e figo, totalizando aproximadamente quinze produtos agroindustrializados. Cultivam principalmente a banana consorciada com a palmeira juçara, entre outras frutas, e criam alguns animais que fornecem produtos para o autoconsumo da família. O preparo do queijo, salame e dos doces de frutas sempre fizeram parte das práticas realizadas na família, transmitidas através das gerações, e há alguns anos passaram a constituir a principal fonte de renda, com auxílio de organizações como o Centro Ecológico, através dos seus cursos de formação.

A agroindústria Cará-da-terra comercializava inicialmente seus produtos pelo bloco de produtor, através da sua participação no Programa das Agroindústrias Familiares do governo do estado. No período em que o programa ficou praticamente desativado, foram orientados a criar uma empresa, como única forma de seguir comercializando seus produtos formalmente. Hoje, com a reativação do programa, se questionam sobre essa decisão, que implicou em pagamento de impostos e perda da aposentadoria como agricultor familiar. Apesar de lamentarem o fato de serem considerados empresários, quando a identidade de agricultor é tão representativa de seu modo de vida e do movimento agroecológico, refletem sobre a impossibilidade de cumprirem os requisitos exigidos pelo programa. Para pagar os investimentos feitos na agroindústria, precisam dedicar mais tempo a esse trabalho e não dão conta de produzir toda a matéria-prima necessária, mesmo a banana, que cultivam em maior quantidade, necessitam comprar de outros agricultores.

A família participa desde a fundação da Acert, tendo atuado fortemente nos movimentos agroecológico e da Igreja Católica que deram origem a associação. Neste sentido, ressaltam a importância do trabalho em grupo, através do qual são realizadas diversas conquistas. Uma delas é a possibilidade de comercializar seus produtos nas feiras de produtores, cuja participação em uma feira ecológica em Porto Alegre ocorre há mais de vinte

anos, a qual eles só puderam garantir porque se revezam com outros membros da associação. Além disso, o grupo compartilha dos mesmos princípios, que tem como base a agroecologia, trocando conhecimento e aprendendo coletivamente a cada encontro, como relata uma das agricultoras:

Agricultura ecológica foi uma faculdade para nós. Aprendemos muita coisa e ensinamos também, a gente aprendeu a se apaixonar pelo lugar que mora e valorizar o trabalho, não ter vergonha de dizer que é agricultor. (O.B.S., agricultora).

Essa possibilidade de aprendizagem constante é o grande diferencial do movimento agroecológico, que propicia aos agricultores vivenciarem muitas experiências. Além do cultivo de alimentos em si e a realização das feiras de comercialização, onde trocam muitos conhecimentos com consumidores e outros produtores, participam de diversos cursos e encontros com a temática da agroecologia e da agrobiodiversidade.

Tu faz curso, tu vivencia tudo, tua realidade é bem diferente do que se tu ficasse só na roça. A gente acha mais gostoso. Não quer dizer porque tu tá no interior que tu não tem conhecimento, tu tem condições de sair, estudar e voltar para colocar em prática. (O.B.S., agricultora).

A família também recebe grupos que queiram conhecer sua experiência de trabalho e modo de vida, assim como realizam visitas a outros locais, através de momentos propiciados pela ONG Centro Ecológico, com quem atuam em parceria desde sua criação. A partir de uma iniciativa da Teia de Educadores Ambientais e de projetos nas escolas sobre os alimentos locais, passaram a receber visitas das escolas que inseriram a polpa de juçara na alimentação escolar. No entanto, ressaltam que apesar de constituir um grupo consolidado e integrado a outros que atuam com os mesmos propósitos, são poucas as famílias participantes, se considerarmos o universo de agricultores convencionais, que trabalham na sua maioria utilizando agrotóxicos. Também apontam para o fato dos momentos de convívio em grupo terem diminuído significativamente ao longo desses vinte anos, tendo os associados se dedicado mais a comercialização dos produtos do que ao processo de formação atualmente.

Além da relação estreita com o Centro Ecológico e a participação na Acert, os proprietários da agroindústria Cará-da-terra também fazem parte da Cooperativa Econativa, do Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida e do movimento Slow Food. Os produtos são comercializados, principalmente em uma feira ecológica em Porto Alegre, e para a alimentação escolar de alguns municípios do Litoral Norte através da Econativa.

Com o apoio da cooperativa e do Centro Ecológico conseguiram realizar investimentos na agroindústria, desenvolver um rótulo para a polpa de juçara e inseri-la nas escolas dos municípios de Tramandaí, Capão da Canoa e Três Cachoeiras. A comercialização desse produto somente foi possível através da articulação desenvolvida em grupo, envolvendo diversas organizações, que respaldaram a atividade em todas as etapas da sua cadeia produtiva, tanto do ponto de vista legal, desde a coleta dos frutos, até o seu consumo, através das ações educativas junto aos consumidores.

Esse alimento representa para esses agricultores uma grande descoberta, algo que tiveram sempre presente e nunca tinham dado valor, até o momento que as ONGs iniciaram a realização de oficinas sobre o preparo da polpa. Durante um encontro que reuniu várias organizações no fomento à agrobiodiversidade, um dos membros da Acert, no momento da sua apresentação, evidenciou o quanto se sente valorizado ao ver-se fazendo parte de um projeto de conservação da natureza e, ao mesmo tempo, realizando a atividade de produção de alimentos: *“Represento os agricultores, se não fosse os agricultores esses outros aqui não teriam como fazer o trabalho deles. Até o presidente come o que eu planto”* (A. L. L., agricultor membro da Acert).

De acordo com a família de agricultores, atualmente os jovens orgulham-se ao dizer que são agricultores ecologistas, devido a todo o trabalho que foi feito pelo movimento agroecológico, de luta por reconhecimento e sensibilização dos consumidores. Embora muitos dos filhos dos agricultores que deram início a associação não se dediquem diretamente a atividade de produção, compartilham dos mesmos princípios, pois fizeram parte de um processo de construção do conhecimento agroecológico que caracteriza a Acert. Neste sentido, os agricultores acreditam que, com algumas mudanças que ocorreram na comunidade em que vivem, seja possível que seus filhos permaneçam no meio rural dando sequência ao trabalho iniciado por eles: *“tendo carro, gasolina, telefone... a qualidade de vida já tem no interior. Vamos na cidade, vendemos nossos produtos e trazemos o dinheiro para distribuir por aqui”* (A.C.S, agricultor).

5.3 AGROINDÚSTRIA ARARUTA: A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR E A GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES RURAIS

A recentemente construída agroindústria Araruta iniciou suas atividades em 2011, viabilizada através de recursos de um projeto da ONG Centro Ecológico. Porém, o grupo de mulheres existe há mais de dez anos, as quais fazem parte da AMADECOM. O grupo surgiu principalmente como um espaço de conversa para as mulheres da comunidade, algumas das quais também pertenciam ao Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e passaram a reunir-se com frequência e a produzir alguns preparados à base de plantas medicinais. Essas mulheres, agricultoras, donas de casa, doceiras, entre tantas outras funções, aprenderam juntas sobre plantas medicinais, mas também a lutar por seus direitos, fortaleceram sua autoestima e sonharam com um local de trabalho a partir do qual pudessem obter renda própria e independência financeira. Algumas delas haviam trabalhado em uma fábrica de calçados, mas não se adaptaram à distância do local de trabalho e à forte pressão pela produção.

Na agroindústria trabalham quatro mulheres de diferentes famílias, as quais estão experimentando o novo espaço para a confecção de cucas, bolachas, rosquetes e pães. As receitas que eram feitas somente para a família, agora estão sendo preparadas em maior escala e com equipamentos específicos. Assim, as mulheres testam a cada dia seus conhecimentos, suas receitas e o próprio forno industrial, com o qual não estão acostumadas. A presidente atual da associação e única sócia-fundadora que permaneceu ao longo desses dez anos de grupo, questiona-se por diversas vezes se a agroindústria é de fato um desejo coletivo para as associadas. Ela evidencia a luta das mulheres ao longo da trajetória da associação para terem um trabalho e serem reconhecidas na comunidade em que vivem.

A presidente é uma referência tanto para as outras associadas, quanto para os técnicos que atuam junto ao grupo, centralizando muitas informações e, ao mesmo tempo, cobrando maior envolvimento por parte das outras mulheres, a fim de dividir algumas responsabilidades. O grupo pareceu um pouco frágil neste sentido, pois as associadas em geral apresentam dificuldades quanto à realização do trabalho, como a resistência dos maridos ao fato delas quererem trabalhar e a distância do local de moradia. Em uma oficina realizada pelo Centro Ecológico, por exemplo, uma das mulheres apressava-se em limpar a cozinha após a conclusão das atividades de processamento, enquanto os técnicos da ONG discutiam assuntos do interesse do grupo. As colegas chamaram sua atenção para que participasse da conversa,

porém, relatou ao final que a pressa devia-se ao fato de já estar anoitecendo, sendo que ainda teria que pedalar por quarenta minutos até sua casa.

A associação relaciona-se com diversas organizações, desde a Emater, ONG Centro Ecológico, ONG Anama, Coomafitt e Econativa. Participa de suas atividades e conta com o apoio de cada uma delas para diferentes propósitos, desde a assessoria a produção e a regularização do espaço de processamento até a viabilização da comercialização dos produtos. Apesar de serem quatro mulheres, elas não sabem se conseguiriam atender o mercado da alimentação escolar, que exige uma produção constante, por isso, inicialmente planejam comercializar seus produtos nas tendas da Rota do Sol (RS 486). Para tanto, discutiram longamente sobre as estratégias de divulgação dos produtos e elaboraram amostras para entregar para os comerciantes das tendas. Elas preocupam-se com a aceitação do produto no mercado, pois existiria muita oferta de produtos semelhantes.

Com o apoio do Centro Ecológico obtiveram recentemente o registro no Programa das Agroindústrias Familiares do governo do estado e, junto a CRS, o alvará sanitário para processamento de panificados e polpa de fruta, viabilizando desta forma o beneficiamento de polpa de juçara, para a qual a estrutura da agroindústria também foi previamente planejada. No entanto, pouco tempo depois começou a ser questionado o alvará para polpa de fruta, pois este teria passado recentemente para competência do MAPA, o qual teria outras exigências quanto à estrutura e equipamentos. Além da questão de regularização do espaço, a despolpa da juçara não está ocorrendo no local, devido ao fato do Programa das Agroindústrias não prever o uso do espaço por outros grupos, que não sejam membros da associação. As mulheres acreditam no potencial do produto polpa de juçara, porém se questionam se a comunidade em que está localizada a agroindústria se interessará em produzir e consumir a polpa. Se por um lado elas afirmam que poderia ser uma fonte de renda para os agricultores, nem todas apreciam seu sabor e por isso demonstram incerteza sobre os mercados para o produto.

O propósito das mulheres é o uso de ingredientes locais na produção de panificados, cumprindo assim as exigências do Programa das Agroindústrias, mas atualmente usam farinha de trigo e açúcar. Testaram em algumas oficinas a farinha de banana, com a qual prepararam pães, bolos e bolachas, e pretendem produzi-la e inseri-la nas receitas. Quando abordam a questão da qualidade dos alimentos, relacionam ao uso de ingredientes locais, porém, ressaltam as dificuldades de aceitação dos produtos usando ingredientes locais pelos consumidores.

A relação dessas mulheres, assim como das outras duas famílias, com a assistência técnica rural, a partir dos espaços de processamento registrados, ocorre exclusivamente com as ONGs. As ações dessas organizações têm participação ampla dos agricultores, os quais recebem, além de orientação técnica, equipamentos e estrutura para as agroindústrias através de recursos provenientes de projetos. As propostas da maioria deles pretende fomentar práticas consagradas entre os agricultores, porém com algumas adequações, principalmente em relação à questão sanitária. Por vezes percebe-se entre os agricultores, certo descontentamento em relação a esses projetos, que são desenvolvidos há bastante tempo na região e trazem poucas mudanças significativas para eles, porém, essa reivindicação varia de acordo com o grupo, dependendo do quanto estão recebendo de apoio da assistência técnica em dado momento.

As motivações que orientam a agricultura familiar para a produção agroindustrial apontadas por Agne (2010) são verificadas também nos espaços de processamento apresentados. A autora relaciona às origens da atividade a própria interação com os agentes técnicos de extensão rural e ao saber-fazer tradicional das famílias. Verificou-se também a partir da vivência nas agroindústrias que elas podem representar uma forma atrativa e promissora de trabalho para os jovens no meio rural, principalmente com o aumento da demanda de produtos agroindustrializados para o atendimento da alimentação escolar.

No entanto, a partir dos relatos de técnicos e dos próprios agricultores verifica-se a importância dessas iniciativas não serem fomentadas em locais que não possuam vocação para este tipo de atividade, que necessita muito envolvimento e força de vontade por parte dos agricultores para obter sucesso. Para Santos (2006) trata-se de um sistema complexo que exige dos agricultores múltiplas competências para conseguir efetuar as demandas originárias do processo de agroindustrialização. Como vimos o espaço agroindustrial é um ambiente extremamente complexo, devendo o agricultor, constantemente, apropriar-se de muitas informações, manter relações com diversas organizações, inovar nos produtos e buscar novos mercados para sua comercialização.

Em relação à aprendizagem e construção do conhecimento, discutidas no capítulo três deste trabalho, foi possível verificar, durante a vivência nas AFR, algumas de suas repercussões para os agricultores familiares. O significativo processo de construção de conhecimento, que ocorre cotidianamente nas relações entre os agricultores, com os técnicos e consumidores, principalmente no que se refere ao fomento de seus produtos e viabilização de

seu trabalho, reflete em uma maior autonomia desses agricultores, melhora na autoestima, além de ressignificar o trabalho e reafirmar a opção pelo modo de vida.

Além disso, a participação nos espaços de diálogo sobre agrobiodiversidade influencia diretamente na produção destes agricultores, seja na inovação dos produtos ou diversificação dos mercados. Quanto à regularização de seus espaços de processamento, por exemplo, os agricultores se utilizam duplamente do espaço de diálogo criado. Se por um lado buscam junto a estes espaços informações sobre o processo de formalização da sua produção, para adequar-se às exigências legais, por outro lado, nestes mesmos encontros, reafirmam a qualidade presente nas características específicas de seus produtos, o que de certa forma os respaldam para continuarem produzindo como sempre produziram.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma rede no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, formada por diferentes organizações, que estão discutindo sobre os produtos da agrobiodiversidade. Esta rede de técnicos e agricultores foi caracterizada neste trabalho enquanto uma comunidade de práticas, por envolver um processo de aprendizagem coletiva e construção do conhecimento, através da criação de um espaço de diálogo.

O termo agrobiodiversidade prestou-se para denominar os produtos e a própria rede que atua no fomento a seu uso e conservação e à agricultura familiar. O uso da biodiversidade nativa amplia as questões do debate para a origem da matéria-prima e os limites para seu manejo, além daquelas levantadas para o processamento e a comercialização, comuns aos já consagrados produtos da agricultura familiar. Foram tratados em conjunto neste trabalho, tanto os produtos da biodiversidade nativa quanto os produtos coloniais, justamente como forma de evidenciar todas as questões envolvidas nessas práticas apontadas pela assistência técnica como alternativas para os agricultores enquanto geração de renda e conservação da natureza, mas que os coloca numa arena de questões legais e operacionais de toda ordem.

A sustentabilidade do uso parece depender de um sistema de controle ainda inexistente e de uma crença na sustentabilidade das práticas dos agricultores. Em relação à apropriação desse discurso de uso e conservação por grandes empresas, os participantes da rede da agrobiodiversidade acreditam que a implementação de um marco regulatório relacionando seu uso às qualidades específicas desses produtos e dos modos de vida associados à sua produção poderia ser uma forma de manter a cadeia produtiva sob domínio dos agricultores familiares.

As diferentes organizações que trabalham com este propósito passaram a encontrar-se com maior frequência e discutir temas que convergem no sentido da valorização da pequena produção, dos agricultores familiares, dos modos tradicionais de preparo, da conservação ambiental e de práticas agrícolas mais sustentáveis ambiental e socialmente. As divergências neste grupo amplo aumentaram quando foram envolvidas organizações governamentais, trazidas para o debate a fim de que tomassem conhecimento da realidade desses agricultores, das dificuldades envolvidas na circulação de seus produtos e auxiliassem na construção de algumas propostas.

Do diálogo emergente se pode concluir que tem uma função fundamental a longo prazo para este grupo, porém, não substitui as decisões que são tomadas cotidianamente para resolver situações práticas. Se algumas ações desenvolvidas por técnicos e agricultores

localmente e baseadas nas suas relações pessoais por vezes geram discórdia, também possibilitam uma decisão mais contextualizada do que aquela imposta por uma normativa.

Se por um lado os agricultores reivindicam nos espaços de diálogo a criação de uma legislação específica para a agricultura familiar, alegando que necessitam da regularização de sua produção para trabalharem com tranquilidade, por outro continuam a encontrar caminhos para desenvolver suas práticas de modo informal.

É válido ressaltar que a criação de uma norma específica provavelmente geraria outras exclusões, daqueles que não conseguissem se adequar as especificidades da lei. Essa situação gera um debate do ponto de vista acadêmico, do quanto seria interessante para a agricultura familiar o fato de suas práticas passarem a fazer parte do sistema convencional de regras regidas pelo Estado. Esse debate não ocorre claramente nos espaços de diálogo, onde a adequação às leis é colocada em primeiro lugar pela maioria dos participantes.

De acordo com alguns técnicos, a adequação às normas ou a criação de uma norma específica seria a única forma de garantir cidadania aos agricultores, os quais muitas vezes realizam suas atividades com receio de terem seus produtos apreendidos. A regularização dos produtos e espaços de processamento também garantiria o acesso às políticas públicas como os programas de comercialização e a possibilidade de mais consumidores conhecerem os produtos da agrobiodiversidade, disponibilizados desta forma em mercados mais amplos.

Apesar de muitos agricultores manterem-se há muitos anos através da venda direta de seus produtos pelos mercados de proximidade²², a possibilidade de ampliação e diversificação dos mercados ficaria restrita dessa forma, tornando a atividade mais frágil a possíveis mudanças, como a competição com outros produtos semelhantes no mercado local. Neste sentido, a regularização dos produtos seria um caminho interessante, inclusive para a manutenção das práticas dos agricultores a longo prazo.

Por outro lado, alguns técnicos apontam para o fato do agricultor estar perdendo sua capacidade inventiva e criativa, que são justamente as características de seu modo de produzir artesanal. Estariam sendo condicionados a seguir determinados padrões e o próprio processo de regularização fomentado por várias organizações contribuiria para a homogeneização das práticas relacionadas à produção de alimentos. Se por um lado existe uma pressão para que estes produtos sigam na informalidade pelas indústrias de alimentos, para evitar a competição com esses produtos, por outro, esta condição pode ser uma estratégia para garantir as características que diferenciam os produtos da agricultura familiar, criadas justamente para

²² Mercados de proximidades são usados aqui para definir principalmente a venda direta dos produtos pelos agricultores aos consumidores.

atender a qualidade exigida pelos consumidores, que adquirem seus produtos com base em uma relação de confiança, a qual precisa ser renovada a cada compra.

Pode-se questionar por fim, se esse processo propicia uma maior autonomia aos agricultores, ou se alguns técnicos estariam direcionando a maior parte das ações. A rede da agrobiodiversidade, neste sentido, está consolidada, fortalecida por algumas políticas públicas de incentivo e recursos que financiam os projetos das ONGs, gerando discussões profícuas, apesar do número reduzido de pessoas envolvidas. O debate, ainda que não gere tantos resultados práticos como esperados, torna pessoas, processos e produtos visíveis aos consumidores e às organizações que têm algum tipo de influência sobre os espaços de comercialização, processamento e manejo da agrobiodiversidade. Se trazer para o debate, muitas vezes pode gerar complicações para esses produtores, do ponto de vista da manutenção das suas práticas, deixá-los esquecidos provavelmente fará com que diminuam em número em pouco tempo, oprimidos pelo sistema agroalimentar de grande escala.

REFERÊNCIAS

ACOSTA SUÁREZ, J. E. S. **O extrativismo da Samambaia-preta: uma alternativa de renda para agricultores familiares da Encosta da mata Atlântica no município de Maquiné (RS).** 2007. 207 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

AGNE, C. L. **Agroindústrias rurais familiares e a rede de relações sociais nos mercados de proximidade na região Corede Jacuí Centro/RS.** 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ARCE, A; LONG, N. Re-positioning knowledge in the study of Rural Development. In: SYMES, D.; JANSEN, A. J. (Ed.). **Agricultural restructuring and rural change in Europe.** Wageningen: Agricultural University Wageningen, 1994. p. 75-86.

BELUSSI F.; PILOTTI, L. **Knowledge creation and collective learning in the Italian Local Production Systems.** 2000. Disponível em: <<http://147.162.174.79/assets/pdf/dp/0021.pdf>>. Acesso em: 14 nov.2011.

BORGATTI, S.P. **NetDraw:** graph visualization software. Harvard: Analytic Technologies, 2002.

BORGATTI, S. P.; EVERETT, M.G.; FREEMAN, L.C. **Ucinet for Windows:** Software for Social Network Analysis. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.

BRASIL. **Lei Federal 10.831/2003**, Decreto 6.323/2007. Lei dos Orgânicos. 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 29 mar.2012.

_____. **Lei Federal 11.947/2009.** Lei da Alimentação Escolar. 2009a. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 28 abr. 2012.

_____. Instrução Normativa Nº 17 (MMA/MAPA/2009). Dispõe sobre as normas técnicas para obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico. 2009b. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/73010091/36/INSTRUCAO-NORMATIVA-CONJUNTA-MAPA-MMA-N%C2%BA-17-de-28-05-2009>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. MAPA. **Ministério.** 2011a. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/ministerio>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

BRUMER, A. et al. A elaboração de projeto de pesquisa em Ciências Sociais. In: PINTO, C.R.J; GUAZZELLI, C. A. B. **Ciências Humanas: pesquisa e método.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

CENTRO ECOLÓGICO. Assessoria e Formação em Agricultura Ecológica. **Histórico**. Disponível em: <<http://centroecologico.org.br>>. Acesso em: 11 dez. de 2011.

COELHO-DE-SOUZA, G. **Extrativismo em área de reserva da biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul**: um estudo etnobiológico em Maquiné. 2003. 202 f. Tese (Doutorado em Botânica) – Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

COTANDA, F. C. et al. Processos de pesquisa nas Ciências Sociais: uma introdução. In: PINTO, C.R.J; GUAZZELLI, C.A.B. **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

ECKERT, P. **Communities of practice**. Encyclopedia of language and linguistics. Elsevier: 2006. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~eckert/PDF/eckert2006.pdf>>. Acesso em: 13ago. 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER (RS). **Sobre a Emater**: missão e visão. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/sobre/missao.php>>. Acesso em: 22 dez. 2011.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL - FETAG-RS. **Estrutura**. Disponível em: <http://www.fetags.org.br/nx/index.php?option=com_content&task=view&id=314&Itemid=286>. Acesso em: 22 dez. 2011.

GERHARDT, C. H. **Agricultores, mediadores sociais e meio ambiente**: a construção da “problemática ambiental” em agro-eco-sistemas. 2002. 539 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no Desenvolvimento Rural Sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.14, n. 3, p. 411-448, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Censo Agropecuário de 2006**. 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2012.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. Cambridge, USA: Cambridge University Press, 1991.

LEAL, G.; CÂMARA, I. **Mata Atlântica**: Biodiversidade, Ameaças e Perspectivas. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 2005.

LONG, N. Globalizacion y localizacion: nuevos retos para la investigacion rural. In: CARTON DE GRAMONT, H.; TEJERA, H. (Org). **La Sociedad Rural Mexicana Frente al Nuevo Milênio**. Mexico: Plaza y Valdes, 1996. p. 46-59.

MEDAGLIA, V. R. **Filosofia do meio ambiente e gestão compartilhada da biodiversidade da Mata Atlântica**: debates públicos sobre a coleta de frutos da palmeira-juçara no Rio

Grande do Sul. 2010. 287 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó (SC): Argos, 2005.

_____. Trajetórias das Agroindústrias Familiares Rurais no Estado de Santa Catarina (Brasil). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 4., 2008, Mar del Plata. **Anales...**Mar del Plata: RED SIAL, 2008.

NICHELE, F. S. **Agroindústria familiar rural e a qualidade da produção artesanal na região metropolitana de Porto Alegre: o enfoque da teoria das convenções**. 2010. 89 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. von. The dynamic of novelty production. In: PLOEG, J. D.; MARSDEN, T. (Ed.) **Unfolding Webs: the dynamics of regional rural development**. Van Gorgum, 2008.

PLOEG, J. D. Lutando por autonomia em níveis mais elevados de agregação: cooperativas territoriais. In: _____. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D.; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. **Rural Development and the construction of new, nested markets**. 2011. No prelo.

RAMOS, M. O. A “**comida da roça**” **ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares dos agricultores de Maquine (RS)**. 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. ARL, V. (Org.). **Caderno de Formação 01: uma identidade que se constrói em Rede**. Lapa (PR): Rede Ecovida de Agroecologia, 2007.

_____. **Certificação Participativa**. Disponível em: <<http://ecovida.org.br>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

REDE JUÇARA. **Home**. Disponível em: <<http://www.redejucara.org.br/site/home?pid=1>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente. **Instrução normativa N° 1 (SEMA)**. Dispõe sobre as Normas para a regularização da coleta de folhas (frondes) da samambaia-preta (*Rumohra adiantiformis* (G.Forst.) Ching). Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 21 nov. 2006.

_____. **Departamento de Florestas e Áreas Protegidas - DEFAP**. 2010. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu=200&cod_conteudo=6662>. Acesso em: 15 ago. 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. SDR-RS. Programa da Agroindústria Familiar. **Manual Operativo**. 2011. Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20111208125908manual_operativo_do_programa_de_aagroindustria_familiar.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2011.

ROCHA, A.L.C.; ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, C.R.J; GUAZZELLI, C.A.B. **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

SABOURIN, E. Mudança social e técnica. In: _____. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTILLI, J; EMPERAIRE, L. A agrobiodiversidade e os direitos dos agricultores indígenas e tradicionais. In: KUBO, R. et al. (Org.). **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia**. Recife: NUPPEA/Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2006a.

_____. A agrobiodiversidade e os direitos dos agricultores tradicionais. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Org.). **Povos Indígenas no Brasil (2001-2005)**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006b.

SANTOS, J. S. **Agroindústria Familiar Rural no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul: uma análise do processo de comercialização**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SLOW FOOD. **Bem-vindos ao nosso mundo: o manual**. 2008. Disponível em: <<http://slowfoodbrasil.com/manual>>. Acesso em 15 jan. 2012.

SOUZA, J. Z. C. **Comércio solidário na prática do Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecológica de Agroecologia**. 2008. 180f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STELLA, A; KAGEYAMA, P. Y.; NODARI, R. Políticas Públicas para a Agrobiodiversidade. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agrobiodiversidade e diversidade cultural**. Brasília: MMA/SBF, 2006.

STUIVER, M. **Regime change and storylines, a sociological analysis of manure practices in contemporary Dutch dairy farming**. Wageningen: Wageningen University and Research Centre. 2008.

TAVARES, M.R. **Bacia hidrográfica do Rio Maquiné, Maquiné, RS: subsídios para um zoneamento ambiental**. 2000. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

TAVARES, F. B. **Os princípios de justificação em jogo nos conflitos socioambientais: o caso do extrativismo florestal no Litoral Norte do Rio Grande do Sul**. 2007. 220 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TROIAN, L. C. **Contribuições ao manejo sustentável dos frutos de *Euterpe edulis* Mart:** estrutura populacional, consumo de frutos, variáveis de habitat e conhecimento ecológico local no sul do Brasil. 2009. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VIEIRA, R. C. **A construção da agricultura ecológica:** racionalidade da organização do sistema Rede Ecovida no Litoral Norte do RS. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

WENGER, E. **Communities of Practice:** learning, meaning and identity. Cambridge, USA: Cambridge University Press, 1998.

WENGER, E. **Communities of practice:** a brief introduction. 2006. Disponível em: <<http://www.ewenger.com/theory/>>. Acesso em: 18 jan. de 2012.

WENGER, E.; McDERMOTT, R; SNYDER, W. **Cultivating Communities of Practice.** Boston: Harvard Business School Press. 2002.

WILKINSON, J. Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-825, 2002.

APÊNDICE A - Projetos e ações desenvolvidos pelas ONGs

Um dos projetos realizados pela ONG Anama, e de particular interesse para esta pesquisa, intitula-se Agricultura Familiar e Agroecologia – geração de renda e qualidade de vida no Litoral Norte do RS, cujas ações estão concentradas, principalmente, nos municípios de Osório, Maquiné e Terra de Areia.

As ações do projeto envolvem a implementação de dez Unidades Demonstrativas (UD) em agroecologia e a assessoria técnica às famílias, incluindo alguns espaços de processamento de alimentos como panificados e frutas nativas. Em relação aos produtos da agricultura familiar, os técnicos ressaltam que o trabalho é feito de forma integrada, ou seja, em cada projeto são pensadas ações que envolvam a produção, o processamento e a comercialização dos produtos. A transição agroecológica dos sistemas de produção, promoção e apoio as feiras da agricultura familiar, fortalecimento de grupos de agricultores nas questões relacionadas à organização e comercialização, além da produção de materiais educativos e informativos, foram algumas das ações realizadas até abril de 2011, quando o projeto completou um ano de existência. Um dos frutos dessa primeira etapa foi a criação do Grupo Sabores da Terra, que se formou para atender a demanda de fornecimento de alimentos para a alimentação escolar de alguns municípios do Litoral Norte.

A Anama também participou ativamente da formação da Associação Içara, que reúne agricultores, extrativistas e processadores de alimentos como a polpa de juçara e os panificados. Através da ONG a Associação Içara criou sua marca coletiva e um rótulo para os produtos, os quais estavam em fase de confecção no período da pesquisa. Estas oficinas de construção participativa de marcas coletivas foram realizadas tanto com a Associação Içara quanto com o grupo Sabores da Terra, com os quais foram desenvolvidas atividades e materiais para criação de uma identidade visual para os grupos e seus produtos.

Durante as atividades do projeto os técnicos da ONG tomaram conhecimento das muitas dúvidas em relação à regularização das agroindústrias, tanto por parte dos agricultores, quanto dos próprios técnicos que deveriam orientá-los nestas questões. Foram visitadas nesse processo, agroindústrias informais, com produtos de alta qualidade, que tinham o propósito de se regularizar, mas não sabiam nem mesmo onde buscar a informação sobre os procedimentos necessários. Essa demanda culminou na organização e realização do Seminário das Agroindústrias Familiares e Alimentar Escolar no Litoral Norte do RS, que ocorreu no município de Osório em março de 2011. Portanto, na renovação do projeto, prevista para

início de 2012, foram planejadas atividades como visitas técnicas continuadas aos locais de processamento de alimentos, a fim de auxiliar no seu processo de regularização, verificar a saúde dos manipuladores, assessorar no processamento e comercialização dos produtos, além do desenvolvimento de novos produtos de acordo com as potencialidades da região.

Nesta pesquisa foram registradas algumas das atividades propostas pela ONG, como oficinas de fortalecimento de grupos de agricultores e de construção da identidade dos produtos da agrobiodiversidade, assessoria técnica a agroindústrias familiares e organização da Feira da Biodiversidade de Maquiné. Também foram registradas todas as reuniões preparatórias para o Seminário das Agroindústrias Familiares, o encontro propriamente dito e seus desdobramentos, que ocorreram através do grupo de trabalho Produtos da Sociobiodiversidade junto a SDR, onde foi criado um sub-grupo específico para tratar das questões relacionadas ao beneficiamento desses produtos.

Quanto às ações da ONG Curicaca, são desenvolvidas diversas iniciativas por meio de quatro programas: políticas públicas e fortalecimento institucional, educação ambiental e cultural, desenvolvimento sustentável, conservação da biodiversidade e áreas protegidas. A organização desenvolve ações em diversas regiões, de acordo com o projeto que está sendo executado. De interesse particular para este estudo estão as ações envolvendo os subprodutos do butiá, cuja área de atuação situa-se entre os municípios de Osório até Torres, Litoral Norte do RS. Nesta região são desenvolvidas algumas ações de fomento ao uso da folha dos butiazeiros para confecção de artesanato. O uso dos frutos também apresenta grande potencial enquanto gerador de renda para as comunidades rurais e estratégia de conservação da espécie, porém, essa não é uma atividade desenvolvida pelas famílias da região, com exceção de um pequeno grupo no município de Santo Antônio da Patrulha. Sendo assim, apesar de reconhecer essa atividade como uma possibilidade, a ONG prefere não fomentar uma prática que não esteja de fato ligada ao modo de vida das famílias e ao uso cotidiano que fazem da biodiversidade local.

A Curicaca participa ativamente da discussão sobre o uso e conservação da biodiversidade através da coordenação do CERBMA, tendo proposto encontros onde já se discutiu largamente as possibilidades de manejo de espécies nativas como a samambaia-preta e a palmeira-juçara. Em seu próximo projeto, previsto para 2012, em parceria com o Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, serão realizadas oficinas para análise e sugestões de manejo para a cadeia produtiva do pinhão (sementes da *Araucaria angustifolia*). No âmbito desta pesquisa foi acompanhada uma reunião do CERBMA onde foram

apresentadas as propostas dos Seminários das Agroindústrias Familiares e do Seminário das Frutas Nativas no RS, por ser este um espaço possível para seu encaminhamento. No entanto, devido ao grande número de questões tratadas neste grupo, buscaram-se outras opções, que acabaram culminando na criação de um grupo de trabalho específico junto a SDR, aproveitando um ambiente político e institucional propício.

A ONG Centro Ecológico Ipê desenvolveu vários projetos que apoiaram especificamente o uso e a conservação da palmeira juçara através do processamento dos seus frutos. Diversas fontes financiadoras apoiaram estes projetos, sendo o mais importante deles financiado pelo Banco Mundial, através do qual a ONG concorreu em uma disputada seleção a nível mundial, onde apenas 22 projetos foram aprovados. O projeto “Produção de açaí para geração de renda e preservação da Mata Atlântica” iniciou em 2009 e teve a maior parte de suas atividades concluídas até o final do ano de 2011. As ações buscaram englobar toda a cadeia produtiva, desde a produção de mudas, a coleta dos frutos, o processamento da polpa, a divulgação e a comercialização do produto final. Foram realizadas palestras, atividades de divulgação, oficinas de preparo da polpa de juçara nas comunidades, e produzido diversos materiais, como cartilhas e revistas. Duas agroindústrias foram especialmente beneficiadas por este projeto, que realizou investimentos na estrutura e equipamentos desses locais de processamento e na identidade visual do produto final açaí-juçara. Como resultado, segundo seus técnicos, é possível perceber que várias comunidades já sabem da existência da polpa do açaí juçara, mais muito ainda deve ser feito para o estímulo da produção e do consumo deste alimento.

Os encontros propostos por esta organização e registrados na pesquisa foram: a 9ª Feira da Biodiversidade de Três Cachoeiras e II Encontro da Agricultura Ecológica no Litoral Norte, o I Festival do Açaí Juçara, I Seminário sobre Agroindústria e Agroecologia (junto com outras organizações que participam da Rede Ecovida), reuniões sobre o sistema participativo de certificação orgânica, oficinas de preparo da polpa de juçara e assessoria às agroindústrias familiares. A atuação do Centro Ecológico confunde-se, muitas vezes, com a da Rede Ecovida de Agroecologia no que se refere às atividades propostas, por estar na coordenação do Núcleo Litoral Solidário, um dos núcleos da rede. Assim, as atividades realizadas pela Rede Ecovida no Litoral Norte são, em grande parte, propostas pela ONG.

A Rede Juçara, que também abrange as ONGs Centro Ecológico e Anama, desenvolveu durante o período da pesquisa diversas ações através do projeto “O Uso Sustentável da Palmeira Juçara como Estratégia para Conservação da Mata Atlântica”,

financiado pelo Projetos Demonstrativos (PDA) Mata Atlântica, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e coordenado pelo Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica (Ipema). Teve sua execução baseada em 3 metas principais: 1) o levantamento e estudo das legislações ambientais e sanitárias; 2) o diagnóstico e monitoramento dos sistemas e práticas de manejo para os frutos; 3) a construção da identidade do produto polpa de juçara a partir do protagonismo social.

Além do levantamento e análise da legislação ambiental e sanitária envolvida em todas as etapas da cadeia produtiva da palmeira juçara, estas informações foram debatidas com gestores locais e órgãos governamentais e levadas para alguns espaços de diálogo. A tipologia dos sistemas de manejo para a palmeira foi realizada em 21 áreas piloto, ação que só foi possível devido o envolvimento de diversas organizações na rede, sendo que cada uma delas ficou responsável pelo diagnóstico em uma ou duas áreas. Foram realizadas entrevistas com os agricultores para elaboração de um diagnóstico participativo, que incluiu as formas de comercialização e a aceitação da polpa de juçara pelas comunidades e um histórico da relação das comunidades com a planta. Além das oficinas para construção da identidade do produto polpa de juçara, foram desenvolvidas ações de divulgação e a análise nutricional da polpa. Os principais resultados desse projeto foram apresentados e discutidos no I Encontro da Rede Juçara.

Concluída essa primeira etapa, a Rede Juçara deu início a mais um projeto, intitulado “Palmeira juçara e comunidades: manejo sustentável e promoção da cadeia de valor dos frutos”, com duração de um ano. Os eixos principais do projeto são: 1) Promoção da cadeia de valor dos frutos da palmeira juçara; 2) Construção participativa das diretrizes de manejo sustentável; 3) Gestão, monitoramento e fortalecimento da Rede Juçara. As atividades compreendem um mapeamento geral da cadeia produtiva dos frutos da palmeira a partir da realização de uma oficina para identificação dos produtores, consumidores e demais envolvidos; revisão bibliográfica sobre a ecologia da planta e oficinas de construção participativa de diretrizes de manejo. Os resultados de todas essas ações deverão compor uma proposta de Instrução Normativa (IN) conjunta para agricultores extrativistas orgânicos, como um anexo a IN17/2009- MMA/MAPA (BRASIL,2009b). Além do extrativismo, o projeto prevê a construção de propostas de manejo da produção, que sirvam como referência para a normatização por estado.

APÊNDICE B - As diferentes conformações dos espaços de diálogo sobre agrobiodiversidade e agroindústria familiar rural

Durante o período de realização da pesquisa ocorreram diversos encontros sobre o tema da agrobiodiversidade, os quais foram escolhidos para registro de acordo com sua relevância para a pesquisa. No entanto, é válido ressaltar que nenhum dos encontros registrados utilizou-se do termo agrobiodiversidade como título, apesar de todos eles tratarem deste tema.

O Seminário das Agroindústrias Familiares e Alimentação Escolar foi promovido pela ONG Anama através do projeto Agricultura Familiar e Agroecologia e instituições parceiras. O evento contou com um público diverso, reunindo agricultores, técnicos de organizações governamentais e não-governamentais, pesquisadores, estudantes e gestores públicos. Durante este evento ficou evidente a necessidade de assessoria técnica qualificada, orientação quanto à legislação ambiental e sanitária, e as contradições entre as opiniões dos técnicos dos órgãos que atuam sobre os espaços de processamento, os quais realizam diferentes interpretações da legislação vigente. O objetivo do seminário foi aproximar os diferentes setores relacionados às agroindústrias familiares para a troca de informações sobre os aspectos que envolvem sua viabilidade, além de realizar um diagnóstico da situação dessas agroindústrias na região, bem como a construção de ações que incentivassem a regularização destes empreendimentos. Além disso, também foram abordadas questões referentes à inserção dos alimentos provenientes dessas agroindústrias na alimentação escolar através do PNAE.

Outro encontro com o mesmo tema foi organizado pelo Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida, o Seminário “Agroindústrias e Agroecologia”. O encontro foi proposto pela Rede por considerar que, apesar do processamento local de alimentos ser um dos aspectos fundamentais dentro da estratégia de promoção e fortalecimento da soberania e segurança alimentar, está enfrentando grandes empecilhos devido a legislação que regulamenta as iniciativas de processamento de alimentos e bebidas. Um dos principais entraves apontados pela Rede é o fato de legalmente não ser reconhecido o processamento feito em pequena escala, aquele que busca somente beneficiar o excedente que a famílias agricultoras não consumiram ou venderam na feira.

O objetivo central do encontro foi discutir o potencial, limites e desafios do processamento de alimentos dentro do contexto dos grupos e famílias agroecologistas da Rede Ecovida de Agroecologia. Uma das metas do encontro era a elaboração de uma proposta a ser

desenvolvida pela Rede a fim de buscar soluções para a atual problemática, baseados na experiência que tiveram com os orgânicos, para os quais demandaram uma série de ações governamentais a partir da sua prática.

O fato da Rede Ecovida possuir diversos núcleos, situados nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, com suas diferentes realidades e legislações específicas no que se refere aos produtos da agricultura familiar, marcou este encontro. Os representantes de cada núcleo expuseram essas realidades, tornando algumas discussões confusas e evidenciando as dificuldades de entendimento de todas as etapas necessárias a regularização desses produtos. Em cada local são encontradas soluções diferentes com técnicos locais, assim como as normas são compreendidas de formas diversas.

O Seminário “Frutas Nativas do RS: manejo, beneficiamento e comercialização” constituiu-se em um dos primeiros momentos de reflexão que deram origem a esta pesquisa, apresentando elementos que fizeram com que fosse feita a opção por encontros como esse como objeto de estudo. O encontro foi proposto pela Universidade Federal do RS, com o apoio de diversas organizações que atuam no uso e conservação da agrobiodiversidade no estado, entre elas: Rede Juçara, ONG Anama, Rede Ecovida de Agroecologia e ONG Centro Ecológico. Também foram convidados e compareceram no encontro, técnicos de diversas organizações governamentais que se propuseram a responder as questões colocadas pelos agricultores e suas redes. Algumas dessas instituições foram: MAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Fundação Estadual de Proteção do Meio Ambiente (FEPAM) e o DEFAP/SEMA.

O objetivo do seminário foi discutir o papel estratégico do uso das frutas nativas relacionado à conservação da biodiversidade, segurança alimentar, inclusão social e geração de renda para agricultores familiares e populações locais. Uma das metas do encontro era fornecer elementos para a elaboração de um documento oficial sobre as questões envolvendo o uso da agrobiodiversidade, além de fomentar a construção de um grupo de trabalho permanente e interinstitucional sobre o tema.

A realização do seminário surgiu da reivindicação de uma família de agricultores que trabalha com o processamento das frutas nativas há mais de dez anos, mas continua irregular em algumas das instâncias dessa cadeia produtiva por não encontrar formas viáveis de se adequar. Eles próprios coletam, beneficiam em uma pequena agroindústria e vendem sucos, polpas e doces de frutas em geral, incluindo mais de vinte variedades de frutas como pitanga, araçá, guabiroba, goiaba-serrana, araticum, butiá, cereja-do-mato e uvaia.

Os produtos dessa família são reconhecidos dentro da rede e os agricultores afirmam que a demanda por seus produtos é superior à capacidade de produção, porém além da valorização por parte dos consumidores, eles necessitam do reconhecimento legal de seus produtos, os quais foram retirados do mercado recentemente devido a inadequações junto a uma das instâncias legais.

O encontro inicia com a leitura de uma carta escrita pela família, que reúne diversos elementos que vão muito além da questão das frutas nativas, apontando os comportamentos alimentares e de consumo em geral na nossa sociedade, valores nutricionais dos alimentos e os princípios ecológicos que regem uma agricultura orientada pela perspectiva da sustentabilidade. Questões abrangentes, que perpassam diferentes temáticas de estudo foram apresentadas na carta, desafiando o corpo técnico disciplinar presente a interagir com múltiplas questões. Ficou evidente através dessa manifesto a estreita relação desses agricultores com a agrobiodiversidade local e uma sensibilidade ao tratar do tema que na maior parte das vezes falta aos técnicos que lhe aplicam sanções e que estão tão distantes do objeto então discutido. A carta traz uma série de ações de fomento a utilização das frutas nativas, a partir da experiência desses agricultores, os quais acreditam nesta alternativa enquanto geradora de renda e saúde, mas que sabem das tantas dificuldades existentes, que incluem, além das questões legais, um certo preconceito dos próprios agricultores e consumidores em relação a esses produtos.

Este seminário discutiu basicamente os principais entraves relacionados à cadeia produtiva das frutas nativas no estado, desde a coleta dos frutos e manejo da vegetação nativa, passando pelo beneficiamento artesanal ou em pequenas agroindústrias familiares, até a comercialização dos frutos e seus produtos. Constatou-se que tanto as lacunas como os passos para a resolução destes problemas são múltiplos e complexos, porém devem ser superados como uma das formas de enfrentar a perda crescente de agrobiodiversidade, que ocorre a nível global. Uma das formas de promover essa agrobiodiversidade, seria o fomento a circulação de seus produtos, a qual depende da desburocratização de cada etapa da cadeia produtiva, do diálogo interinstitucional, de um serviço de extensão rural comprometido e de um maior conhecimento da legislação por parte de todos os envolvidos neste processo, para que possam ser sugeridas as devidas alterações. Outra proposta do grupo foi a criação de uma política unificada para a agricultura familiar. Por exemplo, as atuais políticas voltadas à agricultura familiar e conservação ambiental poderiam ser articuladas através de políticas de viabilização do manejo, beneficiamento e comercialização das frutas nativas.

O Grupo de Trabalho “Produtos da Sociobiodiversidade”, vinculado a SDR, formado a partir do seminário sobre as frutas nativas, deu continuidade as demandas levantadas no seminário através da realização da reunião técnica “Legislação voltada ao beneficiamento de alimentos de origem vegetal”. A reunião tinha como objetivo discutir a legislação relacionada ao beneficiamento de alimentos de origem vegetal oriundos de Sistemas Agroflorestais (SAF) e debater propostas para fomentar e viabilizar a regularização das agroindústrias familiares a partir de questões que surgiram nos seminários das frutas nativas e das agroindústrias.

Dentro da mesma proposta foi realizada a reunião técnica “Capacitação em legislação sobre manejo agroflorestal” a fim de esclarecer as restrições e possibilidades de uso das espécies nativas no estado. Esse encontro gerou controvérsias e evidenciou algumas fragilidades internas do órgão licenciador, que não possui uma unidade na posição de seus técnicos quanto às questões relacionadas ao manejo de espécies nativas, mostrando a necessidade de diálogo interno, antes mesmo do diálogo com outras organizações.

O Festival do Açaí Juçara foi um evento de finalização do projeto Açaí da Mata Atlântica desenvolvido pela ONG Centro Ecológico, que incluía além de atividades de degustação do açaí e de produtos preparados com a polpa, o encontro das organizações de produtores, técnicos e pesquisadores que tratam do tema do açaí nativo. Durante o encontro foram discutidos os impactos ambientais da agricultura convencional e a conservação da agrobiodiversidade através da utilização de algumas espécies.

Por fim, o Encontro da Rede Juçara teve por objetivo apresentar alguns resultados do Projeto “O Uso Sustentável da Palmeira Juçara como Estratégia para Conservação da Mata Atlântica”. Um dos pontos da discussão foi a manutenção de toda a cadeia produtiva da palmeira juçara com as comunidades rurais e a elaboração de estratégias para que as mesmas possam continuar consumindo este alimento, ou seja, que a polpa da juçara não se torne apenas fonte de renda, mas também de segurança alimentar para as famílias agricultoras.

Em geral, as propostas que surgiram dos diversos encontros vinculavam às especificidades da agricultura familiar com a cadeia produtiva da biodiversidade e a criação de um marco legal regulatório que envolvesse todas as fases do processo, além do diálogo entre os diferentes órgãos, minimizando os conflitos. Em relação as ações posteriores aos encontros, alguns participantes alegaram que a mudança de governo que estava ocorrendo no momento fazia com que não houvessem avanços significativos nas organizações, pois estas seriam dependentes de programas que estavam em fase de elaboração.

As propostas que surgiram no seminário “Agroindústrias e Agroecologia” da Rede

Ecovida incluíam legislação específica para a agricultura familiar baseada nas Boas Práticas de Fabricação dos produtos ao invés da ênfase nas edificações dos locais de processamento, incluindo a regularização do produto artesanal caseiro, que possui características peculiares e não se enquadra nas normas estabelecidas para as agroindústrias familiares. Além disso, a necessidade de um grupo de estudos sobre as questões legais envolvidas nos espaços de processamento que pudesse informar todos os componentes da rede da forma mais esclarecedora possível. No final do seminário foram elencados ainda, alguns espaços como o grupo de trabalho da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), como momentos estratégicos para apresentar as propostas debatidas no encontro e dar sequência as ações.

Nas reuniões posteriores ao Seminário das Frutas Nativas, um pequeno grupo optou por adotar duas estratégias para a continuidade das ações, uma delas seriam encontros com técnicos que pudessem esclarecer sobre a legislação envolvida em cada etapa da cadeia produtiva das frutas nativas. A outra estratégia, de cunho mais político, seria através de reuniões com os secretários estaduais para apresentação do documento gerado no seminário e inserção das propostas junto às secretarias estaduais. Se por um lado essas ações não tiveram o impacto esperado junto aos órgãos governamentais, mobilizaram ações internamente às organizações envolvidas no debate e impulsionaram a formação de um grupo de trabalho, formalizado junto a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural. Este grupo tem por objetivo encaminhar as propostas geradas nos documentos produzidos durante o seminário das frutas nativas e das agroindústrias familiares, demandando ações por parte dos governos estadual e federal que tomaram posse em 2011 e fomentando a formulação de estratégias para o fortalecimento das políticas públicas relacionadas à agrobiodiversidade e à sociobiodiversidade do Estado e do País.

Esse grupo de trabalho iniciou sua formação timidamente como um pequeno grupo na Universidade e ampliou-se notoriamente, tornando-se um grupo de trabalho oficial na Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, com encontros mensais, e sub-grupos de trabalhos com reuniões e ações específicas por temática. Primeiramente o GT pleiteou um espaço junto ao CERBMA, apresentando suas principais demandas em uma das reuniões do comitê, o qual já abrigou discussões profícuas sobre os produtos da agrobiodiversidade em outros momentos. Porém, a participação da SDR, em especial na pessoa de uma técnica, fez com que o grupo se formalizasse junto a esta secretaria, que tem como uma das estratégias de ação para alcançar suas diferentes metas, a

criação de grupos de trabalho por temas específicos. No decorrer das reuniões percebeu-se que o tema frutas nativas não abarcava produtos como o pinhão e a erva-mate, então optou-se pelo uso do termo produtos da sociobiodiversidade, que passou a dar nome ao GT. Atualmente este grupo é um dos grupos de trabalho que compõe o Programa Agricultura de Base Ecológica do Departamento da Agricultura Familiar da SDR, na linha de ação “conservação, recuperação, manejo, agroindustrialização e comercialização da agrobiodiversidade”.

Os objetivos principais do grupo, aprovados em plenária pelos participantes incluem desde propostas para normatização da exploração de recursos da sociobiodiversidade e harmonização das legislações pertinentes; promoção do nivelamento de informações e o diálogo entre organizações; fomento aos produtos da sociobiodiversidade; além de apontar diretrizes para subsidiar políticas públicas. Ainda foi apontado como diretriz do GT que suas propostas devem valorizar as práticas e saberes dos agricultores e das populações tradicionais (quilombolas, indígenas, pescadores artesanais).

Em relação a forma de atuação do GT, discutiu-se se este deveria subdividir-se em grupos por cadeia produtiva ou por eixos, sendo definido este último como a forma mais adequada de trabalho em função do caráter transversal aos diferentes produtos. Foram definidos quatro eixos: Redes; Manejo; Beneficiamento e Comercialização; Pesquisa. Cada eixo passou a atuar através de um subgrupo reunido pelo interesse de cada representante das organizações participantes. O subgrupo Manejo e o subgrupo Beneficiamento e Comercialização objetivam propor alternativas para estas diferentes etapas da cadeia dos produtos da sociobiodiversidade, com foco na legislação que regula cada uma dessas etapas. O subgrupo Redes teria o objetivo de socializar e sistematizar a informação gerada nos diferentes subgrupos e o subgrupo Pesquisa compilar os dados existentes sobre a temática do GT e gerar outros temas de pesquisa, subsidiando as propostas do grupo como um todo.

As reuniões ao longo do ano de 2011 tiveram por objetivo definir alguns conceitos importantes para o grupo e os produtos da sociobiodiversidade prioritários a serem trabalhados. Neste sentido, definiu-se que seriam priorizadas espécies que já vêm sendo pesquisadas, possuam múltiplos usos, demanda pelos consumidores e que pudessem ser exploradas de forma sustentável.

Os participantes do GT vêm de diferentes regiões do estado, muitos trabalham diretamente com agricultores e seus produtos da agrobiodiversidade. Portanto, criou-se durante as reuniões, um momento de trocas e de confraternização onde são degustados esses

produtos, ao mesmo tempo, são reafirmadas as posições dos participantes no fomento a sua circulação e uso. As ações do GT culminaram no ano de 2012 na formação de uma Câmara Técnica de Agroecologia, vinculada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS). A atuação do GT enquanto câmara remete a uma dimensão com responsabilidades mais amplas e a necessidade da implementação de políticas públicas efetivas visando o desenvolvimento rural almejado.

É notória a relação entre os eventos e as organizações envolvidas na sua organização, evidenciando a existência de uma rede acerca dos produtos da agrobiodiversidade. O seminário das Agroindústrias Familiares proposto pela ONG Anama elaborou um documento baseado nas principais questões discutidas no encontro, mas também de acordo com o documento gerado meses antes no Seminário sobre Frutas Nativas, que continha uma parte específica sobre processamento, portanto diversas reivindicações em comum. No Seminário sobre Agroindústrias da Rede Ecovida foram apresentadas as questões do documento elaborado pela Anama, a fim de contribuir na construção de uma proposta da Rede para o tema. Por sua vez, as reuniões técnicas sobre manejo e beneficiamento de produtos vegetais foram um dos meios encontrados para a formação interna do grupo de trabalho Produtos da Sociobiodiversidade, que surgiu a partir das demandas dos seminários. Em uma das reuniões desse grupo foram apresentadas pela SEMA, um dos grupos participantes, uma revisão da legislação ambiental a partir do documento gerado pela Rede Juçara, que se refere ao manejo da vegetação nativa para aproveitamento de frutos nativos. Desta forma, pode-se dizer que a maior parte dos eventos registrados estão interligados, uns dando origem a formação de outros e com propostas complementares.

APÊNDICE C - “SIM” Vegetal – Projeto para a zona rural do município de Porto Alegre sobre o processamento artesanal caseiro de alimentos de origem vegetal

O projeto “SIM Vegetal” prevê a certificação de produtos caseiros e artesanais, garantindo sua origem e segurança do ponto de vista sanitário, conferindo assim, legalidade e cidadania aos produtores. Alguns dos alimentos processados pelo grupo são: conservas, pastas, temperos, geléias, chimias, doces em calda, doces em pasta, frutas desidratadas e cristalizadas, pães e cucas. Alimentos de origem vegetal como sucos e polpas, não poderão fazer parte dessa lista, pois são de competência do MAPA, e não podem ser regularizados no município.

Uma das questões cruciais do projeto é a manutenção das características do produto e seu modo de fazer artesanal, a partir de receitas tradicionalmente preparadas na família. Para tanto, foi criado um novo processo, onde essas questões pudessem ser absolutamente mantidas. A adequação dos agricultores às normas preestabelecidas para fabricação de alimentos não era interessante neste contexto, pois descaracterizaria as peculiaridades do produto, que são justamente as características procuradas por seus consumidores. Neste sentido, a legislação existente, não prevendo a produção caseira de alimentos, faz com que o produtor, não se adaptando às normas pré-estabelecidas, permaneça na informalidade ou desista da atividade, que por vezes é uma das últimas opções de trabalho na zona rural.

As atividades de turismo rural realizadas nas propriedades desses agricultores, os quais também participam do projeto Caminhos Rurais da Secretaria Municipal de Turismo²³, incluem a degustação de produtos e a visita ao local de preparo, que em geral ocorre na própria cozinha do agricultor, o que não atende de forma alguma às exigências para uma agroindústria.

Quando a gente tem uma visita turística nas propriedades dos agricultores, o visitante quer ver aquela cozinha, ele não quer ver uma agroindústria nos fundos da casa com azulejo, ele quer ver aquele processo, ele senta na cozinha, ele conversa, ele toma o chimarrão com o agricultor, é isso que hoje está atraindo. (J.F.N, coordenadora do projeto).

A construção de um espaço agroindustrial devidamente regularizado também não interessava à comunidade rural do município, pois a grande maioria tem uma produção muito pequena, comercializam alimentos *in natura* e processam apenas o excedente. Além disso,

²³ Através do Projeto Caminhos Rurais são realizadas atividades de turismo rural e pedagógico nas propriedades dos agricultores da zona sul do município de Porto Alegre. O turismo, neste projeto, é visto como uma alternativa de manutenção da área rural produtiva e também de conservação dos espaços naturais.

seria inviável a participação de alguns agricultores em um local de processamento coletivo, por exemplo, devido às dificuldades de deslocamento na zona rural e do tempo despendido para este fim. A rotina desses produtores, que vivem na zona rural de uma capital, inclui atividades diversas, como a realização de feiras, atividades de turismo rural e pedagógico, cultivo e processamento de alimentos em geral.

De acordo com a coordenação do projeto, o processo criado faz com que o técnico tenha que se adequar à realidade apresentada pelo agricultor e não o contrário. Necessitam, assim, utilizar-se de todo seu conhecimento técnico e criatividade a fim de criar algo novo, que atenda às necessidades do produtor, e ao mesmo tempo seja seguro do ponto de vista sanitário.

São criadas alternativas viáveis que não modifiquem o aspecto artesanal da produção e o próprio local de processamento, que faz parte hoje de um projeto de turismo rural. O desafio é manter as exigências básicas das Boas Práticas de Fabricação (BPF) dos alimentos nessas condições, o que segundo os técnicos envolvidos no projeto, é viável desde que sejam criados procedimentos específicos para cada produto e um acompanhamento de cada um dos produtores. A orientação a esses produtores estaria baseada no manual de BPF, sendo elaborado um procedimento diferente para cada tipo de produto. No entanto, isso só é possível porque existem técnicos específicos para realizarem esta atividade e porque se trata de um grupo pequeno de produtores.

A fim de garantir a qualidade dos produtos estão sendo realizadas diversas ações pelo projeto, como por exemplo, o estabelecimento de uma parceria com um laboratório de análise microbiológica de alimentos. Trata-se de produtos que não tem nenhum tipo de conservante ou aditivo, sendo necessário a realização de algumas análises para definir questões como o prazo de validade. Os próprios técnicos do laboratório tiveram receio em realizar análises microbiológicas de produtos até então irregulares perante a legislação sanitária, situação que mudou após uma atividade de sensibilização realizada nas propriedades dos agricultores, de acordo com o relato da coordenação do projeto:

Foi uma mudança completa, dali elas se apaixonaram, compraram todos os produtos, tiraram fotos, se contaminaram, extremamente sensibilizadas, porque viram as pessoas por trás daquela chimia. (J.F.N, coordenadora do projeto).

É válido lembrar que a normativa foi construída especificamente para os produtores da zona rural de Porto Alegre, que processam alimentos na cozinha de suas residências, em pequenas quantidades, utilizando matéria-prima oriunda da propriedade e fabricando produtos

diferenciados para um nicho de mercado específico. Um dos objetivos é que esse projeto sirva de inspiração para outros municípios criarem legislações próprias de acordo com suas realidades. No entanto, constata-se que, a implementação de um projeto como esse depende de equipe técnica qualificada, a fim de que as ações sejam efetivamente executadas a nível municipal. Em uma das reuniões do GT Produtos da Sociobiodiversidade na SDR, em que o projeto foi apresentado, foram discutidas possibilidades de se implementar algo semelhante a nível estadual.

A mudança na auto-estima dos agricultores que participam do projeto seria uma das maiores recompensas do investimento dos técnicos, que acreditam no novo processo de regularização enquanto uma forma de garantir a tranquilidade dos produtores e a segurança dos produtos. Estes provavelmente continuariam no mercado, mesmo sem a criação do projeto, porém agora estão regularizados e obedecendo a padrões mínimos de higiene e controle sanitário, sem a necessidade de serem criadas novas estruturas ou comprados equipamentos. Pode-se questionar se a criação desse processo de regularização que implica em orientação técnica aos agricultores, mas também em fiscalização, seria de fato benéfico para estes, já que comercializavam seus produtos normalmente antes da criação do projeto. De certa forma, a criação desse sistema restringe algumas ações dos agricultores, e não atende às necessidades específicas de cada um deles, pelas próprias características de uma normativa. Sendo assim, não seria mais interessante continuar com o respaldo dos consumidores e invisível à legislação e seus executores?

O que afirmam os coordenadores do projeto é que trabalhar na ilegalidade e com medo é algo que os agricultores não querem, principalmente, depois que alguns tiveram seus produtos apreendidos nas feiras de produtores. A existência de um selo atestando a qualidade do produto garantiria a tranquilidade para prosseguir no trabalho.